



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
CRÍTICA: ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES QUE COMPÕEM  
O ARMAZÉM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

MARIA ANGELICA MACHADO BRAGA

Rio Grande – RS

2022

MARIA ANGELICA MACHADO BRAGA

**GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
CRÍTICA: ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES QUE COMPÕEM  
O ARMAZÉM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental. Área de Concentração: Educação Ambiental Não Formal

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia de Fátima Socoowski de Anello

CO-ORIENTADORA: Dr<sup>a</sup> Danieli Veleda Moura

Rio Grande – RS

2022

### Ficha Catalográfica

B813g Braga, Maria Angelica Machado.  
Grupo de consumo responsável e Educação Ambiental Crítica:  
estudo de caso dos produtores que compõem o Armazém de  
Economia Popular Solidária / Maria Angelica Machado Braga. – 2022.  
149 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio  
Grande/RS, 2022.

Orientadora: Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

Coorientadora: Dra. Danieli Veleda Moura.

1. Grupo de consumo responsável 2. Economia popular solidária  
3. Comércio justo e solidário 4. Consumo responsável 5. Educação  
Ambiental Crítica I. Anello, Lúcia de Fátima Socoowski de II. Moura,  
Danieli Veleda III. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

# Maria Angelica Machado Braga

*“Grupo de Consumo Responsável e Educação Ambiental Crítica: Estudo de Caso dos Produtores que compõem o Armazém de Economia Popular Solidária”*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente  
 LUCIA DE FATIMA SOCOOWSKI DE ANELLO  
Data: 02/09/2022 18:01:57-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia de Fátima Socoowski de Anello  
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente  
 DANIELI VELEDA MOURA  
Data: 06/09/2022 21:51:00-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danieli Velede Moura

Documento assinado digitalmente  
 DIONE IARA SILVEIRA KITZMANN  
Data: 05/09/2022 12:25:52-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dione Iara Silveira Kitzmann  
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente  
 JOELSON GONCALVES DE CARVALHO  
Data: 05/09/2022 09:03:13-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho  
(PPGPOL/UFSCar)

Dedico este estudo a todos envolvidos em lutas por um viver melhor, justo e equitativo e por um mundo onde todos os saberes são valorizados igualmente, bem como por uma humanidade que se desenvolve sem destruir com os recursos da natureza.

## AGRADECIMENTO

O caminho que venho percorrendo para a minha constituição do conhecimento até aqui foi exaustivo, a ponto de em alguns momentos ter pensado em desistir. No entanto, pude contar com pessoas que me deram aporte para continuar e por meio deste apoio foi possível a minha transformação e conscientização do meu lugar neste mundo.

Eu sou muito grata a Deus que me oportunizou esta caminhada para a minha evolução espiritual e grata aqueles que ficaram o tempo todo do meu lado me incentivando, bem como agradeço aqueles que não foi possível estarem junto comigo, porém ficaram torcendo sempre por minha realização pessoal e profissional.

Agradeço a “mãe” FURG, localizada na cidade de Rio Grande/RS, uma Universidade pública e de qualidade, que me acolheu e que fez parte da minha vida, me possibilitando a constituição do conhecimento. Por meio desta Universidade embarquei, além do estudo e da pesquisa, na extensão. Neste espaço, no NUDESE, me transformei pessoalmente, uma vez que foi possível conhecer que há um mundo melhor e que para conquistá-lo a luta é imprescindível. A FURG me oportunizou, também, estar no espaço de pós-graduação - PPGEA - em que busquei a emancipação de todos os sentidos humanos e me possibilitou compreender a minha visão de mundo e a práxis dos sujeitos que buscam um mundo melhor.

Agradeço à minha orientadora Dra. Lúcia Anello e a minha co-orientadora Dra. Danieli Veleda Moura por todo os seus ensinamentos com paciência e amorosidade. Elas me apresentaram leituras e autores que transformaram a minha realidade e desenvolveram a minha consciência de classe e de quem sou neste mundo.

Agradeço aos meus amigos, a coordenadora Lúcia Nobre (Lucinha) e a equipe do NUDESE, mais especificamente, a Dóris, o André, a Cristina Pires e a Cristina (MC), por acreditarem que eu tinha capacidade de cursar o mestrado, mais do que isso, estiveram a todo tempo do meu lado, na minha caminhada, como grandes amigas e amigo que são.

Aos professores e colegas do PPGEA que me estimularam a interpretação e compreensão da realidade, assim como das leituras efetuadas nas disciplinas. Estas leituras instigaram a minha constante busca de conhecimento.

Aos sujeitos da minha pesquisa que me mostraram durante nossas relações e nas escutas durante nossas conversas o quanto ainda preciso buscar e praticar para me transformar.

A minha banca, ao Dr. Joelson Carvalho e a Dra. Dione Kitzmann, por terem aceitado a fazerem parte desta minha jornada de conhecimento e transformação, em que por meio de suas considerações incluíram ao meu conhecimento da realidade concreta desconhecida até então por mim.

Agradeço aos meus familiares que sempre traziam palavras de incentivo para não desistir. Aos meus amados filhos (Joukin, Bruna e Larissa), sempre me apoiando e cuidando de cada momento, com paciência, de minha vida para findar mais esta caminhada que decidi trilhar. Amo vocês meus filhos, obrigada Pai por estas bençãos, que são a minha força e que dão coragem para seguir em frente em todas as dificuldades e que comemoram, até mesmo, as pequenas conquistas.

A minha mãe, que me trouxe a este mundo e, desta forma possibilitando a jornada que escolhi para esta vida. Aos meus irmãos e minha irmã, cunhados e cunhadas e sobrinhos e sobrinhas que sempre estiveram presentes estimulando a minha capacidade de conquistar meus desejos.

A todos aqueles que aqui não citei, porém estavam sempre na torcida pela minha felicidade e realização.

***Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.***

***Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se.***

***A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.***

***Paulo Freire  
Pedagogia do Oprimido***

## RESUMO

A desumanização promovida pelo modo de vida capitalista passa pela alienação entre a humanidade e a natureza gerando a degradação ambiental e social. No entanto, há grupos que se movimentam dialeticamente em contradição a esta condição opressora e vão se transformando por meio de práticas que proporcionam a emancipação de si e do outro. Algumas destas práticas são as experiências desenvolvidas nos Grupos de Consumo Responsável (GCRs), formados por produtores e consumidores com o intuito de produzir, comercializar e consumir de outra forma, distinta da hegemônica. Esses grupos se fundamentam na lógica da Economia Popular Solidária (EPS), tendo como centralidade o ser humano, a natureza e as práticas do Comércio Justo e Solidário (CJS) e do Consumo Responsável (CR). Tais práticas constituem-se em resistência ao consumo exacerbado da sociedade capitalista, estando, portanto, articulado às concepções da Educação Ambiental Crítica (EAC), com a finalidade da emancipação de todos os sentidos humanos. Sendo assim, este trabalho consiste em um estudo das práticas/relações dos produtores que compõem o GCR Armazém de Economia Popular Solidária – Armazém de EPS - na cidade do Rio Grande - RS, Brasil. O objetivo é investigar a práxis dos produtores de alimentos dos municípios de Rio Grande e São José do Norte, que produzem na lógica da EPS e fornecem seus produtos ao Armazém de EPS, bem como avaliar as contribuições da EAC a essas práticas. A problematização é: como pode a EAC contribuir com o desenvolvimento dos produtores de alimentos da EPS para a resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista? Este trabalho é um estudo de caso de natureza qualitativa e está articulado com a revisão bibliográfica sobre os principais conceitos do tema e com as informações obtidas amparada na pesquisa participante, nas entrevistas semiestruturadas e observações junto aos sujeitos da pesquisa, bem como se utiliza, no desenvolver do estudo, o método materialista histórico-dialético, o qual possibilita a compreensão da história por meio dos seus fatores materiais e econômicos. Quanto aos resultados identificou-se que, o papel político impulsionado pelos GCRs, está diretamente relacionado ao desenvolvimento da consciência crítica em relação às questões que envolvem a produção e o consumo de produtos de qualidade e na contramão da produção em escala. As conclusões obtidas são que os GCRs desenvolvem outras formas de práticas/relações que contrapõem ao da sociedade capitalista e seguem a lógica da EPS e as práticas do CJS e do CR, assim como os envolvidos têm contribuições da EAC por meio das suas práticas pedagógicas – que desenvolvem suas práxis - as quais auxiliam os sujeitos a resistirem e enfrentarem o modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** grupo de consumo responsável; economia popular solidária; comércio justo e solidário; consumo responsável; educação ambiental crítica.

## ABSTRACT

The dehumanization promoted by the capitalist way of life involves alienation between humanity and nature, generating environmental and social degradation. However, there are groups that move dialectically in contradiction to this oppressive condition and are transformed, through practices that provide the emancipation of one another and the other. Some of these practices are the experiences developed in the Responsible Consumption Groups (RCGs), formed by producers and consumers in order to produce, market and consume in another way, distinct from hegemonic. These groups are based on the logic of the Solidarity Popular Economy (SPE), having as centrality the human being, the nature and practices of Fair and Solidary Trade (FST) and Responsible Consumption (RC). Such practices constitute resistance to the exacerbated consumption of capitalist society, being, therefore, articulated to the conceptions of Critical Environmental Education (CEE), with the purpose of emancipation of all human senses. Thus, this work consists of a study of the practices/relationships of the producers who make up the RCG Warehouse of Solidarity Popular Economy - SPE Warehouse - in the city of Rio Grande - RS, Brazil. The objective is to investigate the praxis of food producers in the municipalities of Rio Grande and São José do Norte, who produce in the logic of SPE and supply their products to the SPE Warehouse, as well as to evaluate the contributions of the CEE to these practices. The problematization is: how can the CEE contribute to the development of SPE food producers for resistance and confrontation with the capitalist mode of production? This work is a qualitative case study and is articulated with the literature review on the main concepts of the theme and with the information obtained from the participant research, semi-structured interviews and observations with the research subjects, as well as using, in the development of the study, the historical-dialectical materialist method, which enables the understanding of history through its material and economic factors. As for the results, it was identified that the political role driven by RCGs is directly related to the development of critical awareness in relation to issues involving the production and consumption of quality products and against scale production. The conclusions obtained are that the RCGs develop other forms of practices/relationships, which contradict that of capitalist society and follow the logic of The SPE and the practices of FST and RC, as well as those involved have contributions from the CEE through their pedagogical practices – which develop their praxis – which help the subjects to resist and face the capitalist mode of production.

**Keywords:** responsible consumption group; solidarity popular economy; fair and solidarity trade; responsible consumption; critical environmental education.

## LISTA DE SIGLAS

AEUP – Projeto Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana  
APESMI - Associação de Pescadores da Vila São Miguel  
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
CD - Centro de Distribuição  
CJ - Comércio Justo  
CJS - Comércio Justo e Solidário  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária  
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil  
COOPESMI – Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel  
CR - Consumo Responsável  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
EA - Educação Ambiental  
EAC - Educação Ambiental Crítica  
EES - Empreendimento Econômico Solidário  
EPS - Economia Popular Solidária  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FMS - Fórum Mundial Social  
FURG - Universidade federal do Rio Grande  
GCR - Grupo de Consumo Responsável  
GT - Grupo de Trabalho  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
MICC – Movimento de Integração Campo-Cidade  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
NUDESE - Núcleo de Desenvolvimento Social Econômico  
OCS - Organização de Controle Social  
ONG - Organização Não Governamental  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC - Projeto Alternativo Comunitário  
PACS - Projetos Alternativas do Cone Sul  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental  
PRONACOOP - Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho  
SBCJS - Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário  
SCJS - Sistema de Comércio Justo e Solidário  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
TECSOL - Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária  
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária  
UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho  
UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários  
WFTO - World Fair Trade Organization

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: no caminho para a transformação	15
1.1. Método: visão de mundo: Premissas teóricas	18
1.2. Humanidade desumanizada: afastamento ontológico do ser humano	20
1.3. Sujeitos da pesquisa: em busca de transformação	24
1.4. Metodologia da pesquisa: caminho trilhado à constituição da pesquisa	30
1.4.1. As entrevistas.	32
1.4.2. A observação participante	33
1.5. Análises e aprendizados para a escrita da dissertação	34
2. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS) – A OUTRA ECONOMIA: fomentando experiências como os Grupos de Consumo Responsável	36
2.1. Outra forma de viver: a práxis rumo à Economia Popular Solidária (EPS):	37
2.2. Princípios da Economia Popular Solidária (EPS)	43
2.3. Trajetórias: caminho de luta contra-hegemônica	47
3. OUTRO COMÉRCIO, OUTRA ECONOMIA: um debate necessário para o movimento.	61
3.1. Comércio Justo e Solidário (CJS): outra relação de comercialização	61
3.2. Consumo Responsável (CR): transformação do ato de consumir	65
3.3. Contradições: conflitos gerados pelo capitalismo	66
3.3.1. Consumidor Responsável	69
3.3.2. Relação do Consumidor Responsável	69
3.3.3. Agroecologia e Agricultura Familiar	71
3.3.4. Produção Orgânica	77
4. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL (GCRS): dialética da emancipação	82
4.1. A Dialética dos consumidores organizados	82
4.2. História dos GCRs no Mundo	86
4.3. História dos GCRs no Brasil	88
4.4. História dos GCRs no Rio Grande do Sul	89
● GCR GiraSol	90
● GCR Aromas & Sabores do Campo	91
● GCR Feira Virtual Rede Bem da Terra	91
● GCR Canguçú	92
● GCR Jerivá	93
● GCR Casa EcoSol	94
● GCR Armazém de EPS	94

5. A PRÁXIS DO GCR ARMAZÉM DE EPS: REALIDADE CONCRETA ASSOCIADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	95
5.1. Caracterização dos GCRs: versus a estrutura e desenvolvimento do capitalismo	96
5.2. O GCR Armazém de EPS a experiência acumulada e as vivências em EPS.	102
a) Trajetória do GCR Armazém de EPS	103
b) Características e funcionamento: desenvolvimento do GCR Armazém de EPS	105
c) GCR Armazém de EPS: práxis da Economia Popular Solidária associada a Educação Ambiental	109
6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA (EAC): processo pedagógico de emancipação e transformação	112
6.1. Contextualizando a Educação	113
6.2. Concepções da Educação Ambiental	116
6.3. Educação Ambiental de forma Crítica (EAC): práxis transformadora	120
6.4. Educação Ambiental Crítica: prática pedagógica da EPS e dos GCRs	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
APÊNDICE	146

## 1. INTRODUÇÃO: no caminho para a transformação

O campo das ideias e pensamentos – em situações diversas – advém da prática e incita o ser humano a busca por conhecimento. Assim, essa pesquisa é reflexo de minha formação, da minha transformação e das experiências que tive no decorrer de minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Afinal, todos estes momentos acontecem dialeticamente, não havendo a possibilidade de separarmos uma coisa da outra.

Por ter uma formação em nível superior num curso voltado ao desenvolvimento do capital – Administração de Empresas - não desenvolvi, durante a graduação, reflexões críticas (contrárias) ao modo de produção capitalista (hegemônico). Apenas seguia aquilo que, como aponta Paulo Freire (2019), se constitui em uma *educação bancária*. Porém, ainda na graduação, por meio de um estágio, pude começar a conhecer as contradições deste modo de produção e a maneira como ele interfere nas relações estabelecidas na sociedade vigente. Esse desvelar da realidade despertou-me a curiosidade e o compromisso político de entender o funcionamento desta forma de economia hegemônica e de encontrar caminhos para superá-la. Foi assim que me encontrei envolvida, de forma prática, nas concepções da Economia Popular Solidária<sup>1</sup>, a qual possibilita a superação do capitalismo. Diante disso, passei a sentir o “gostinho” da realização humana no trabalho que desenvolvo.

Para entender esse processo ontológico que me constitui como pesquisadora, se faz necessário regressar à graduação no curso de Administração na Universidade Federal do Rio Grande, o qual tem o objetivo de formar bacharéis com capacidade para gerir empreendimentos. Naquele momento, minha ideia era transformar o desenvolvimento de empreendimentos para oportunizar um bem viver melhor para os trabalhadores, assim como buscar formas estruturais de minimizar a destruição dos recursos naturais do Planeta.

---

<sup>1</sup> O acréscimo do termo Popular foi inserido na II Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada no dia 08/05/2010, como preparação da II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES). De acordo com Gadotti (2009), há várias e distintas denominações para a EPS, porém com os mesmos propósitos e associadas a uma outra economia, tal como: economia social, socio-economia, economia popular solidária, entre outras. No entanto, aqui neste estudo utilizaremos o último termo, visto entendermos que a EPS tem como objetivos e princípios atender as necessidades da população pobre e a quem busca uma sociedade justa e equitativa, ou seja, uma economia popular, exercida de forma solidária, pelo e para o povo.

Ainda no início da graduação, passei a ser bolsista no Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG)<sup>2</sup>, local em que pude “descortinar” a realidade excludente e exploratória do modo de produção capitalista e das empresas que funcionam nesta lógica. Tal conhecimento me fez compreender que não seria possível transformar, em prol dos(as) trabalhadores(as) e do planeta, o modo de produção econômico baseado no lucro e, portanto, na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humano.

Foi no NUDESE que entendi que nada é determinado a ser como está. Desta forma, embora estejamos condicionados ao modo de produção capitalista, há possibilidades de se fazer algo diferente, buscando-se a emancipação humana. Foi aí que conheci uma outra forma de economia, a Economia Popular Solidária (EPS) - também chamada de Economia Solidária - a qual viabiliza uma relação entre os seres humanos e deles com a natureza de forma mais saudável e sustentável, na medida em que se preocupa com o meio ambiente em sua totalidade.

Nesse Núcleo, também pude conhecer um pouco sobre a Educação Ambiental Crítica (EAC), a qual vai além dos conceitos de transmissão de informações de conhecimento sobre o meio ambiente e seus impactos, tendo em vista que os seres humanos são parte do meio ambiente e fazem parte deste sistema como seres reflexivos e com capacidade de transformação. Como Karl Marx aponta em sua obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*:

O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010, p. 84).

Com o despertar dessa compreensão do ser humano, natureza e sociedade, deparei-me, no NUDESE, com outra forma de relação entre produtores e consumidores, distinta desta desenvolvida pelo capital. Percebi o papel fundamental de se desenvolver o conhecimento do processo produtivo e que os produtos da EPS

---

<sup>2</sup> O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) surgiu em 2003. Esse núcleo é permanente, e tem como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, associações, grupos informais. Disponível em: <https://nudese.furg.br/historia>. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

são de qualidade para a saúde dos seres humanos e do planeta em seu todo, se constituindo em um modo sustentável de produção e consumo. Sendo assim, consciente de minha incompletude, decidi estudar e conhecer sobre a EPS, trazendo para minha monografia, no ano de 2016, o estudo de empreendimentos de EPS assessorados pelo NUDESE, em particular os do artesanato.

Junto aos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES)<sup>3</sup> compreendi a possibilidade de haver a valorização do ser humano e do seu trabalho, assim como do planeta, visto que a EPS desenvolve uma forma de trabalho na qual a produção e o consumo são saudáveis e não degradam o meio ambiente. Sendo essa produção e consumo, a base das concepções dos Grupos de Consumo Responsável (GCR). Esses GCRs são grupos que adotam em suas práticas metodologias freireanas, desenvolvendo junto aos(as) envolvidos(as), uma educação transformadora e libertadora, condizentes com a Educação Ambiental Crítica (EAC).

O NUDESE incuba e assessora vários empreendimentos de EPS, entre eles o GCR Armazém de Economia Popular Solidária – GCR Armazém de EPS. Assim sendo, pude participar desse GCR desde sua criação – sendo a primeira consumidora a ser cadastrada na comunidade Armazém de EPS, além de atuar como sua gestora. Então, foi a partir de tudo que fui buscando conhecer a respeito dos GCRs, em função do meu envolvimento com o Armazém da EPS, que desenvolvi o interesse em estudar esse grupo, particularmente, seus(suas) produtores(as) de alimentos dos municípios de Rio Grande e São José do Norte, no estado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, ingresso como mestranda em Educação Ambiental (PPGEA-FURG), na linha de pesquisa não-formal. Além disso, busco estar junto a grupos de pesquisadores que trabalham com uma perspectiva crítica, especialmente marxista, o que têm me possibilitado leituras e reflexões da minha realidade, dos outros e do mundo, contribuindo, assim, com meu processo de humanização. Em função disso, percebi a importância da epistemologia para poder intervir, transformar e me transformar. Diante disso, é que procuro no mestrado articular os conhecimentos teórico/práticos que venho desenvolvendo, de forma a poder contribuir com um outro mundo que é possível e necessário, pautado nas relações humanas e não do capital.

Desta forma, o problema de pesquisa consiste na seguinte questão: *“como pode a EAC contribuir com o desenvolvimento dos produtores de alimentos da EPS*

---

<sup>3</sup> Empreendimentos que seguem as concepções e princípios da EPS.

*para a resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista?” Parte-se da hipótese “que a prática pedagógica dos sujeitos, que constroem os Grupos de Consumo Responsável, contribuem para a emancipação humana, devido a se alicerçarem em uma práxis contra-hegemônica”.*

Assim, apresento como estratégia metodológica da pesquisa um estudo de caso dos produtores de alimentos de Rio Grande e São José do Norte, os quais compõem o GCR Armazém de EPS. Entendendo, que a experiência vivida no NUDESE e no GCR pode ser objeto de uma reflexão teórica.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo “investigar as práxis dos produtores de alimentos dos municípios de Rio Grande e São José do Norte, que produzem na lógica da EPS e fornecem seus produtos ao Armazém de EPS, bem como avaliar as contribuições da EAC a essas práticas”. Visando atender ao objetivo geral desta pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o GCR Armazém de EPS de Rio Grande - RS, buscando conhecer sua estrutura, desenvolvimento e metodologia de trabalho;
- Compreender as práticas dos produtores de alimentos de Rio Grande - RS e de São José do Norte – RS, que compõem o GCR Armazém de EPS, avaliando se elas se diferenciam das práticas de produção hegemônicas na sociedade capitalista;
- Avaliar como a EAC pode contribuir com o desenvolvimento da práxis dos produtores de alimentos do Armazém de EPS na resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista.

Neste estudo, para a análise das informações obtidas, nos apoiamos no método materialista histórico-dialético. Este método tem a materialidade como sendo as próprias relações sociais e o termo histórico é uma extensão do materialismo dialético à interpretação da sociedade. Este método me possibilita revelar a minha visão de mundo.

### **1.1. Método: visão de mundo: Premissas teóricas**

O materialismo histórico-dialético surge com Marx, que se utilizou das ideias dialéticas de Hegel. No entanto, baseou-se na concepção materialista, diferente de Hegel, que associava as ideias do mundo ao espírito absoluto. Triviños (1987), salienta que para Marx a consciência não constitui a realidade objetiva, ao contrário, a realidade objetiva que promove a consciência, isto é, os objetos materiais que estabelecem a consciência do ser humano. O método de Marx possibilita ao pesquisador compreender o mundo, assim como estudar e analisar de forma crítica as regras, os costumes, as normas que caracterizam a existência do ser humano em sociedade e de investigar como se sucedeu a sua evolução histórica, a sua prática social e seu desenvolvimento humano (TRIVIÑOS, 1987).

Esse método (materialismo histórico-dialético) proporciona a explicação da história por meio dos seus fatores materiais, fatores econômicos. Assim, a organização da vida é condicionada pela estrutura econômica e pela “própria realidade em movimentos complexos e contraditórios” (LOUREIRO, 2014, p. 58). Loureiro (2014, p. 60) afirma que “o humano, enquanto elemento constituinte da natureza, *com* ela e *por meio* dela se desenvolve e se (re)afirma, em uma relação dialética de construção e desconstrução em um constante devir, na contraposição com o seu outro”. O materialismo histórico-dialético, portanto, se constitui em visão de mundo que permite compreender as ações dos indivíduos (historicamente) e as suas condições materiais de existência, as quais formam (os materiais) a essência de todas as suas relações e é nas relações sociais que os seres humanos se constituem.

Nessa perspectiva, a “interpretação dos fenômenos sociais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51) e a compreensão de como se formam as dimensões sócio-econômicas e as relações de produção, se constitui o embasamento sobre a sociedade. Dialeticamente, os procedimentos buscam “explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). Essa interpretação constitui “uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51), bem como visa ser a “teoria orientadora da revolução do proletariado” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Assim, tendo como “propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, como a realidade objetiva, se reflete na consciência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). O materialismo dialético tem como uma das ideias originais “na teoria do conhecimento a importância da prática social como

critério de verdade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51), e esse método implica que o papel da prática embasa a teoria. No entanto, a prática como critério de verdade precisa transformar o mundo. Assim, por meio desse método poderemos compreender o mundo, visto que ele tem como raiz a história. Para tanto, é necessário constituir o conhecimento. Conforme Vázquez (2007, p. 143), “o conhecimento é o conhecimento de um mundo criado pelo homem, isto é, inexistente fora da história da sociedade e da indústria”. Assim, a práxis é uma categoria central da humanização.

Nessa perspectiva os GCRs constroem, esperançosamente, possibilidades de novas maneiras de produção, comercialização e consumo que, de acordo com Moura et al. (2013, p. 6), o novo (GCR) “se apresenta como um movimento social em processo de desenvolvimento para a superação das situações-limite desumana que fazem, nesta sociedade”, o pequeno produtor “ser menos” (MOURA et al., 2013, p. 6). Assim sendo, com “base nesta análise qualitativa que não é uma mera classificação da opinião dos informantes, mas a descoberta de seus códigos sociais, a partir das suas falas, símbolos e observações; buscamos compreender e interpretar, [...] parte da realidade social”, (MOURA, 2016, p. 28), para contribuir por meio deste estudo (embasado pelo método do materialismo histórico e dialético, no campo da teoria crítica) com as práticas/relações advindas dos pequenos produtores de Rio Grande e São José do Norte. Este estudo foi viabilizado por intermédio do GCR Armazém de EPS.

Portanto, nessa perspectiva, a ação humanizadora tem intencionalidade de transformar a estrutura produtiva social, modificando, de forma qualitativa, a luta pela emancipação da humanidade. Para tanto, reconhece e se embasa nas epistemologias da ciência.

## **1.2. Humanidade desumanizada: afastamento ontológico do ser humano**

Conforme Mészáros (2008), Marx apontou que o modo de produção capitalista e as relações provenientes dele levam à desumanização dos trabalhadores a qual afasta o homem do seu ser ontológico. Esse sistema tem como força de trabalho o próprio ser humano, ou seja, tudo que o trabalhador produz é criado a partir da sua força física e intelectual como ferramentas. Quanto mais ele se especializa, mais caro vende sua força de trabalho. Ainda salienta que o trabalho é a essência do ser humano

e que faz parte da sua natureza, do seu ser. Porém, quando este trabalho é estranhado e alienado, ele desumaniza este ser humano.

Salienta o CONIC<sup>4</sup> e FBES<sup>5</sup> (2010), que o desemprego, ainda que no contexto da alienação capitalista, se constitui em tragédia maior para o trabalhador, pois lhes tira as condições de sobrevivência. Contudo, mesmo em uma situação de pleno emprego, as pessoas precisam dos recursos naturais da natureza e do seu trabalho humanizado para viverem e para manterem sua existência. Elas têm uma relação de interdependência entre si e, para que esses seres humanos vivam sua essência, é necessário que o trabalho que desenvolvem seja humanizador. Então, esse trabalho precisa ser liberto e não, alienado e estranhado. Para tanto, é necessário o ser humano entender que ele precisa da natureza natural e que também é parte dela (MÉSZÁROS, 2008).

Outros aspectos importantes inseridos na sociedade são as relações econômicas. De modo geral o processo econômico tem como práticas a produção, a comercialização e o consumo de bens e serviços, visto que acontece nas relações entre as pessoas por todo o planeta. Para movimentar essa economia é necessário o uso dos recursos naturais. Contudo, é fato que essas riquezas naturais são limitadas e as necessidades humanas ilimitadas. Assim, a economia orienta no atendimento das necessidades com menos recursos, em uma busca incessante pela eficiência fundamentada na acumulação de capital e no lucro. Porém, além dos recursos naturais serem limitados e escassos, eles estão centralizados nas mãos de pouquíssimas pessoas no mundo, ocasionando as desigualdades sociais (CONIC; FBES, 2010).

Salientam CONIC e FBES (2010, p. 13), que o capitalismo é um sistema econômico com visão colonizadora e dominadora que:

negou e quase destruiu totalmente as outras formas de fazer economia, sobretudo os modos como os povos e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros) produziam suas condições de vida, satisfaziam suas necessidades e desenvolviam suas habilidades, considerando e valorizando o meio ambiente, suas crenças e o respeito pela vida.

---

<sup>4</sup> Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC): criado em 1982, em Porto Alegre (RS). Tem como compromisso “atuar em favor da dignidade e dos direitos e deveres das pessoas”. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

<sup>5</sup> Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES): “instrumento do movimento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversas” pessoas e “movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil”. Disponível em: <https://fbes.org.br/>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

Dentro desse sistema econômico capitalista a geração de riqueza é para poucos, os quais são os concentradores de bens e capital, devido a possuírem os meios de produção e propriedades (terras, equipamentos, empresas etc.), enquanto a maioria dos seres humanos lutam para suprir suas necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação etc.) e, assim, continuam na pobreza.

Mészáros (2016), relata que Lênin percebeu que “a ideia central de Marx é sua crítica da reificação capitalista das relações sociais de produção, da alienação do trabalho por meio das mediações reificadas de TRABALHO ASSALARIADO, PROPRIEDADE PRIVADA E TROCA” (MÉSZÁROS, 2016, p. 93-94) e, como seres coisificados, há uma preocupação, também, com o querer coisas e, assim, trabalhamos para nossa subsistência, mas também para possuímos bens que possam nos possibilitar a nossa continuidade nessas relações do meio em que vivemos. Como destacou o professor Luis Fernando Minasi (2020)<sup>6</sup>, “tiramos mais da natureza do que precisamos”. Portanto, consumimos exacerbadamente e sem controle. Esta é a grande pegada do capitalismo, fazendo com que os seres humanos consumam cada vez mais e para isto, é necessário alienar o trabalhador, que também é o consumidor.

O capitalismo, para continuar subsistindo, precisa sempre se reinventar, já que o valor que as coisas têm hoje, pode não ter mais valor amanhã para o mercado. Assim uma ideia concretizada, já amanhã, precisa ser atualizada, ser mais moderna para o mercado. Dentro desse sistema, os empreendimentos, para se manterem, precisam acompanhar o que o mercado quer: o que está na moda, mesmo que não seja aquilo que realmente é necessário ao desenvolvimento de nossa humanidade. Para que esse fato apresentado exista – atualizações de produtos modernos – é necessário a manipulação do consumidor, de forma que ele acredite que precisa do novo porque o velho já não atende mais suas necessidades, fazendo com que se consuma cada vez mais. Assim, sob esta lógica, se o consumidor não se modernizar, isto é, adquirir o que tem de novo no mercado, ele está fora do grupo da comunidade em que ele está inserido.

Os objetos, para o ser humano primitivo, como aponta Mészáros (2016), tinham

---

<sup>6</sup> Professor da disciplina de Karl Marx e a Natureza I, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG).

uma valorização distinta dos valores de atualmente. Os primeiros valores foram mudando conforme a história humana, em sociedade, foi se desenvolvendo. Os sentidos humanos foram se aprimorando, então, os objetos não só tinham valorização para a manutenção biológica, mas também mental. Com o aprimoramento dos sentidos humanos, o homem tomou o caminho da valoração dos objetos no sentido estético do que estava sendo apresentado, porém de uma racionalidade ainda humanizada. Conforme o autor, "os sentidos humanos estão entrelaçados não só entre si, mas também cada um deles com todas as demais capacidades humanas, incluindo, é claro, a capacidade de raciocinar" (MÉSZÁROS, 2016, p. 185). No entanto, com o passar do tempo deu-se outro rumo aos sentidos dos objetos, tornando-os uma mercadoria de uso e troca (MÉSZÁROS, 2016).

Observa-se que o consumidor introjeta em si uma felicidade que acontece na realização da compra. Contudo, essa felicidade dura pouco, já que seu desejo foi concretizado, mas não se sente satisfeito, visto que almeja outros produtos. O consumo proveniente do capital (a sua forma de consumo não se importa em destruir com a natureza para atingir cada vez mais o seu intuito, o lucro) gera no consumidor a necessidade, também, de troca do produto que ainda funciona, bem como os produtos artesanais por industriais, o antigo pelo novo. Assim, as pessoas vivem em uma sociedade em que a obsolescência (processo em que o produto deixa de ser usado mesmo ainda estando em condições de uso, devido a existência de outro mais avançado) é planejada. Um modo de produção que inclusive os seres humanos são considerados objetos e que serão, em dado momento, descartados. O interessante para esse sistema é um consumo em que há uma seleção do que é mais apresentável e preços, aparentemente, baixos, sem dar importância de onde vem, quem produz e como produz.

A forma de colocar em prática essas ideias do capitalismo é construindo uma cultura do consumo. É o que Guy Debord (2003) chama de sociedade do espetáculo, ou seja, uma sociedade pautada no fetiche da mercadoria, em que a mercadoria transcende o seu valor de uso – sua necessidade de uso – ou seja, os seres humanos valorizam as mercadorias além do seu valor real, o que é uma valorização ilusória. Essa valorização ilusória das mercadorias é ocasionada pelos dominadores para garantir o consumo das mercadorias. Desta forma, "o consumidor real torna-se um consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real e o espetáculo

a sua manifestação geral (DEBORD, 2003, p. 36). Sendo o espetáculo não “um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 14) “[...] é o modelo presente da vida socialmente dominante” (DEBORD, 2003, p. 15), assim como “é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário - o consumo” (DEBORD, 2003, p.15).

### **1.3. Sujeitos da pesquisa: em busca de transformação**

As entrevistas foram realizadas com 7 (sete) produtores/fornecedores do GCR Armazém de EPS, com idade mínima de 18 (dezoito) anos. Esses sujeitos foram selecionados em dois representantes de cada grupo produtor: na área de hortifrutigranjeiros – já que as localizações das produções são afastadas – selecionou-se um representante de cada grupo que se encontra na mesma localização ou mesmo espaço de produção. Os participantes escolheram e foram escolhidos, uma vez que a nossa relação é fruto do trabalho desenvolvido no NUDESE, conforme relatado anteriormente, ou seja, os processos formativos dos grupos de produção e dos Empreendimentos de Economia Solidária resultam de envolvimento e participação. Assim sendo, encontra-se, na cidade de São José do Norte: 2 (duas) produtoras de hortifrutigranjeiros e da cidade de Rio Grande: 2 (dois) produtores de hortifrutigranjeiros, 2 (duas) produtoras - de grupos distintos - de gastronomia e 1 (um) pescador artesanal. Após as entrevistas foram realizadas as respectivas transcrições e, na sequência, efetuamos a análise e reflexão das informações fornecidas, a qual foi embasada no aporte teórico adotado nesta pesquisa, bem como nas observações realizadas por mim..

Os participantes são produtores - que fazem parte do GCR Armazém de EPS e desta pesquisa – e estão na faixa etária entre 40 e 70 anos. A seguir a caracterização de cada um dos deles, bem como suas realidades em relação ao trabalho coletivo:

- **Participante 1 (P1):** atua na área da gastronomia com lanches, doces, marmitas e sucos naturais. Esta participante tem como escolaridade ensino fundamental incompleto e compõe desde o princípio o grupo *Delícias Solidárias* – fundado em 2015 na cidade de Rio Grande - RS. Este grupo segue a lógica da EPS, é assessorado pelo NUDESE, é um grupo de natureza informal e possui espaços

dentro da FURG por meio de convênios. Este grupo surgiu com 2 (duas) integrantes – sendo uma delas a P1 - mais adiante vieram a ser 6 (seis) mulheres. Porém, com o advento da pandemia, o grupo parou, devido ao cancelamento das atividades na Universidade.

Durante a pandemia, o grupo ficou apenas 2 (duas) integrantes, as quais buscaram comercializar seus produtos por meio de plataformas online, no entanto, não houve sucesso. Desta forma, as integrantes buscaram outros meios de sobrevivência, assim como já tinha acontecido com as outras integrantes. Algumas delas não deixaram de entregar seus produtos no GCR Armazém de EPS, mesmo sendo pequenos os seus pedidos. Com a volta gradativa da Universidade, o grupo retorna, porém apenas com 3 (três) integrantes. A composição deste grupo sempre foi de mulheres, sendo que já houve interesse de um homem, no entanto – por decisão da grande maioria – não foi aceito a sua participação no grupo, devido aos integrantes acreditarem que haveria constrangimento delas, já que o espaço de comercialização é pequeno.

Este empreendimento desenvolve a produção de forma individual nas suas próprias casas. Apenas acontece a produção coletiva - de forma esporádica - nos coffee breaks. A comercialização é efetuada de forma coletiva, sendo que os valores recebidos são de acordo com a produção de cada uma. No entanto, a gestão de funcionamento do grupo é realizada em conjunto, ou seja, há autogestão. Contudo, este grupo tem interesse em desenvolver todas as suas atividades de forma coletiva.

Em relação às formações - de temas como EPS, CJS e gestão - este grupo vem desenvolvendo atividades formativas continuadas junto ao NUDESE e em outros espaços. Estas formações aconteciam a cada 15 (quinze) dias, porém durante a pandemia, elas foram acontecendo de forma online e mais espaçadas até serem descontinuadas. No início deste ano voltaram a ser realizadas, ainda de forma online, a cada 15 dias. As formações também acontecem em eventuais cursos, na entrega dos seus produtos ao GCR Armazém de EPS, nas redes sociais, entre outros.

- **Participante 2 (P2):** atua na área da gastronomia comucas e bolos utilizando o insumo principal orgânico. Esta participante tem como escolaridade ensino fundamental incompleto e compõe desde o princípio o grupo *Mãos na Massa* – fundado em 2018 na cidade de Rio Grande - RS. Este grupo foi criado por 2 (duas)

mulheres e é assessorado pelo NUDESE. Ele tem natureza informal, desenvolvendo as práticas da EPS. Porém, devido a doença de família, uma das integrantes mudou-se para outra cidade. A única integrante pensava em buscar novas participantes, mas com a pandemia, a concretização desta ideia foi adiada. Este grupo possui um espaço na FURG. Porém, com o advento da pandemia, o grupo parou, devido ao cancelamento das atividades na Universidade.

Durante a pandemia, o empreendimento buscou comercializar seus produtos por meio de plataformas online, o que foi sucesso nas vendas, porém, devido a logística custosa, teve que parar. No início da pandemia não entregava seus produtos, porém mais adiante voltou a oferecer no GCR Armazém de EPS e entrega até o momento. Este empreendimento ainda não voltou a utilizar o espaço na FURG, visto que há necessidade de reorganização.

O empreendimento desenvolve a produção de forma individual mesmo quando havia as duas integrantes. A comercialização era efetuada de forma coletiva, sendo que os valores recebidos eram de acordo com a produção de cada uma. A gestão de funcionamento do grupo era realizada em conjunto, ou seja, havia autogestão. Contudo, o empreendimento tem interesse em desenvolver todas as atividades de forma coletiva. No tempo em que havia duas, elas pensavam produzir coletivamente, porém a distância de moradias era muito grande, inviabilizando esta forma de processo.

Em relação às formações, este grupo vem desenvolvendo atividades formativas continuadas junto ao NUDESE e em outros espaços, formações de temas como EPS, CJS e gestão. Estas formações aconteciam a cada 15 (quinze) dias. Durante a pandemia ela foi acontecendo juntamente com o grupo Delícias Solidárias de forma online e mais espaçada até parar. Esta atividade formativa continuada ainda não voltou a acontecer, devido a necessidade de reorganização. As formações também acontecem em eventuais cursos, na entrega dos seus produtos ao GCR Armazém de EPS, nas redes sociais, entre outros.

- **Participante 3 (P3):** atua na área da *agricultura familiar* com hortifrutigranjeiros. Esta participante tem como escolaridade ensino médio completo e compõe desde o princípio o grupo *Econorte* – fundado em 2009 na cidade de São José do Norte. O grupo tem como base a agroecologia, foi assessorado pelo NUDESE

durante o projeto<sup>7</sup> e é de natureza informal integrante de uma Organização de Controle Social - OCS<sup>8</sup>, além de possuir um espaço de feira fechado – cedido pela prefeitura de São José do Norte - RS. No princípio deste grupo, haviam 20 famílias cadastradas, mais adiante formado por 9 (nove) famílias e na pandemia ficaram 4 (quatro) famílias. Com o advento da pandemia o grupo parou por algum tempo, voltando às atividades no seu espaço com cuidados exigidos pela vigilância sanitária.

Durante a pandemia no ano de 2020 não foram realizadas entregas dos produtos ao GCR Armazém de EPS, contudo voltam em 2021 após a vacinação contra o Covid-19. Este empreendimento desenvolve a produção de forma individual. A comercialização é efetuada de forma coletiva, sendo que os valores recebidos são de acordo com a produção de cada uma. No entanto, a gestão de funcionamento do grupo é realizada em conjunto, ou seja, há autogestão. Porém, a participante em questão gostaria de desenvolver todas as suas atividades de forma coletiva.

Em relação às formações, este grupo desenvolveu suas atividades formativas continuadas junto ao NUDESE, com temas como EPS e agroecologia, durante o projeto citado e em outros espaços. Após o término do projeto o NUDESE atende a Econorte apenas em questões pontuais. No entanto, este grupo participa de formações durante as suas reuniões, bem como em eventuais cursos, na entrega dos seus produtos ao GCR Armazém de EPS, nas redes sociais, entre outros.

- **Participante 4 (P4):** atua na área da *agricultura familiar* com hortifrutigranjeiros. Esta participante tem como escolaridade ensino fundamental incompleto e compõe desde o ano de 2013 o grupo *Econorte* – fundado em 2009. Este grupo está caracterizado na P3, já que pertence a mesma OCS. Em relação às formações, esta participante realizou formação sobre agroecologia quando veio fazer parte do grupo, bem como participa de formações durante as suas reuniões, em

---

<sup>7</sup> Projeto de extensão de Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na aglomeração urbana do Sul (AEUP) nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte – RS: através do fortalecimento da produção, comercialização e da agroecologia, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

<sup>8</sup> Organização de Controle Social – OCS: é uma legislação brasileira de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar, que de acordo com o Manual de Mecanismos de Controle do MAPA, (2008), é quando acontece a venda direta entre produtor e consumidor, ou seja, sem a presença de intermediários. Assim, os agricultores familiares farão parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

eventuais cursos, na entrega dos seus produtos ao GCR Armazém de EPS, nas redes sociais, entre outros.

- **Participante 5 (P5):** atua na área da *agricultura familiar* com hortifrutigranjeiros. Este participante tem como escolaridade ensino fundamental incompleto e compõe desde o princípio o grupo – fundado em 2009 na cidade de Rio Grande - RS. Este grupo tem como base a agroecologia, foi assessorado pelo NUDESE durante o projeto citado na P3 e é um grupo de natureza informal integrante de uma OCS. O grupo surgiu com 9 (nove) famílias e no momento participam do grupo 4 (quatro) famílias. Com o advento da pandemia este participante parou com suas atividades de comercialização, voltando gradativamente, após a vacinação contra o Covid-19. No entanto, as entregas ao GCR Armazém de EPS, parou nos primeiros meses, voltando com todos os cuidados exigidos pela vigilância sanitária.

Este Participante desenvolve a sua produção e comercialização de forma individual, apenas em família. Contudo, o participante gostaria de desenvolver todas as suas atividades de forma coletiva, porém não acredita na viabilidade, já que há poucos agricultores que atuam na lógica da agroecologia.

Em relação às formações, este grupo desenvolveu suas atividades formativas continuadas junto ao NUDESE, com temas como EPS e agroecologia, durante o projeto citado e em outros espaços. Após o término do projeto o NUDESE atende a este grupo apenas em questões pontuais. No entanto, este participante busca, constantemente, leituras, cursos, encontros e reuniões que possam descortinar este modo de produção vigente, bem como sobre os processos de produção orgânica, buscando sempre a melhoria dos produtos para o consumidor.

- **Participante 6 (P6):** atua na área da *agricultura familiar* com hortifrutigranjeiros. Este participante tem como escolaridade ensino fundamental incompleto e compõe desde o princípio o grupo – fundado em 2009 na cidade de Rio Grande - RS. Este agricultor faz parte da mesma OCS do P5. Com o advento da pandemia este participante buscou outras formas de comercialização (vendas por whatsapp) - com todos os cuidados exigidos pela vigilância sanitária na entrega - além das entregas ao GCR Armazém de EPS. No entanto, devido a climatologia e a falta

de políticas públicas este participante não tem conseguido desenvolver uma produção que atenda as demandas solicitadas.

Este Participante desenvolve a sua produção e comercialização de forma individual, apenas em família. Em relação às formações, se sucedem da mesma forma que o P5. Este participante busca conhecimentos que venham proporcionar formas de produção saudável tanto para a humanidade quanto para os recursos da natureza.

- **Participante 7 (P7):** atua na área da pesca artesanal. Este participante tem como escolaridade ensino médio completo e compõe desde o princípio a Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel – COOPESMI - fundada em 2012 na cidade de Rio Grande - RS. Este grupo segue a lógica da EPS, é pós-incubado pelo NUDESE, é um grupo de natureza cooperativa e possui espaço próprio. Este empreendimento surgiu com 23 pescadores e mais adiante veio a ser 17 entre homens e mulheres, devido a viabilidade de comercialização e para atender a legislação, já que este grupo primeiramente tornou-se uma associação denominada Associação de Pescadores da Vila São Miguel – APESMI (2002). Esta associação foi criada com o intuito de buscar soluções às dificuldades (pesca predatória, ação do atravessador e legislação ultrapassada) enfrentadas pelos pescadores artesanais.

Porém, com o advento da pandemia, o grupo parou com as suas atividades de processamento. Durante a pandemia, o grupo sofreu dificuldades para comercializar seus produtos. No início não houve entrega de pescados ao GCR Armazém de EPS, depois as entregas foram esporádicas, mesmo sendo pequeno os seus pedidos. Este empreendimento desenvolve as suas atividades de forma coletiva, em alguns momentos cruciais busca mão-de-obra externa.

Em relação às formações este grupo desenvolvia atividades formativas continuadas e em outros espaços junto ao NUDESE, enquanto empreendimento incubado. As formações de temas como EPS, CJS, cooperativismo e gestão. As formações também acontecem em eventuais cursos, na entrega dos seus produtos ao GCR Armazém de EPS, nas redes sociais, entre outros.

Os sujeitos da pesquisa são os protagonistas deste estudo e, juntos, buscamos transformar a nossa realidade e o mundo. A seguir apresentamos a metodologia e os

procedimentos da pesquisa, demonstrando de que forma ocorreu o seu desenvolvimento.

#### **1.4. Metodologia da pesquisa: caminho trilhado à constituição da pesquisa**

A pesquisa é importante e necessária, visto que apresenta o conhecimento prático e teórico da realidade do objeto ou fenômeno, ou conjunto de objetos ou fenômenos. Aponta Minayo (2009a, p. 16), que a pesquisa é a “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...] que alimenta atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. [...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. Sendo assim, a pesquisa não “pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2009a, p. 16). A autora salienta que teoria, “propriamente dita sempre será um conjunto de proposições, um discurso abstrato sobre a realidade” (MINAYO, 2009a, p. 17).

Esta pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso de natureza qualitativa. De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso, na pesquisa qualitativa, define-se e caracteriza-se como:

uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. [...] determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. [...] Em segundo lugar, também, a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador (TRIVIÑOS, 1987, p. 133-134).

Esse estudo de caso foi desenvolvido por meio da pesquisa-ação, visto que esse método se funda na construção de epistemologias que apreendem de forma crítica a realidade. Este método constitui-se na prática desenvolvida no NUDESE junto aos grupos assessorados. Grupos esses, em que alguns fazem parte do GCR em estudo, como os produtores (nas áreas de hortifrutigranjeiros, pesca artesanal e gastronomia). Desta forma, a partir da prática que já é desenvolvida, teorizamos sobre ela, a partir das reflexões feitas, proporcionando uma prática que vai desvelando a realidade, criando e recriando conhecimento, permitindo um movimento reflexivo crítico e sistemático de ação.

Para esta pesquisa, primeiramente, realizei a revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que envolvem o tema estudado, como de Economia Popular Solidária, de Comércio Justo e Solidário, de Consumo Responsável; de Grupos de Consumo Responsável e Educação Ambiental de forma Crítica. Esses conceitos subsidiaram a compreensão acerca do GCR Armazém de Economia Popular Solidária. De acordo com Minayo (2009a, p. 19), conceitos são teores de vocábulos científicos que contêm “expressões carregados de sentido em torno dos quais existe muita história e muita ação social”. Por meio dessa revisão bibliográfica, buscou-se sistematizar o que já foi produzido academicamente a respeito desse GCR, de modo a obtermos uma caracterização do grupo, especialmente no que se refere a sua estruturação, desenvolvimento e metodologia e dos sujeitos participantes desta pesquisa,

Dentro deste contexto bibliográfico, surgiram temas contraditórios, opostos um ao outro ou antagônicos ao sistema hegemônico. Assim sendo, esse estudo de caso buscou constituir conhecimentos, em relação a estas contradições encontradas no modo de produção vigente, necessários para a minha compreensão como pesquisadora e ser humana e para o alcance dos objetivos apresentados neste estudo. Para tanto, se fez necessário um estudo de natureza qualitativa.

A pesquisa qualitativa, destaca Minayo (2009a, p. 21), trabalha com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, realidades as quais não podem ser quantificadas. Esse conjunto de fenômenos humanos foi entendido aqui como parte da realidade social, visto que o ser humano se diferencia não apenas nas suas ações, “mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes” (MINAYO, 2009a, p. 21).

Por meio da pesquisa qualitativa foi possível investigar, junto aos sujeitos da pesquisa, as relações que se seguem em cada contradição apresentada nesse estudo e aproximar-se das suas representações sociais em relação ao fenômeno de interesse desta investigação, assim como foi indispensável a compreensão de como essas práticas e reflexões estão sendo desenvolvidas pelos seres humanos; isto é, se está ou não havendo conscientização, emancipação e transformação dos envolvidos; se essas pessoas acreditam que deve haver transformação no modo de produção e consumo atual para um novo; se estão dispostos, ou não, a participar de movimentos

contra-hegemônicos, de enfrentar o capitalismo e se acreditam que deve haver uma supressão do capitalismo. Por fim, por meio da pesquisa qualitativa se investigou a estrutura e desenvolvimento do fenômeno e a prática dos sujeitos produtores de alimentos das cidades de Rio Grande e São José do Norte que compõem o GCR Armazém de Economia Popular e de como esta prática está relacionada com a EAC.

#### **1.4.1. As entrevistas**

A realização de entrevistas semiestruturadas nos ajudou a estabelecer a legitimidade da construção e confiabilidade de um estudo de caso. As entrevistas, com temas geradores, orientaram a conversa entre os sujeitos da pesquisa e eu como pesquisadora. A entrevista, como aponta Minayo (2009b, p. 64), tem o “objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Para Triviños (1987, p. 141), as informações são elementos - que o pesquisador busca - especificamente e que circundam o fenômeno de interesse da pesquisa. Aponta o autor, que dados são “todo tipo de informações que o pesquisador reúne e analisa para estudar determinado fenômeno social”. Para registrar as locuções verbais dos envolvidos utilizamos da tecnologia como as gravações das entrevistas – acordado pelos entrevistados - que foram de grande importância.

O procedimento das entrevistas para a pesquisa foi o momento em que eu realizei o encontro junto aos sujeitos da pesquisa. Essa relação oportunizou a participação dos entrevistados na pesquisa e na constituição do meu conhecimento empírico sobre o fenômeno ou objeto em estudo. Esse relacionamento entre mim e os sujeitos da pesquisa já acontecia desde o princípio da participação dos produtores locais no GCR Armazém de EPS, visto que eu desenvolvo as atividades de contato com todos os produtores das localizações investigadas. Esse fato nos possibilitou criar uma relação à qual oportunizou uma interlocução espontânea entre os envolvidos, respeitando o conhecimento constituído por cada sujeito desse estudo.

Desta forma, iniciou-se este processo sendo enviado aos sujeitos da pesquisa – por meio do aplicativo WhatsApp - o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual constava o convite à participação na pesquisa. Após termos recebido o aceite do convite devidamente assinado, foi combinado o dia, a hora e o local propício a eles.

Assim, possibilitou um encontro, entre mim e os sujeitos da pesquisa, em um ambiente confortável, onde eles ficaram à vontade durante a conversa que ocorreu de maneira fluída. No momento das entrevistas - gravadas com o devido consentimento – foram realizadas questões abertas deixando o sujeito pesquisado livre a falar. Para esse encontro tomou-se as devidas precauções exigidas pelo protocolo sanitário.

Assim, das sete entrevistas, quatro aconteceram dentro da residência do sujeito, uma em espaço aberto e duas nos seus locais de comercialização. As entrevistas dentro das residências ocorreram tranquilamente, contudo as que se sucederam nos ambientes externo e de trabalho sofreram algumas interferências de ruídos naturais quando realizada em local aberto e de ruídos diversos quando efetuadas no local de trabalho. Porém, foi possível fazer as transcrições, já que houve uma escuta atenta em todos os sentidos. Outra informação dita por alguns participantes é que as questões eram bem mais complexas em relação a outras pesquisas as quais já tinham participado, visto que tinham que pensar no que iriam dizer sobre o que estava sendo discutido.

Depois foi enviado aos entrevistados, as escritas das transcrições realizadas, em que leram, analisaram e concordaram com o que foi dito. Por fim, efetuamos a análise e reflexão das informações obtidas e sistematizadas no decorrer da pesquisa e apresentamos os seus resultados e conclusões.

#### **1.4.2. A observação participante**

Outro recurso de informações obtidas neste estudo, foram as observações. A observação foi o momento em que fomos a campo para o estudo, onde foi possível encontrar à disposição as atitudes, os comportamentos e o ambiente dos sujeitos da pesquisa. Conforme Triviños (1987, p. 153) observar é:

destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparências e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.

A autora Minayo (2009b) aponta que a observação é considerada a essência da pesquisa qualitativa, visto que possibilita a compreensão da realidade. Nessas informações fornecidas - como observadora - fiquei em relação direta com os sujeitos da pesquisa, no espaço social da pesquisa e na medida do possível participei da vida social deles, no seu cenário cultural, porém com a finalidade de obter informações e compreender o contexto da pesquisa. Desta forma, o que fundamenta a “observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro” (MINAYO, 2009b). Assim sendo, as observações foram possíveis, visto que estou (mestranda) e inserida no GCR Armazém de EPS, em que a minha relação é direta com os sujeitos da pesquisa, visto que sou consumidora e faço da organização e gestão deste grupo.

### **1.5. Análises e aprendizados para a escrita da dissertação**

No momento da análise das informações obtidas e sistematizadas no decorrer da pesquisa, utilizamos análise de conteúdo, a partir da delimitação de três fases: “ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita” (MINAYO, 2009a, p. 27). Esta análise teve como base as concepções apontadas na revisão bibliográfica e como aporte aos procedimentos da pesquisa utilizamos a autora Minayo (2009a; 2009b) e o autor Triviños (1987).

No primeiro momento da pesquisa ocorreu a revisão bibliográfica - em que buscou-se fazer a reflexão teórica dos temas pertinentes ao estudo e realizou-se os requisitos solicitados pelo programa, muito necessários, à compreensão sobre a minha visão de mundo, bem como a investigação do fenômeno apresentado e compreensão do objeto do estudo. Na sequência, após apresentação e aceite do projeto, realizou-se as entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa com questões geradoras, as quais me guiaram durante a entrevista. Por fim, após as transcrições das entrevistas, realizamos a análise das informações obtidas - em que utilizamos a análise de conteúdo em que nos baseamos na autora Minayo (2009a; 2009b) - relatamos os resultados desta análise em conjunto com a minha inferência e apresentamos as conclusões, sugestões, contribuições e limitações deste estudo.

Para a análise, inicialmente realizou-se uma sistematização das informações: primeiramente efetuou-se uma análise da revisão bibliográfica apresentada nesta

pesquisa, em que se retirou conteúdos nos quais não eram relevantes para o estudo, assim como foi inserido conceitos teóricos necessários para melhor compreensão sobre o tema levantado no estudo. Na sequência realizou-se a análise das entrevistas, na qual foi efetuada a leitura atenta de cada transcrição e em conjunto com todo o meu conhecimento e minhas experiências constituídas desde o meu ingresso no NUDESE até hoje, foi sendo marcado, em uma única cor, tudo o que foi dito pelos participantes da pesquisa sobre as suas realidades concretas e as suas visões de mundo.

Depois, em nova leitura e releitura - de forma mais aprofundada - das transcrições em comunhão com o aporte teórico - sistematizado em blocos - o que foi refletido por mim. Representando, portanto, as interlocuções e pensamentos dos sujeitos da pesquisa, as quais se constituem em representações sociais da realidade objetiva desses sujeitos. Nesta reflexão, pude perceber o entendimento dos sujeitos da pesquisa e de que forma dialogam com os resultados da revisão bibliográfica permitindo explicitar os diálogos que evidenciam suas práxis.

Durante a reflexão e interpretação emergiram as categorias que deram aporte à minha compreensão e contribuíram para estruturação da escrita da dissertação, já que essas categorias representam a minha visão de mundo. Esta imersão ocorreu devido as categorias já terem surgido a priori, visto que durante o desenvolvimento dos meus conhecimentos elas foram se ressaltando. Assim quando vinha desenvolvendo a reflexão e interpretação das informações obtidas essas categorias apareciam e desta forma pensava “esta prática deste sujeito dialoga com esta categoria”. Então, após a análise as seguintes categorias emergiram: **outra economia, trabalho coletivo, contradição, transformação, práticas pedagógicas, emancipação, práxis e conscientização**. Tais categorias estão presentes no referencial teórico e subsidiaram os resultados e as conclusões do estudo em relação ao objeto estudado, bem como serviram de aporte para responder à questão de pesquisa e atender os objetivos (gerais e específicos) desta pesquisa.

Na sequência apresenta-se os capítulos que deram aporte a construção deste estudo, tal como: o Capítulo 2 (dois) - Economia Popular Solidária (EPS), a outra economia: fomentando experiências como os Grupos de Consumo Responsável – apresentando os conceitos e princípios desta economia, bem como as categorias outra economia e trabalho coletivo em diálogo com os sujeitos da pesquisa em

conjunto com a minha compreensão; o Capítulo 3 (três) - Outro Comércio, Outra Economia: um debate necessário para o movimento - em que apresenta os conceitos de CJS e CR, bem como de contradição apontando os conflitos gerados pelo sistema hegemônico, assim sendo uma categoria central para a busca de soluções; o Capítulo 4 (quatro) - Grupos de Consumo Responsável (GCRs): dialética da emancipação – apresentando experiências contra hegemônicas que buscam outras relações de produção, comercialização e consumo; Capítulo 5 (cinco) - A Práxis do GCR Armazém de EPS: realidade concreta associada a Educação Ambiental - apresentamos a caracterização dos GCRs, bem como a trajetória, a estrutura e desenvolvimento do GCR Armazém de EPS e a compreensão dos sujeitos da pesquisa em relação a este GCR e o Capítulo 6 (seis) - Educação Ambiental Crítica (EAC): processo pedagógico de emancipação e transformação – apresentamos as concepções desta educação e as categorias transformação, práticas pedagógicas, emancipação, práxis e conscientização, as quais desenvolvem práticas reflexivas e críticas da realidade objetiva dos sujeitos e da importância dos recursos naturais para o processo ontológico do ser humano e por fim as Considerações Finais - neste espaço encontra-se o que concluímos desta pesquisa. Apresentamos se atingimos ou não os objetivos, respondemos a questão deste estudo, fazemos sugestões, contribuições e as limitações desta pesquisa.

## **2. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS) – A OUTRA ECONOMIA: fomentando experiências como os Grupos de Consumo Responsável**

Neste capítulo, apresentamos o debate teórico sobre Economia Popular Solidária (EPS) em diálogo com o olhar dos sujeitos da pesquisa sobre seu fazer e agir em seus processos produtivos, entendendo-os como enfrentamento ao modo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, construindo a utopia de uma nova economia. Nesta seção, contextualizamos nosso estudo e demonstramos a forma como percebemos o mundo e suas relações nesse ambiente. Nosso ponto de partida é o entendimento que a produção é um processo de humanização em contraponto ao trabalho alienado dos processos manufatureiros da produção da mercadoria como finalidade do trabalho, ou seja, a práxis como forma de entender o processo de transformação social. Para tal, construímos um debate triangular entre os teóricos da

Teoria Crítica - do acúmulo dos movimentos sociais da EPS - os sujeitos da pesquisa e a nossa percepção como agentes extensionistas.

Ainda neste capítulo apresentamos as categorias – que são importantes - uma vez que emergiram das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e que se manifestam com maior ênfase neste capítulo que são **outra economia** – como uma alternativa a supressão da economia capitalista - e **trabalho coletivo** – como processo humanizador. Apesar de constar estas categorias aqui nesta seção, é importante salientar que esta economia (EPS) desenvolve, por meio de suas práticas, as outras categorias aqui apresentadas neste estudo.

## **2.1. Outra forma de viver: a práxis rumo à Economia Popular Solidária (EPS)**

A EPS se constitui por meio da conscientização e de uma práxis que emancipa e transforma a desumanização em uma humanidade liberta e que vai ao encontro a sua ontologia. Assim sendo vai além dos EES, visto que ela é:

a adoção de um conceito. [...] respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. [...] implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável [...] o que cada um ganha é discutido coletivamente. [...] envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. [...] está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica (GADOTTI, 2009, p. 24).

Conforme consta na Carta de princípios da Economia Solidária - criada na III Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2003 - a EPS para um bem viver dos seres humanos e para a preservação dos recursos naturais, tem como concepções:

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos [...] representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica [...] busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. [...] busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos [...] a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. [...] poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível

organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES, 2005, p. 2).

Em um trabalho em que foi apresentado, como mestranda, no XIII Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, em 2020, apontamos que:

A Economia Solidária é uma outra forma de economia que, mesmo existindo dentro do modo de produção capitalista, possibilita uma relação mais saudável e sustentável entre as pessoas e delas, com a natureza. Conforme Singer (2002a), a Economia Solidária surge de lutas contra a exploração dos trabalhadores e para a criação de trabalho e renda. Assim como, também diverge do sistema capitalista por fundamentar-se numa relação horizontal e de equidade entre os envolvidos. Ela defende uma relação sociedade-natureza menos degradante e mais equilibrada, tendo como princípio a busca constante pela sustentabilidade (SINGER, 2002a). É uma economia que busca diminuir a exploração por não ter por objetivo tirar vantagem de outro indivíduo e, menos ainda, de enriquecer com a destruição da natureza (BRAGA; ANELLO; MOURA, 2020, p. 6).

Ainda segundo as autoras supracitadas a EPS:

baseia-se no modo de produção de capital em coletividade e o direito à liberdade individual. Entretanto, diferentemente do capitalismo, na Economia Solidária esses princípios unem os trabalhadores em uma única classe. O resultado é a solidariedade e igualdade (BRAGA; ANELLO; MOURA, 2020, p. 6).

Outra característica da EPS é a valorização do trabalho e não do capital, do ser humano e não do lucro. Conforme a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, 2006 - a EPS “é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e solidário, com geração de trabalho e redistribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas” (CONIC; FBES, 2010, p. 15). Aponta Gadotti (2009) que a EPS é como uma força real e distinta do capitalismo (apesar de se originar dentro dele), já que não se baseia no lucro e na competição. Os participantes deste estudo têm o entendimento de que o desenvolvimento humano equitativo só é possível em um processo coletivo, e que o valor é dado às pessoas e ao meio ambiente e não em lucros. Para tanto buscam seguir as concepções da EPS:

Nós somos um grupo, é tudo decidido entre o grupo [...]. Aprender mais, ter mais entendimento, conseguir colaborar mais. Eu acho que isso é muito importante, faz parte não do Delícias, mas do empreendimento em si de Economia Solidária. [...] Economia Solidária é quando tu é capaz de fazer alguma coisa no coletivo. [...] visando o meio ambiente, [...] consiga criar renda para diversas pessoas ao mesmo tempo, [...] tu não pode pensar o lucro e sim a renda, o trabalho e renda (PARTICIPANTE 1).

O crescimento da EPS acontece devido a absorção de parte do desemprego causado pelo capitalismo. Esse fato ocasionou o surgimento de várias ações educadoras populares comunitárias. Ainda salienta o autor que a EPS se destaca como:

um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta (GADOTTI, 2009, p. 25).

A EPS, de acordo com CONIC e FBES (2010), questiona modelo educacional vigente (que visa a manutenção do capitalismo), visto que se organiza criando práticas educacionais em que as informações e a educação estão baseadas na educação popular. Assim, desenvolvendo processos que constroem conhecimentos para a “transformação social, política, cultural, ambiental e econômica”, e proporciona a “formação continuada de educadores/as, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias voltadas para autogestão, cooperação e solidariedade” (CONIC; FBES, 2010, p. 30), bem como oportunizam aos trabalhadores também serem formadores. Dessa maneira, articulam os conhecimentos constituídos pela ciência e pelas atividades empíricas.

O desenvolvimento formativo acontece em toda busca por conhecimento, já que todo processo dialético são formas educativas. Estas formações levam aos envolvidos conhecimentos do que vem oportunizar a EPS - por meio dos seus princípios - para o processo de enfrentamento ao capitalismo. Os Participantes desta pesquisa apontam suas interpretações sobre esta outra economia e suas práticas, tal como: economicamente “divisão de renda para as pessoas poderem viver melhor [...], para a humanidade viver melhor é divisão de renda, vai ter o mínimo do necessário, o básico, com a divisão de renda” (PARTICIPANTE 5), bem como apresenta a forma de trabalho que deveria ser desenvolvida para o bem viver de todos, as relações entre as pessoas, valorizando a pluralidade de saberes, a identidade de cada uma:

que a gente fosse o mais justo possível. Tem todo um trabalho por trás de tudo isso, é um trabalho em conjunto, tem que viver e tem que entender teus vizinhos, tua família, as pessoas que tu conhece, tu tem que entender as pessoas para tu te relacionar com elas, senão tu não consegue. A Economia Solidária, eu acho, que a gente não aprende, a gente vem com ela [...] é um encontro, muito bom, de grupos, de várias realidades, várias experiências. [...] Não tem como tu participar da Economia Solidária para olhar para ti só, primeiro tens que olhar o outro. Claro que a gente tem que pensar na gente também, porque a gente depende [...]. O cara é um baita de um artista, ‘mas ninguém me dá valor’; o cara é um artesão de mão cheia, ninguém dá valor. Daqui a pouco entra ali para dentro começa trabalhar, começa conversar,

acha seu caminho, acha a sua identidade, consegue umas conversas, vendo que não é só ele, que tem mais gente, a gente se encontra. [...] É uma coisa diferente, é uma coisa fácil? Não, é muito difícil, é difícil trabalhar a Economia Solidária com as pessoas, porque nós vivemos num mundo capitalista - produzir e ganhar dinheiro - não pensar naquela pessoa ali, ela tem um dom, ela tem uma forma de trabalhar que não é a forma da produção, mas sim, uma forma de trabalho e que ela pode se sustentar daquilo ali. [...] a gente apoiar o outro e sentir um pouco que o outro está sentindo [...]. A Economia Solidária é enxergar o outro. A vida só vai melhorar, a vida das pessoas, realmente, tem que ter um governo solidário, senão, não tem como melhorar nada. [...] os governos têm que ser melhores, têm que pensar na parte social [...] o caminho é pela Economia Solidária, não tem outra. É a solidariedade, é a gente se entender, como pessoas (PARTICIPANTE 7).

Essa economia, que é popular e solidária, está associada a uma outra ideia de economia, em que se articula para uma outra visão societária na qual o trabalho coletivo é essencial para a promoção da justiça social com igualdade de classe. Ou seja, todos os envolvidos trabalham em um mesmo objetivo e as decisões são tomadas em conjunto. A seguir, a fala dos participantes desta pesquisa sobre o trabalho coletivo: “a produção é individual e a comercialização é coletiva, e isso é muito ruim. O correto mesmo é ser a produção coletiva, que é o que a gente tem buscado, está indo atrás, acho que vai sair” (PARTICIPANTE 1). De acordo com esta Participante, este fato ainda não foi possível, visto que há enormes custos e pouco apoio, inclusive político, porém está se encaminhando via universidade FURG.

Conforme a Participante 2 (dois), ainda não é possível o trabalho ser coletivo, visto que além de custos enormes, pouco apoio - inclusive político - há a necessidade de inclusão de novas e de novos integrantes.

Era individual, cada uma fazia o seu produto em suas casas. No coletivo, no princípio, a gente até pensava, mas uma morava no Cassino e eu morava aqui no centro, então se tornava um pouco difícil, mas a gente comentava de um dia a gente ter condições de trabalhar juntas (Participante 2).

Destaca as Participantes 3 (três) e 4 (quatro) que o motivo de não ser coletivo todo o processo é que há enormes custos – principalmente de logística - e pouco apoio, inclusive político, já que os grupos se localizam em distâncias bem acentuadas, impossibilitando uma produção coletiva. Tal como salienta a Participante 3:

O município tem quase 200 km de distância, [...], e como a gente tem pessoas de todos os lugares, uma família de cada lugar. A gente está com, aproximadamente, 150 km entre a primeira e a última família do município, que fazem parte do grupo. É impossível ter uma produção coletiva, não dá.

No entanto, ela aponta que houve uma tentativa de produção coletiva na propriedade de um associado ao grupo, porém não foi viável, tal como aponta ela:

teve um tempo que a gente teve 1 (uma) horta orgânica, [...]. A gente trabalhou, mas não rolou muito, foi boa a experiência que eu tive lá, eu aprendi muito com eles. A gente chegou a produzir alguma coisa, mas não era viável. O transporte, encarecia muito e não deu certo, pelo mesmo motivo de distância. Aí, também, ele disse, que a terra estava disponível enquanto ele vivesse, ele deixou isso bem claro na nossa ata. [...] não demorou muito, acho que uns 2 ou 3 anos depois ele faleceu, porque ele já estava idoso e doente. Mas foi boa a experiência que a gente teve lá, mas também ficou bem claro que com essas famílias, de uma em cada localidade, não dá. A não ser que a gente conseguisse várias famílias da mesma localidade, fizesse vários hortos orgânicos comunitários, que seria o meu sonho. Quem sabe um dia.

Conforme o Participante 5 (cinco), ele não acredita ser viável o trabalho coletivo, já que não há agricultores na mesma lógica em quantidade exigida por lei, porém salienta ele: “teria que ser em forma de cooperativa, eu não sei até que ponto, nosso grupo é pequeno para isso, ainda. Eu acho que teria que ter, como eu digo, somar mais, juntar mais. Quem sabe pudesse funcionar”.

O Participante 6 (seis) já buscou formas coletivas de produção e comercialização, porém devido à falta de confiança e conscientização de alguns possíveis integrantes, essa prática não acabou acontecendo, tal como relata ele:

Não dá certo. Nós tentamos, quando nós trabalhávamos no sistema convencional. [...] Nunca chegaram a conclusão nenhuma. [...] as pessoas sempre tiveram essa ideia assim, se tu te envolver em alguma coisa, ficam: ele vai levar vantagem de alguma coisa. [...] Então fica muito difícil de tu botar na cabeça da pessoa, que não é assim, que a gente está tentando organizar uma coisa para o bem, para todos.

O Participante 7 (sete) desenvolve suas atividades de forma coletiva. Assim destaca ele: “a gente começou a trabalhar realmente coletivamente, [...] a gente começou em grupo desde 2001 como associação e depois em 2012, começou com a cooperativa”. Ainda destaca este Participante:

um aprendizado da vida, a gente cria uma bagagem muito boa para trabalhar em projetos coletivos, com certeza, porque teve uma formação de Economia Solidária. Eu acho que isso é o fundamental, para que o trabalho coletivo continue. Não entra ali sabendo, tu entra ali tentando aprender. A gente quando faz isso, com certeza, as pessoas, nós conseguimos produzir coisas boas coletivamente. Embora o trabalho amanhã termine, o conhecimento não vai embora. Faz bem para tua vida, para tua família, tu consegue até construir uma relação diferente dentro de casa (PARTICIPANTE 7).

Portanto, os Participantes desta pesquisa apontam que o trabalho deveria ser coletivo e que desta forma seria um processo igualitário a todos, tal como as práticas da EPS. No entanto, devido a entraves políticos, logísticos e de conscientização ainda não é possível, na maioria dos grupos, o trabalho coletivo.

A EPS se fundamenta no protagonismo dos seres humanos – os sujeitos do processo – tanto produtivo quanto educativo, pois há que se pensar pedagogicamente a construção do enfrentamento ao capitalismo, abarcando valores humanos como a cooperação, a coletividade e a colaboração, os quais abrangem outros valores, ressaltando, “o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório e alternativo” (GADOTTI, 2009, p. 23). Assim sendo, Gadotti conclui que a EPS é uma “práxis pedagógica” (GADOTTI, 2009, p. 23) e abrange, no processo educativo, termos como: trabalho e renda, consumo responsável, desenvolvimento sustentável e Economia Solidária. Uma das sujeitas da pesquisa aponta que as práticas desenvolvidas na EPS oportunizam justiça a todos e valorização do ser humano:

Na minha visão, depois que eu entrei na EPS, não é o que a pessoa fala e nem o que as pessoas pensam, as pessoas têm que estarem na EPS para entender o quê que é o processo. [...] comecei a olhar para as pessoas e dizer assim: tu quer EPS para quem? Para ti? Tu quer economizar o teu dinheiro ou quer uma EPS no sistema? Eu vejo, hoje, que a EPS é o preço justo para todo mundo, porque não é justo eu me matar trabalhando para vender por um preço que não compensa, que não me dá uma mínima [...] as pessoas, às vezes, olham assim: ‘ahh essa Economia Solidária tem que ser de graça para mim ou tem que ser quase de graça’. Quase de graça, é aquele produto que tu compra, que tem trabalho escravo lá atrás [...]. Se tu for ver a fundo, a origem daquilo ali, na maioria das vezes, tem trabalho escravo, é isso que é EPS? Não é. Eu acho que a EPS é um preço justo, sem cobrar abusivo (PARTICIPANTE 3).

Esse outro modo de produção - proposto pela EPS – de acordo com Gadotti (2009), engloba a ecologia e o desenvolvimento (aqui o desenvolvimento é para o bem-estar das pessoas satisfazendo suas necessidades sem destruir os recursos naturais do planeta) sustentável, assim possibilitando a expansão dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. A sustentabilidade, em nosso entendimento, para acontecer precisa que o desenvolvimento seja “ambientalmente correto, socialmente justo, e economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças” (GADOTTI, 2009, p. 29-30). Assim, então, como destaca o autor, as concepções da EPS e da sustentabilidade proporcionam o “bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza e a harmonia entre os diferentes” (GADOTTI, 2009, p. 31). A sustentabilidade está diretamente relacionada com “o respeito à vida,

cuidado diário para com planeta e para com toda a comunidade da vida”, e opõe-se ao “egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica” (GADOTTI, 2009, p. 31).

É imprescindível a contribuição das pessoas envolvidas, só assim a EPS vai se fortalecer como uma economia em prol dos seres humanos, da vida e do planeta (CONIC; FBES, 2010). Para tanto, a EPS vem construindo princípios que são orientadores para as suas práticas.

## **2.2. Princípios da Economia Popular Solidária (EPS)**

Há vários autores explicitando os princípios da EPS com variadas denominações. Contudo, os conceitos são, basicamente, os mesmos, às vezes, apenas mais amplos. O FBES (2005), apresenta na Carta de princípios da Economia Solidária na qual estão constituídos os princípios elaborados, que convergem – em vários pontos – em distintos contextos socioculturais que guiam as práticas, na realidade concreta dos sujeitos, contrapondo as práticas capitalistas. Esses princípios têm como base as várias vivências, como dos povos indígenas e os princípios do cooperativismo criados em Rochdale, na Inglaterra - meados do século XIX - alguns dos quais citados acima. A seguir os princípios gerais que constam na carta em questão:

a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2015, p. 2).

Nos princípios específicos da EPS, constam na carta supracitada as diretrizes a seguir:

**Por um sistema de finanças solidárias:** em que proporcione o “direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças” (FBES, 2005, p. 2).

**Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias:** oportunizando a articulação solidária com “diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam” (FBES, 2005, p. 3). Para tanto, organizar o “consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo

orgânico e dinâmico, [...]” (FBES, 2005, p. 3).

**Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático**, visto que a EPS é:

um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. [...] estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa. [...]. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento (FBES, 2005, p. 3).

No entanto, de maneira mais sucinta e clara para a compreensão, apresenta-se os 10 princípios da EPS, que conduzem os empreendimentos econômicos solidários e a todos envolvidos nos movimentos de EPS, bem como são fatores de manutenção do trabalho coletivo. Tais princípios constam em uma cartilha, construída de forma conjunta entre SENAES<sup>9</sup>, FBES e MTE<sup>10</sup> (2006, p. 32-33).

- **Autogestão:** os integrantes associados, de forma coletiva e participativa, tomam decisões juntos em todas as questões que englobam o empreendimento. Sendo assim, não estão subjugados a nenhum patrão.

o melhor seria quando conseguir produzir coletivamente, porque não vai ter produto meu, produto teu. [...] para ser correto, para comercialização ser coletiva, a produção tem que ser coletiva, porque é injusto, os valores são diferentes, umas ganham mais, outras ganham menos. [...] eu acho que a gente ainda é pouco, que a gente ainda não é o que deveria ser, que tínhamos que crescer mais, enquanto projeto de Economia Solidária (PARTICIPANTE 1).

- **Democracia:** as relações econômicas passam por uma transformação na

---

<sup>9</sup> Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (UNITRABALHO, 2017) UNITRABALHO. Economia solidária e Políticas Públicas. ISSN 2527-1105. Rev. Mundo do Trab. Cont. v.2 n. 2, p. 206-436, julho/dezembro 2017. Porém, em 2016, Michel Temer - presidente da República após o impeachment de Dilma Rousseff - rebaixou a SENAES à categoria de subsecretaria (NEVES; BACIC; GARCÍA, p. 282). NEVES; BACIC; GARCÍA. Economia solidária e Políticas Públicas. ISSN 2527-1105. Rev. Mundo do Trab. Cont. v.2 n. 2, p. 206-436, julho/dezembro 2017.

<sup>10</sup> Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): este ministério foi extinto na Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e (re) criado com a Medida Provisória (MP) 1.058/2021.

EPS, todos, nesse sistema, tem autonomia e igualdade, em que o capital não mais subordina o trabalho.

tem que existir mais emprego, que a coisa não fosse tão desigual, se preocupar mais com a saúde, se preocupar mais com emprego, com as escolas [...], acho que isso aí teria que a política mudar, para ter mais igualdade, para terem, as pessoas, mais condições de trabalhar (PARTICIPANTE 6).

- **Cooperação:** as pessoas e os grupos se unem para apoiarem-se uns aos outros, e a competição não é imposta.

Então, juntar um grupo de pessoas que consigam produzir, que consigam comercializar e administrar o seu empreendimento, não importa se é no artesanato, se é na culinária, se é lá no interior, nas plantações, na agricultura, não importa a forma de trabalho, desde que o trabalho seja feito de uma maneira coletiva, visando o bem da sociedade, da humanidade, do meio ambiente, visando o bem um do outro, que possam estar bem um com o outro, fazendo juntos unidos no mesmo objetivo, numa mesma visão (PARTICIPANTE 1).

- **Centralidade do ser humano:** esse é o princípio que rege todos os outros, visto que tem o ser humano na centralidade e não o lucro. A dimensão econômica busca satisfazer as necessidades para atingir a plenitude dos sujeitos.

A gente tenta sempre melhorar e entender o processo da produção, dentro de quem pesca, de quem realmente beneficia dentro da cooperativa ali. A questão do camarão, mesmo, e da carne de siri e também do peixe, a gente não faz mais estimativa de preço, antes que as pessoas produzam. A gente vê o que vai produzir, [...] vem um camarão miúdo, para ver o que ela vai ganhar por dia, para ver se vai dar para sobreviver. Depois, que a gente vai fazer todo esse custo, para quem está produzindo consiga sobreviver com o que ela está fazendo. Depois que fizemos o preço do produto. Não é de cima para baixo, a gente vem de baixo para cima. Depois, a questão de ganhar mais ou menos, não é de quem produz mais, mas é em cima de quem produz menos. [...] a gente tem todo esse processo na linha de produção e na linha da comercialização (PARTICIPANTE 7).

- **Valorização da diversidade:** respeitar e valorizar todos os tipos de crenças, doutrinas, raças, gêneros ou orientação sexual, bem como reconhecer o lugar da mulher. Assim salienta o Participante 7 (sete) em relação a inclusão de todas as pessoas:

Não é só comercializar, é tu fazer aquela pessoa achar a identidade dela, ajudar ela achar seu caminho, muitas pessoas aí, se sentem excluídas de tudo e acha que não têm caminho, e o caminho tem. A Economia Solidária, às vezes, ajuda muito a fazer isso.

- **Emancipação:** liberdade de todos os sentidos dos sujeitos.

Acho que tem que fazer um trabalho mais aprofundado nesses jovens que tão vindo, porque a troller, a pescaria de prancha produz mais, aí vem naquela área da produção e não tem que ser só a produção, tem que ser produzido e protegendo o meio ambiente o máximo possível. A gente tem que cuidar o máximo possível daquele lugar onde a gente tira o nosso sustento. Só que tem que ter um trabalho na juventude e os mais velhos tem que se conscientizarem um pouco. Esse mais novo, hoje, que está vindo, uma parte desses jovens, é do arrasto, e não é bom para o meio ambiente, para pesca, com certeza. A gente critica muito ali fora, os industriais, mas não podemos fazer o mesmo dentro da lagoa. Então, embarcações maiores, cada vez aumenta mais as embarcações, cada vez produzindo mais e produzindo errado. Então, acho que tem esse trabalho aí para ser feito sim, com esses jovens que estão vindo aí (PARTICIPANTE 7).

- **Valorização do saber:** local, cultural, tecnológico popular (técnicas e metodologias em prol da inclusão social e das melhorias de vida dos sujeitos).

Aquela que as pessoas trabalham em grupo, são várias famílias trabalhando tudo em um objetivo só. O principal é as relações. [...]. Se a gente conseguisse trabalhar com a Economia Solidária o mundo seria bem melhor. [...] seria bem melhor a gente trabalhar no coletivo. [...]. Não ter que aprender, ser obrigado a aprender uma coisa que tu não está conseguindo, [...] que deveria ser bem melhor e ia sair um trabalho mais bem feito (PARTICIPANTE 2).

- **Valorização da aprendizagem:** desenvolver metodologias com elementos necessários às práticas solidárias, por meio de formações que possibilitem a constituição do conhecimento;

Eu acho assim, a gente produzir um alimento como a gente produz – sem agrotóxico, sem adubo químico, para as pessoas que consomem [...] a gente não vai resolver tudo, mas um pouco ajudaria [...], às vezes, é uma coisa simples que pode fazer e não tem conhecimento como fazer, aí é só mudar aqui e fazer diferente (PARTICIPANTE 6).

- **Justiça social:** eliminar a disparidade material e propagar as concepções da solidariedade humana, distribuindo com equidade as riquezas socialmente produzidas e propiciando o bem viver do coletivo, tanto na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico.

A Economia Solidária eu entendo que é uma organização, tipo um conceito de melhor jeito para vender, para produzir, para comprar, também, promovendo o bem comum das pessoas e o seu próprio bem, sem explorar ninguém e não ser explorado e, também respeitando o meio ambiente, a natureza. [...]. Igualar tudo, os mais ricos repartissem um pouco do que tem (PARTICIPANTE 4).

- **Cuidado com o Meio Ambiente:** os EES buscam desenvolver práticas sustentáveis, justa para a sociedade e dinâmica economicamente. Para tanto,

estimulam a “criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem” (SENAES; FBES; MTE, 2006, p. 33), bem como estabelecem com a natureza, relações em que possibilitem o bem viver e a felicidade dos sujeitos e dos coletivos equilibradas (para atender as necessidades, sem destruir com o meio ambiente) com os ecossistemas. Essas ações visam para as gerações futuras um mundo melhor.

Às vezes, tu compra um milho, mas ele é geneticamente modificado, o glúten começou a ser um problema para humanidade, porque os homens transformaram e transformam para o trigo produzir quatorze vezes mais, e aquilo que era uma bênção na terra, que não precisava nem semear, que nascia sozinho, hoje é um problema de saúde e a culpa não é do trigo, a culpa é de quem foi lá e mexeu nele, para ganhar dinheiro. Para a natureza é a própria natureza, é aquilo que a gente nunca deveria ter feito, ter mexido na natureza, porque tem muita coisa que a gente só colhe, também tem isso. [...] como é uma terra que não tem veneno, que não tem adubo químico, que não tem nada, tu só colhe (PARTICIPANTE 3).

Desta forma, por meio dos princípios e práticas em que a EPS proporciona e desenvolve, é possível o ser humano atingir a sua libertação, emancipação e transformação da realidade desumana imposta pelo capitalismo. Essa economia vem em uma luta ao longo dos anos, buscando a supressão deste sistema hegemônico e opressor.

### **2.3. Trajetórias: caminho de luta contra-hegemônica**

As formas de cooperação sempre existiram na sociedade humana desde os tempos mais remotos. No passar do tempo, foram se associando às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças no tempo e espaço, inclusive mudanças por meio de violência contra camponeses, roubos de terras, escravização humana, entre outras práticas. Essas mudanças ocasionam o sistema capitalista. Este sistema tem na sua gênese, como destaca Marx (1996, p. 340), a "assim chamada acumulação primitiva".

O capitalismo é um sistema no qual o modo de produção gera a mais valia, a qual produz a acumulação do capital. Este modo de produção capitalista constitui os protagonistas deste sistema os quais são: os detentores da acumulação do capital (burgueses) e os vendedores de sua força de trabalho que produzem as mercadorias (proletariado). Essa acumulação do capital tem na sua gênese a acumulação primitiva, que conforme Marx (1996), a economia clássica aponta como um processo em que

os detentores do modo de produção economizaram, trabalharam e não gastaram, assim acumularam e ficaram ricos e os trabalhadores eram sujeitos que gastaram tudo e, desta forma só sobrou a sua força de trabalho como recurso para a sua subsistência. Assim sendo, os primeiros - que são poucos - fizeram uma acumulação primitiva, não trabalham mais e puderam dar emprego aos segundos - maioria do povo - os trabalhadores e trabalhadoras que nada tem, apesar de trabalharem. Neste contexto, Marx (1996, p. 340) faz sua crítica, renomeando seu texto de “a assim chamada acumulação primitiva”.

Esta, assim chamada acumulação primitiva, como aponta Marx (1996, p. 340), é um “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” e primitivo “porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. O autor aponta que este processo de produção capitalista consiste na expulsão dos camponeses de suas terras, o qual é um processo econômico e social extremamente violento, que inclui o roubo de terras tanto da igreja como de saque das colônias, o sequestro do povo africano e a escravização de pessoas e tem como cerne a expropriação dos trabalhadores no campo.

Essa acumulação primitiva, na realidade, acontece por meio do processo de separação do trabalhador dos seus meios de condições para efetuar o seu trabalho para a sua subsistência. Esta separação é o processo que origina a relação-capital - transformação de dinheiro e mercadoria em capital que está condicionado à existência de duas classes sociais: os que possuem os meios de produção, o dinheiro e os meios de subsistência e são os que compram a força de trabalho e os trabalhadores assalariados (pessoas que vendem a sua força de trabalho para comprar sua subsistência). A relação-capital é o que dá condições para o desenvolvimento da produção capitalista. Esta produção vem mantendo a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção em escala crescente (MARX, 1996).

O capitalismo é um processo econômico e social que surge com o fim do feudalismo (processo econômico entre senhores feudais e camponeses que produziam sua própria subsistência sendo possuidores dos seus modos de produção). Os capitalistas deixam para a história que estes camponeses viviam em regime de servidão ao senhor feudal. Porém, na realidade suas terras e meios de produção foram roubadas, tal como aponta Marx:

O movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da

coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996, p. 341).

Conforme Marx (1996), a origem de trabalhadores assalariados e capitalistas é por meio da servidão do trabalhador e conseqüentemente transformando o feudalismo (que tinha seu processo exploratório) em capitalismo. O autor aponta que este processo de produção capitalista se iniciou – ocasionalmente, em algumas localizações - nos meados do século XIV e XV, porém sua era é no século XVI. Então, a história da acumulação primitiva, salienta o autor, é composta por:

Todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 1996, p. 341-342).

Nesta barbárie acontece a destruição dos lares dos camponeses, em que a área se torna pasto para a criação de ovelhas, causando assim a ida do povo para as cidades e seu empobrecimento. Alguns imperadores atrasaram essa destruição, diminuindo a degradação humana criando legislações de proteção e até reconstrução de propriedades camponesas, no entanto o que o capitalismo almeja, é a servidão da massa do povo. Já no século XVI, por meio da Reforma, se sucedeu um impulso a outro processo de expropriação violenta, como o roubo da igreja católica. Essa usurpação teve como conseqüências o aumento dos proletários (classe trabalhadora assalariada), sujeitos que viviam nessas terras com permissão da igreja ou receberam legalmente terras das igrejas para sua subsistência (MARX, 1996).

As terras usurpadas foram dadas ou vendidas aos fundiários capitalistas ou aos burgueses em ascensão. Assim, descaradamente, criaram, como progresso - no século XVIII - leis que servem como aporte para validar o roubo das propriedades do povo, tal como aponta Marx (1996, p. 349), “(leis para o cercamento da terra comunal) em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo”.

A expropriação acontecia sempre que os capitalistas enxergavam lucros e mais lucros, assim como ocorreu com os nativos que foram primeiramente expulsos de suas terras, em que sua aldeia foi destruída e queimada para a transformação de pastagem. Os nativos que não foram exterminados, foram enviados para a orla marítima, local este em que os nativos buscaram sua sobrevivência como pescadores. Porém, quando foi visto pelos capitalistas que o peixe ocasionava lucros, os nativos mais uma vez foram expulsos daquele local (MARX, 1996).

Assim, também se sucedeu com o povo que buscou refúgio nas montanhas: da mesma forma que aconteceu com os nativos, os capitalistas, com sua paixão pela caça, expulsam o povo das montanhas e, muitas vezes, esta caça é mais lucrativa que as pastagens para ovelhas. Desta forma, os povos nativos, cada vez mais vão tendo estreitados seus espaços para sua existência, enquanto as ovelhas ou veados ganham mais sítios (MARX, 1996).

Muitos destes camponeses usurpados foram para as cidades, onde as indústrias não cresceram com tanta rapidez quanto o crescimento desses sujeitos expropriados. Desta forma, empobrecendo-os a ponto de levá-los a esmolar, assaltar, vagabundear (parte por propensão e outra pela situação). Este fato desagradou os capitalistas, assim criam legislações que puniam (açoitamento, prisão, orelha cortada, execução) estes sujeitos, como se eles vivessem nesta condição por sua única vontade, apenas os “esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar” (MARX, 1996, p. 356). Estes seres humanos marginalizados poderiam se tornar escravos de quem o denunciou por ‘vadiagem’ e ser marcados a ferro, caso se ausentassem em tempo estipulado e até executados. Assim sendo, como aponta Marx (1996, p. 358-359), os camponeses forçosamente foram roubados e expulsos de suas terras “e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”.

Com o passar do tempo o capitalismo foi se fortificando a ponto dos trabalhadores que:

por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições

econômicas sela o domínio do capitalismo sobre o trabalhador (MARX, 1996, p. 358-359).

O autor supracitado, salienta que os burgueses forçam o Estado a regular os salários e que este fique dentro dos moldes possíveis para “extração da mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é o momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 1996, p. 359). As legislações trabalhistas eram constituídas para a exploração do trabalhador, e quem pagasse salários acima do estipulado era punido e quem recebia tinha uma punição maior ainda. O Estado estipulava um valor máximo aos salários, porém o mínimo não existia. Outra ação contra os trabalhadores foi a proibição, por meio de leis, de acordos ou associações entre estes sujeitos, abolidas em partes em 1825, e totalmente em 1859.

Com o passar do tempo os trabalhadores sofrem mais ações contra eles, visto que os preços das mercadorias sobem mais que os seus salários e quando acontecia quebra de contratos de trabalho o trabalhador sofria uma ação criminal, no entanto o empregador sofria uma ação civil, caso fosse ele a quebrar o contrato (MARX, 1996).

Enquanto os capitalistas ficavam cada vez mais ricos - com o roubo das terras dos camponeses e da obrigatoriedade destes sujeitos trabalharem mais intensamente de forma assalariada - os trabalhadores do campo ficavam cada vez mais pobres. Estes sujeitos antes trabalhavam para si mesmos, porém a usurpação, além do campo, também foi dos seus meios de produção, e aqueles produtos que antes eram distribuídos a muitos dos camponeses, tornaram-se capital dos burgueses, e os camponeses tinham que adquiri-los do novo proprietário, o capitalista. Este processo se sucede da mesma forma nas indústrias, já que as ferramentas de trabalho são usurpadas dos fiandeiros e tecelões – por exemplo – (ofícios desenvolvidos, geralmente, na zona rural) e aquele produto que ele produzia em família, que era seu e que consumia boa parte, agora não é mais seu e sim do capitalista que ergueu grandes fiações e tecelagens extraídos do trabalho assalariado (MARX, 1996).

Assim sendo, aponta Marx (1996, p. 367), que:

A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno. [...] matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado [...] somente a destruição do ofício doméstico rural pode

proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita.

A industrialização - possibilitada pelas máquinas - viabiliza a sustentação da agricultura capitalista, expropria a maioria da população camponesa do campo e finaliza, assim, “a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes - fiação e tecelagem - ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno” (MARX, 1996, p. 358). Assim surge o capitalista industrial, o qual eclodiu de forma mais rápida que o arrendatário, já que este aparece gradualmente.

Os processos fundamentais para a acumulação primitiva se sucedem em vários momentos diferentes e em todos os lugares do mundo. Todos estes processos contribuíram para a transformação – o mais rápido possível - do modo feudal para a produção capitalista que foi brutalmente violenta e para a sua manutenção utilizaram o poder do Estado. Estas ações (como o sistema colonial) instituem o auge da produção capitalista, como: “a descoberta das terras do ouro e da prata, [...] a escravização, [...] pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial a peles negras” (MARX, 1996, p. 370), assim como outras práticas, como o adestramento de ladrões de pessoas; o pagamento efetuado por ditos religiosos – em nome de Deus – para escalpo ou prisão de índios, entre tantas outras formas de violência na história do capitalismo.

Por fim, acrescentando a todos estes desmandos do modo de produção capitalista e desenvolvendo, intensamente, a acumulação capitalista, entra em cena a dívida pública, ou seja, “a alienação do Estado – se despótico, constitucional ou republicano - imprime sua marca sobre a era capitalista” (MARX, 1996, p. 373). Ainda conforme o autor, em relação e esta dívida:

Tal como toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação - como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu - a dívida do Estado fez prosperar a sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia (MARX, 1996, p. 373-374).

Este processo de expropriação não se extingue neste sistema capitalista, acontecendo – nos momentos atuais - de forma menos violenta, porém manipuladora. Os capitalistas, para ganharem a confiança dos produtores de pequena escala, oferecem auxílios a estes sujeitos para que assim, no futuro, possam expropriar estes produtores das suas localidades se o acharem necessário. Assim aponta a Participante 3 (três) deste estudo em relação a uma mineradora que está tentando se instalar na cidade:

eles tentaram negociar aqui com o grupo, se eu dissesse, que não ia ter transporte, eles iam dizer assim: 'mas a gente passa um carro na barca e busca os produtos na casa de vocês; se eu dissesse para eles, 'mas nosso problema é a despesa para chegar em São José do Norte', eles iam te dizer: 'a gente pega na tua porta, na tua chácara, no teu galpão'; se eu dissesse que a estrada estava ruim, eles faziam uma estrada; se eu dissesse que a mineração ia destruir o solo, eles iam, teoricamente, reconstruir o solo, porque teoricamente é tudo muito fácil. Lá na associação eu sabia que tudo eles iam tentar negociar. A licença prévia deles venceu, eles não conseguiram entrar, graças a pressão do povo (PARTICIPANTE 3).

No apogeu da Revolução Industrial - século XVIII – e com a forma de produção capitalista a todo o vapor, os processos de trabalho desumanizaram - e ainda desumanizam - as trabalhadoras e os trabalhadores. Nesse tempo da história os sujeitos passavam por condições de vida extremamente degradantes, porém lutavam por seus direitos por meio dos sindicatos dos trabalhadores. Estas instituições buscavam por melhores condições de trabalho e de vida, bem como por salários que sustentassem as necessidades básicas das pessoas. Desta forma, lutam por trabalho de forma coletiva e com cooperação, criando, então, cooperativas (SINGER, 2002a).

Essas cooperativas surgem para amenizar essa intensificação do trabalho por subsistência. Elas foram criadas ou fomentadas por pessoas ou pensadores socialistas que estavam em desacordo com as condições desumanas desses sujeitos. Esses seres humanos (socialistas) buscavam ideias e experiências para modificar o comportamento da sociedade. Sendo assim, estudaram e buscaram formas de organização desde as civilizações antigas. Desta maneira, descobriram formas de cooperação como instrumento de organização social. Assim, destacam-se os socialistas utópicos, aos quais se interpuseram as desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista, tal como Robert Owen (1771 – 1837) - considerado o 'pai do cooperativismo' - François Marie Charles Fourier (1771 – 1837), Philippe

Buchez (1796 – 1865) e Louis Blanc (1812 – 1882) (OCERGS; SESCOOP<sup>11</sup>, 2000, p. 7). Desta forma, a EPS reinicia suas práticas.

A EPS já era praticada pelos povos indígenas, visto que a economia era baseada e, ainda se baseia, na distribuição e na solidariedade. No Brasil a EPS ressurgiu no século XX e suas práticas são para atender os trabalhadores (as) desempregados (as), os “excluídos e explorados no mundo do trabalho” (CONIC; FBES, 2010, p. 16). Na zona rural a EPS é a forma de organização nas “atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, nas atividades extrativistas tradicionais de pesca, apicultura, entre outros” (CONIC; FBES, 2010, p. 16), bem como nas comunidades “indígenas, quilombolas e ribeirinhas” (CONIC; FBES, 2010, p. 16). Nas zonas urbanas não é diferente, visto que os movimentos populares vêm utilizando a EPS como resposta ao desemprego. Desta forma, surgiu como um enfrentamento ao modo de produção hegemônico, promovendo a geração de trabalho e renda, incluindo a todos as pessoas, inclusive aqueles à margem da sociedade. Assim, surgem os EES, a qual busca um bem viver por meio do desenvolvimento de uma prática solidária, justa para todos e que não destrua com os recursos da natureza. Grande parte desses grupos são mapeados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)<sup>12</sup>.

Conforme o CONIC; FBES (2010), a EPS ressurgiu nos anos 80 com o apoio

---

<sup>11</sup> Ocergs Organização Cooperativa é o órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas. Através da representação político-institucional, busca promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (Sescoop/RS) promove a cultura cooperativista e a sustentabilidade das cooperativas. Atua em três áreas para melhorar a qualidade de vida e bem-estar de seus associados, empregados e familiares. Disponível em: <https://www.sescoopr.rs.coop.br/>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

<sup>12</sup> Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): é um banco de dados, criado em 2004, do resultado do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Tem como principais objetivos identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

de organizações políticas, como: das Cáritas Brasileiras<sup>13</sup> (com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs)<sup>14</sup>; assentamentos, com cooperação agrícola, da reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e, nos anos 90, essa outra economia, foi impulsionada, por meio de iniciativas como apoio e assessoria, como: a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG)<sup>15</sup> (articulou a recuperação de empresas com trabalhadores); o fomento a socioeconomia solidária do Projetos Alternativas do Cone Sul (PACs)<sup>16</sup> junto a outras organizações - criaram a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida estimulada pelo sociólogo José Herbert de Souza em conjunto com várias Organizações Não Governamentais - ONGs; o surgimento das Incubadoras

---

<sup>13</sup> Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Essa organização tem como prática a assistência social para atingir patamares cada vez mais elevados da promoção de projetos comunitários de caráter produtivo, cujo objetivo é a emancipação política e espiritual dos pobres, para o engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual (SINGER, 2003, p. 5). A Cáritas Internacional é uma confederação com mais de 170 organizações-membro. Está presente nos cinco continentes. Tem sua sede em Roma, de onde coordena operações de emergência, propõe políticas para corrigir as desigualdades e defende um mundo justo e solidário. Disponível em: <https://caritas.org.br/caritas-mundo>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

<sup>14</sup> Projetos Alternativos Comunitários (PACs): surgiram no início da década de 80 como mais um instrumento da Ação Cáritas junto aos excluídos. São iniciativas de geração de renda e de fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas. Essas PACs, percebido pelas Cáritas Brasileira, buscam articular iniciativas econômicas e solidárias dos setores populares para construir políticas públicas que apontem um modelo alternativo de desenvolvimento baseado na solidariedade, na sustentabilidade e na justiça social (SOUSA, 2003, p. 11). CÁRITAS BRASILEIRA. 20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. (Orgs.) Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva. Brasília, 2003. Disponível em: <https://silو.tips/download/20-anos-de-economia-popular-solidaria>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

<sup>15</sup> Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG): “Surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias” (SINGER, 2002b, p. 75).

<sup>16</sup> Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS): equipe multidisciplinar de maioria de mulheres, que coletivamente debatem de forma crítica o modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, na direção do fortalecimento de alternativas de justiça econômica, social e ambiental. Tem como luta colaborar no fortalecimento das coletividades nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da organização e Educação Popular, da pesquisa, da crítica e da incidência, na busca pela construção cotidiana de práticas e estratégias políticas que viabilizem relações emancipadoras. Disponível em: <http://pacs.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)<sup>17</sup> e da Rede UNITRABALHO<sup>18</sup> (ações ampliadoras das extensões universitária, comprometendo as universidades junto a comunidades pobres); apoio e mobilização dos sindicatos - criando Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>19</sup> - ações governamentais - apoio à EPS na implementação de políticas estaduais.

Em 2001 evolui a qualidade organizativa na EPS, assim criando o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro)<sup>20</sup> no Fórum Social Mundial (FSM)<sup>21</sup> e, desta forma, fortalecendo e crescendo o movimento de EPS. O primeiro FSM aconteceu em Porto Alegre – RS e é nesse espaço que nasce a “proposta de que uma Outra Economia é Possível e Acontece” (CONIC; FBES, 2010, p. 24), a qual se sucede nas iniciativas de produção, comercialização e consumo.

Por todo o país foram acontecendo várias ações e iniciativas para o desenvolvimento da EPS, em busca da efetivação dessa economia inclusiva e para

---

<sup>17</sup> Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP): A primeira foi criada, em 1995, na COPPE/UFRJ, o centro de pós-graduação de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As incubadoras prestam “assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizar atividades produtivas ou a prestação de serviços, a apurar as técnicas empregadas, a legalizar as cooperativas, a buscar mercados e financiamento, etc.” (SINGER, 2002b, p. 70-105).

<sup>18</sup> Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) constituída juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos que funciona em Rede Nacional, interligando mais de 60 universidades e instituições de ensino superior por meio dos Núcleos Locais e Incubadoras, organizados por regiões. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. Do quadro de projetos permanentes executados por ela, constam os Programas de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.facebook.com/UnitrabalhoUem/> e <http://www.unitrabalho.uem.br/>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

<sup>19</sup> Central Única dos Trabalhadores (CUT): maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo. Uma organização sindical de massas, comprometida com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Seus princípios basilares é a igualdade e solidariedade, tendo como objetivos “organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática”. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

<sup>20</sup> Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro): trouxe visibilidade e propiciou a troca de experiência e integração entre as diferentes práticas de economia solidária no Brasil e em diversas partes do mundo (CONIC e FBES, 2010, p. 18).

<sup>21</sup> Fórum Social Mundial (FSM): aconteceu na cidade de Porto Alegre -RS, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001. Esse Fórum é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. Disponível em: <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>. Acesso em 16 de jul. de 2021.

todos, como as Plenárias<sup>22</sup> Nacionais de Economia Solidária. A I Plenária em 2002, que deu início ao desenvolvimento da Plataforma Nacional de Economia Solidária e incitou a criação de políticas públicas de EPS (CONIC; FBES, 2010). A II Plenária, em 2003, realizada durante o Fórum Social Mundial (FSM), na qual foi decidido a mobilização entre bases estaduais e os fóruns e articulações estaduais dos temas: Identidade (Carta de Princípios), Plataforma de Lutas e caráter e composição do Fórum. Outra ação foi o comprometimento do governo em criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Na III Plenária em 2003, efetivou-se a denominação da FBES. Esse fórum se responsabilizou em articular e mobilizar as bases de EPS em torno dos temas aqui apresentados e aprovados, na II Plenária. Na III Plenária definiu-se a composição e o funcionamento dos Fóruns Nacional, Estaduais e Regionais e estabeleceu uma interlocução do FBES com a SENAES (FBES, 2001; 2002; 2003; 2004; 2006).

Ainda em 2003, foi criado a SENAES pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária (para ampliação e fortalecimento de políticas públicas em EPS). No ano de 2004 aconteceu o 1º Encontro Nacional de EES (reunião de empreendimentos, de diversidade econômica e cultural, de EPS por todo país). Outro evento surgido nesse ano foi a união e fortalecimentos de empreendimentos solidários como a ANTEAG e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)<sup>23</sup> e

---

<sup>22</sup> Plenárias nacionais: são a instância máxima de deliberação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), espaço que define as diretrizes políticas mais amplas e que orientam a Coordenação Nacional e Coordenação Executiva do FBES. A partir da IV Plenária, definiu-se que as Plenárias devem ser realizadas a cada três (3) anos” (RELATÓRIO DA V PLENÁRIA NACIONAL 2013, p. 6). Disponível em: [file:///C:/Users/Maria%20Ang%C3%A9lica/Downloads/Documento\\_final\\_V\\_Plenaria\\_es.pdf](file:///C:/Users/Maria%20Ang%C3%A9lica/Downloads/Documento_final_V_Plenaria_es.pdf). Acesso em: 18 de jul. de 2021.

<sup>23</sup> A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi criada em 1992 e reúne as cooperativas e associações de agricultores assentados pela reforma agrária no Brasil. Se organiza por meio de cooperativas centrais estaduais de reforma agrária. Disponível em: <https://unicopas.org.br/concrab/>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

gerado organismos nacionais como a UNICAFES<sup>24</sup> e a UNISOL<sup>25</sup> Brasil (CONIC; FBES, 2010).

Em 2008, aconteceu a IV Plenária Nacional. A sua mobilização começou em 2006, em 4 fases. 1ª fase - com encontros estaduais e regionais com o tema: “Por um Novo Modelo de Organização da Economia Solidária”; 2ª fase - sistematização dos resultados, preparando os eixos e estrutura da Plenária; 3ª fase - Caravana em seminários, para fundamentar questões prioritárias e 4ª fase – promoção de discussões estaduais que produziu o documento-base para a IV Plenária (FBES, 2008). A V Plenária Nacional se sucedeu em 2012, com o tema: Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável e foi dividida e deliberada em 3 eixos: 1 - Orientação política do movimento, 2 - as propostas de ações do movimento de Economia Solidária e 3 - organicidade do movimento (RELATÓRIO DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Salientam o CONIC e FBES (2010, p. 20), que foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES)<sup>26</sup>, em que se “estabeleceu diretrizes, objetivos e prioridades para as políticas públicas” de EPS. Na sequência foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) composto por representantes: dos ministérios do governo federal, dos bancos públicos, do Fórum de Secretários do Trabalho dos Governos de Estado, da Rede de Gestores de Políticas Públicas municipais, de EES e de entidades de fomento e apoio que praticam a EPS.

A EPS, especificamente no Brasil, vem conquistando espaços políticos de suma importância para as transformações da sociedade, como as CONAES que aconteceram em 2006: realizou-se a I CONAES, onde foram discutidas as resoluções

---

<sup>24</sup> A União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) foi fundada em junho de 2005. A Unicafes é uma Organização Não Governamental, que propõe a inclusão social de cooperados e cooperadas, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, de melhorias da qualidade de vida, da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/p/historico>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

<sup>25</sup> UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) é uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

<sup>26</sup> Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES): espaço em que acontecem debates com os governos, nas três esferas (federal, estadual e municipal) e com diversos setores da sociedade civil brasileira.

relacionadas a participação no CNES e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária (FBES, 2006); em 2010, ocorre a II CONAES, na qual se “reconheceu os acúmulos organizativos da economia solidária e os avanços que ocorreram nas políticas públicas nos últimos anos [...] (CNES, 2010, p. 5). O documento final veio a reconhecer as “diversas ações de formação, de qualificação social e profissional, de incubação, de assessoramento técnico a redes de cooperação e de promoção do desenvolvimento local em comunidades rurais e urbanas” (CNES, 2010, p. 5) e a III CONAES, realizada em 2014, realizada para a criação do Plano Nacional de Economia Solidária (FBES, 2015).

Uma das conquistas mais significativas e que proporciona programas de aporte a EES foi a criação da Lei Federal nº 11947 de 16 de junho de 2009 que dispõe sobre a merenda escolar, que tem como definição a obrigatoriedade dos municípios e dos estados de comprarem 30% dos alimentos produzidos pela agricultura familiar local, possibilitando ir à mesa dos estudantes um alimento saudável e, conseqüentemente, fortalecendo os EES.

Desta forma, surgem os programas (novos e reformulados) que envolvem diretamente a comercialização dos produtos da agricultura familiar, possibilitando a geração de renda para os produtores de pequena escala e agricultura familiar, tais como: o novo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>27</sup>, o reformulado (este programa tem uma trajetória desde a década de 40) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>28</sup> (MANTEZE; GHIZZONI; BERBIGIER, s.d.) e o

---

<sup>27</sup> Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. O seu marco regulatório é regido, ainda, pela Lei nº 12.512, de outubro de 2011 e pelo Decreto nº 7.775, de julho de 2012, que regulamentou o artigo 19 da Lei nº 10.696/ 2003 e o capítulo III, da Lei nº 12.512/ 2011. Outras referências importantes na execução do PAA são a Resolução nº 50, de setembro de 2012, que dispõe sobre a modalidade Compra Institucional e o Decreto nº 8.473, de junho de 2015, que estabelece o percentual mínimo (30%) para aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito dos órgãos da Administração Federal. As principais modalidades em execução do PAA, no RS, são: Doação Simultânea, a Compra Direta da Agricultura Familiar, a Formação de Estoques da Agricultura Familiar e a Compra Institucional.

<sup>28</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: permite a transferência de recursos financeiros governamentais para a alimentação dos escolares, em níveis de educação infantil, fundamental, médio e na alfabetização de jovens e adultos. Essa política pública abrange estabelecimentos de ensino estaduais e municipais. A Lei nº. 11.947, de 16/07/09 no seu art. 14, define: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. No entanto, este programa vem sendo fomentado desde a década de 40 e sofrendo mudanças ao longo do tempo, inclusive na denominação.

Programa Compra Coletiva/RS<sup>29</sup>, assim como o fomento para a comercialização dos produtos desses EES é por meio de feiras municipais de forma permanente e em feiras periódicas (no âmbito regional).

Outras construções políticas: o Decreto nº 7.358 de 17/11/2010, que constitui o SCJS a Lei Federal 12.690 de 19 de julho de 2012 (dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho; institui o programa nacional de fomento às cooperativas de trabalho – PRONACOOB), entre tantas outras leis e decretos estaduais e municipais. Então, é possível por meio da EPS conquistas políticas, visto que essa economia, como aponta o Manual da Economia Solidária (2017), é um movimento social que defende:

o desenvolvimento integral e inclusivo, com políticas públicas transparentes e emancipatórias que promovam a união, a valorização do ser humano, o trabalho decente e autogestionário, que construam uma sociedade mais justa e solidária, pautada por um desenvolvimento sustentável que precisa ser economicamente viável a partir dos seus princípios [...] (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 11).

A EPS vem buscando maneiras de ampliar suas práticas e assim proporcionar um bem viver para os seres humanos e a preservação das riquezas naturais do planeta. No entanto, frisar que certas iniciativas supracitadas, como a saída da presidenta Dilma Rousseff do governo, em 2017, sofreram desmonte com o governo que a sucedeu, causando a EPS um retrocesso no Brasil (CONIC; FBES, 2010), inclusive nas políticas conquistadas. Para tanto, no ano de 2021, os sujeitos envolvidos com a EPS, estão se reunindo - por vários locais do país - para a realização da VI plenária, que pretende reorganizar a EPS no país (FBES, 2019).

Encerrando o debate deste capítulo, compreendemos que a EPS proporciona aos envolvidos nesta luta contra a hegemonia - por meio das suas práticas e dos seus princípios – a possibilidade do ser humano atingir a sua libertação, emancipação e

---

<sup>29</sup> Programa Compra Coletiva/RS: tem como respaldo a Lei nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012, estabelece a política estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária. O decreto nº 50.305, 08 de março de 2013, criou o Programa Gaúcho de Compras para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, que permite ao estado efetuar compras dos agricultores familiares e de seus empreendimentos para os órgãos da Administração Estadual. O artigo 6º define: “A Compra Coletiva/RS, para atingir os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, poderá também reservar percentual de, no mínimo, 30% nas compras realizadas pela Administração Direta e Indireta do Estado para aquisição de bens e de serviços provenientes da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária”. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/apoio-a-gestao-e-producao/comercializacao.php#.YGYXtehKhPY>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

transformação da realidade desumana imposta pelo capitalismo. Esta outra economia proporciona a equidade entre os seres humanos dentro de uma proposta de trabalho coletivo, na qual todos têm o mesmo valor, bem como se preocupa em não destruir com os recursos da natureza e do Planeta como um todo. Para tanto, existem várias ações intrínsecas de extrema relevância nesta outra economia, como o Comércio Justo e Solidário (CJS) e o Consumo Responsável (CR), apresentados a seguir.

### **3. OUTRO COMÉRCIO, OUTRA ECONOMIA: um debate necessário para o movimento**

Neste capítulo, organizamos o debate sobre as contradições vividas no processo de comercialização da produção dos grupos e empreendimentos da EPS e as soluções desenvolvidas. Nesse sentido, entramos no campo operacional da comercialização tendo o consumidor como agente ativo do processo das trocas. Assim, se faz necessário uma forma diferente de comercialização na qual esteja pautada em uma relação entre sujeitos conscientes cujo consumo vá além da aquisição de produtos, em uma comercialização de produtos saudáveis, de qualidade e com preço justo para todos. Para tanto, é preciso um Consumo Responsável no qual o ato de consumir seja um ato político e cidadão, já que as escolhas dos produtos impactam no Planeta.

Assim sendo, esta forma de relação de comercialização entre produtor e consumidor está em contradição ao modo de produção, comercialização e consumo desenvolvido no capitalismo. Neste capítulo é anunciado o CJS, com seus conceitos e conquistas políticas, assim como é trazida a categoria contradição como central. As demais categorias que emergiram das informações obtidas pelos sujeitos da pesquisa estão intrínsecas nos temas CJS e CR, temas discutidos também nesse capítulo. Neste contexto de contradição, se faz uma dialogicidade entre os teóricos, sujeitos da pesquisa e a nossa compreensão, demonstrando os conflitos em que vivem os produtores de pequena escala, os quais estão na contramão do sistema capitalista.

#### **3.1. Comércio Justo e Solidário (CJS): outra relação de comercialização**

Dentro desse cenário em que se apresenta o Brasil, com desafios e

potencialidades, busca-se planejamentos integrados e práticas que viabilizem o fomento, o reconhecimento, a regulamentação, a disseminação e consolidação do Comércio Justo Solidário (CJS) nas dimensões:

econômica: através da efetiva criação de canais justos e solidários de comercialização em escala nacional e local; educativa: através de ações de promoção de conceito, de sensibilização e de conscientização de produtores, comerciantes, técnicos e consumidores sobre o conceito do CJ para as melhorias das práticas produtivas e de consumo; e política: através de garantias efetivas de que o movimento seja realizado em prol do objetivo final da promoção da justiça e equidade social (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 61-62).

Aponta Stelzer, Todescat e Gonçalves (2016), que Comércio Justo (CJ) é um movimento que desenvolve condições de mercado de maneira mais justa e que há preocupação com a situação da forma que decorre o trabalho do produtor, assim como com sua família, com a comunidade e com todos os envolvidos na cadeia logística. Assim, destaca o sujeito da pesquisa sobre a relação e suas consequências proveniente desta forma de comércio:

o meu produto vai direto para o consumidor, criando confiabilidade. Os valores não alteram de outros tipos de comercialização que a gente faz, não muda em nada. É bastante interessante, só que teria que ter mais produtores, feito eu, para abastecer melhor. Mas a ligação, esse elo aí, para nós é muito bom, além de abrir novos conhecimentos para quem consome e até mesmo para nós que produz dessa forma (PARTICIPANTE 5).

Porém, também há consideração com “o consumidor que pode adquirir bens de forma ética” (STELZER; TODESCAT; GONÇALVES, 2016, p. 30), visto que como salientam os autores, o CJ “trata-se de um raciocínio muito diferente do praticado pelo neoliberalismo<sup>30</sup>. No CJ as pessoas são consideradas mais importantes que o lucro” (STELZER; TODESCAT; GONÇALVES, 2016, p. 30). Para o *World Fair Trade Organization* (WFTO)<sup>31</sup>, o Comércio Justo é:

uma parceria comercial, baseada no diálogo, na transparência e no respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições de comércio e garantindo os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados.

---

<sup>30</sup> Neoliberalismo - ideologia do capitalismo organizado.

<sup>31</sup> A World Fair Trade Organization (WFTO) é uma comunidade global e verificadora de empresas sociais que praticam plenamente o Comércio Justo. É um Sistema de Garantia e o único modelo de verificação internacional focado em empreendimentos sociais que colocam os interesses dos trabalhadores, agricultores e artesãos em primeiro lugar. Disponível em: <https://wfto.com/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

O CJS viabiliza um alimento saudável ao consumidor e a responsabilidade solidária de quem o produz. Este produtor se preocupa com quem vai consumir o seu produto. Assim salienta uma das Participantes da pesquisa:

todo mundo que compra aqui, está levando para casa saúde, porque tudo o que ele comer orgânico, menos veneno que ele vai botar no organismo. Eu ainda costumo dizer que da minha parte, e eu acredito que todos, eles não são simplesmente alimentos, eles, também, vêm energizados, porque eu pelo menos sempre faço as minhas orações toda vez que eu planto (PARTICIPANTE 3).

O Comércio Justo, de acordo com Stelzer, Todescat e Gonçalves (2016) e com WFTO, tem 10 princípios sustentáveis na sua prática. São eles:

1 Criação de oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos; 2 Transparência e responsabilidade na troca de informação e na tomada de decisões; 3 Práticas comerciais justas, estáveis, duradouras, em respeito pelo bem-estar social, ambiental e econômico dos pequenos produtores; 4 Pagamento de um preço justo pelo trabalho dos produtores, sem desigualdades entre gêneros; 5 Renúncia total ao trabalho infantil ou forçado; 6 Compromisso de não discriminação, igualdade de gêneros e liberdade de associação; 7 Boas condições de trabalho, saudáveis e seguras; 8 Incentivo à capacitação dos produtores e desenvolvimento das suas competências; 9 Promoção dos princípios do Comércio Justo aos consumidores; e 10 Respeito pelo ambiente (STELZER; TODESCAT; GONÇALVES, 2016, p. 31 e WFTO, s.d, s.p.).

A trajetória CJS, conforme Gomes e Mendonça (2016), no Brasil começou em 2001, por meio da integração de organizações produtoras, de entidades de apoio e o do governo brasileiro que possibilitaram a articulação para constituir o Fórum de Articulação do Comércio Justo, Ético e Solidário. Na sequência, institucionalizaram-no, criando o Instituto Faces do Brasil<sup>32</sup>, em 2004. Esse instituto é uma Organização não Governamental (ONG), que teve início com 18 associados. O trabalho do Faces do Brasil iniciou-se com a construção de novas formas de comercialização distintas da convencional. Desta forma, articularam-se atores nos processos participativos à constituição de um Comércio Justo (CJ), com princípios, critérios e procedimentos que “ajudaram a desenvolver a base política e conceitual em que hoje se apoia o movimento brasileiro, tendo como alicerce a proposta do SCJS” (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 57). Assim sendo, entre consultas públicas e reuniões construíram a Carta de Valores, Princípios e Critérios do Comércio Justo e Solidário

---

<sup>32</sup> No momento o site dessa organização não está funcionando. [www.facesdobrasil.org.br](http://www.facesdobrasil.org.br).

Brasileiro. Esse documento “apresenta a especificidade do movimento brasileiro na busca da institucionalização social, política e econômica do comércio justo e solidário no País” (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 57).

Para comprovação das informações acima, o Faces do Brasil aplicou os princípios e seus critérios em algumas cooperativas do Brasil, transformando-as em indicadores. Os resultados ocasionaram novos princípios e reformulações dos critérios, os quais foram analisados e divulgados. Assim, criou-se um sistema público de comércio justo e solidário, reconhecido pelo governo: por meio de política social de desenvolvimento, e validação nacional do seu conceito, dos seus princípios e critérios” (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 59). Com a articulação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)<sup>33</sup>, foi possível formular uma normativa pública que regulamentou o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SBCJS), que, mais tarde, foi tirado da sigla a letra ‘B’ - significa brasileiro - porque era redundante, já que a legislação é nacional.

Desta forma, o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), é um sistema necessário para o fortalecimento de outra relação de comercialização, que de acordo o art. 2º, I, do Decreto nº 7.358 de 17/11/2010, tem como conceito a “prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários”, realizada pelos EES, bem como tem como “finalidade de fortalecer e promover o comércio justo e solidário no Brasil”. Os objetivos a serem atingidos com o SCJS são:

I - fortalecer identidade nacional de comércio justo e solidário [...]; II - favorecer a prática do preço justo [...]; III - divulgar os produtos, processos, serviços, [...] IV - subsidiar os empreendimentos econômicos solidários, [...] V - contribuir com os esforços públicos e privados de promoção de ações de fomento [...]; VI - incentivar a colaboração econômica entre empreendimentos econômicos solidários; e VII - apoiar processos de educação para o consumo, [...] (ART.3º - DECRETO nº 7.358 DE 17/11/2010).

Conforme Gomes e Mendonça este SCJS se constitui como:

projeto político tanto quanto econômico. Político porque institucionaliza e publiciza o potencial de transformação social que o tema CJ tem, uma vez que se impõe como uma alternativa (de longo prazo) à exclusão e às injustiças geradas pelas operações comerciais convencionais. Econômico porque visa a identificar e fortalecer as relações comerciais concretas

---

<sup>33</sup> Grupo de Trabalho Interministerial GTI: composto representantes da FACES do Brasil, da ECOJUS Brasil, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), de representantes da SENAES, da SAF, da SDT e do Sebrae Nacional. Disponível na nota de rodapé (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 59).

baseadas em outros princípios, diferentes do convencional, promovendo soluções a curto e médio prazo para grupos produtivos, comerciantes e consumidores, que já se somam a essa proposta (GOMES; MENDONÇA, 2016, p. 63).

Contudo, para que a EPS possa ser um processo de supressão ao capitalismo, e que o CJS seja desenvolvido por todos os seres humanos é necessário um Consumo Responsável (CR) que efetue as práticas distintas do sistema hegemônico. A trajetória do CR surge pela busca de um consumo saudável e sustentável, e a EPS oportuniza esta prática, já que esta economia fomenta outras formas de produzir, comercializar e consumir, bem como outra forma de sociedade em que o consumo dos sujeitos seja consciente e que tenha como centro - por meio deste CR - a alimentação saudável e a preservação dos recursos naturais.

Portanto, na contramão desta forma de comercialização desenvolvida pelo capitalismo, o Comércio Justo e Solidário - que é fomentado pela EPS e desenvolvido pelos empreendimentos econômicos solidários - vem em busca de uma outra relação entre produtor e consumidor na qual ambos buscam um viver mais justo e solidário.

### **3.2. Consumo Responsável (CR): transformação do ato de consumir**

Na contramão desta forma de consumo da sociedade capitalista, surgem movimentos que buscam consumir de forma consciente, ou seja, responsável. O Consumo Responsável (CR) é definido pelo Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 5), como:

intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo.

O autor Calabro (2016, p. 6), complementa que:

o consumo responsável é o conjunto das práticas e reflexões que buscam transformar o ato de consumir em um ato político e cidadão. Estimula o consumidor a olhar para além do preço e se preocupar com as características do processo como um todo, desde a produção até o consumo.

O consumo responsável - que, também, na linguagem é consumo ético e consumo consciente - inclui na sustentabilidade, além do ecológico, outras partes do

meio ambiente. Aponta Stelzer, Todescat e Gonçalves (2016, p. 28), que em relação a sustentabilidade do consumo envolve:

a escolha de produtos que respeitam os recursos naturais, que amparam os trabalhadores e que estimulam o respeito humano, como a igualdade de gênero, a proibição de trabalho infantil ou de trabalho forçado. Além do mais, estimula-se a aquisição do necessário, sem exageros ou distorções.

Sendo assim, o CR, ético e consciente perpassa as concepções do comércio justo, bem como promove o crescimento dos agricultores familiares, de produtores de pequena escala, para então diminuir a pobreza. Neste consumo os sujeitos estão preocupados na aquisição de um produto, que além da qualidade e preço e a forma que foram produzidos e comercializados, se preocupam com os produtores e com os recursos da natureza. Essa forma de consumo tem consequências, como: a diminuição de pessoas na informalidade e da conscientização dos consumidores de que há distâncias bem acentuadas entre os povos, da utilização de químicos (agrotóxicos) para aumentar a produção e o aumento da miséria (STELZER; TODESCAT; GONÇALVES, 2016).

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a EPS constrói enfrentamentos ao modo de produção capitalista, visto que suas práticas vão na contramão da lógica de mercado (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011) e que esta economia tem como aporte - para se desenvolver - as práticas do CJS e do CR e consciente, bem como processos educativos que oportunizam a conscientização dos sujeitos a sua condição no mundo e refletem a sua realidade objetiva. Desta forma, surgem contradições, conseqüentes do sistema capitalista, as quais buscam suprimir este modo de produção desumano.

### **3.3. Contradições: conflitos gerados pelo capitalismo**

De acordo com o CONIC e FBES (2010), surgem conquistas democráticas causando as contradições do capitalismo, nas quais viabilizam os movimentos sociais a buscarem melhores condições de vida, a redução da desigualdade e a construção de um novo sistema econômico. Então, é preciso uma outra economia que não gere desigualdade, não seja gananciosa e não pretenda lucros. Essa economia necessita definir "o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir a partir de outros valores - da justiça, da igualdade, da solidariedade"

(CONIC; FBES, 2010, p. 10). Assim, solidariamente, desenvolver a “inclusão de todos e todas nos benefícios do movimento como direito de cidadania” (CONIC; FBES, 2010, p. 13). Cidadania que dedique-se à “valorização da cooperação, da responsabilidade coletiva e compartilhada em favor da construção de sociedade [...], justa, com a superação das desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e de geração” (CONIC; FBES, 2010, p. 13).

Para tanto, é preciso o desenvolvimento de uma economia que vá ao encontro a outra forma de sociedade, que traga a emancipação e a verdadeira liberdade; que suprima esta sociedade capitalista desumanizadora, sendo, portanto, antagônica ao capitalismo. Assim sendo, a EPS surge como outra economia, que desenvolve outro tipo de sociedade: democrática, cooperativa, autogestionária, sem patrão e sem empregados (todos são donos e trabalhadores), bem como valoriza a produção local e produtos saudáveis, não afeta o meio ambiente – já que não utiliza produtos geneticamente transformados – e não beneficia os grandes empresários. Destaca o Participante 7 (sete) desta pesquisa a relação ao valor da pesca artesanal para a saúde dos consumidores, para a sua comunidade e, desta forma desenvolvendo o CR:

Com todos os problemas que têm a pesca artesanal, mas é a mais saudável: saudável porque são todos os peixes produzido e trazido bem dizer no dia, é difícil, é raro quando ele fica dois ou três dias no gelo, são tudo peixe fresco que vem [...] o artesanal é em pequena escala, mas, principalmente, nas comunidades da região nossa, aqui é a pesca artesanal que abastece. Porque ela chega e no dia a dia as pessoas estão comprando (PARTICIPANTE 7).

O processo educacional – que é distinto do hegemônico - realizado pela EPS, proporciona a autonomia e emancipação dos trabalhadores possibilitando a superação de um trabalho alienado e que separa o trabalho de homens e mulheres. Portanto, o “conhecimento não é mercadoria, mas um bem precioso de toda humanidade e que deve ser colocado a serviço da vida e a tecnologia serve para encurtar distância, melhorar as relações e a qualidade de vida” (CONIC; FBES, 2010, p. 30). Este modo de produção capitalista tem como consequência conflitos, os quais possibilitam aos seres humanos outras formas de produzir, comercializar e consumir e que oportunizam um consumo mais saudável e sustentável para o Planeta. Desta forma, surgem as contradições causadas por este sistema capitalista.

A contradição é uma dinâmica entre opostos (que dependem um do outro) que

sucedem de conflitos inerentes da realidade do objeto ou fenômeno em sociedade, por meio da dialética. Como forma de análise e indo além do que está aparentemente posto, é possível desvelar as causas de forma profunda da produção da realidade do objeto ou fenômeno, bem como ir além do que está aparentemente posto sobre a realidade daquele objeto ou fenômeno. Essa está em constante movimento e a história contém as contradições para que se possa entender a realidade daquele momento. Assim, para poder explicar a contradição entre os opostos sobre aquele objeto ou fenômeno é necessário um movimento dialético. A contradição se encontra em todas as coisas, ela está em si mesma, ou seja, está contida dentro de si mesma, da coisa ou do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987).

As formas de contradição podem ser classificadas em: antagônicas – nesse tipo não é possível a solução da contradição dentro do sistema que vigora. “O sistema tem de ser substituído por outro que elimine a contradição” (TRIVIÑOS, 1987, p. 70). Porém, destaca o autor que, quando há mudança do velho para o novo, esse novo carrega elementos do velho, que ele - o novo - acredita que devem permanecer, visto que tudo já construído (ex. teorias científicas, tecnologias, arte etc.), pode ser “considerado como traço positivo no desenvolvimento do ser humano, e que possa ser aproveitado nas circunstâncias históricas que envolvem a vida socialista, constituirá elemento que se somará ao progresso da sociedade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 70); e não antagônica – aponta Triviños (1987) que, nesse tipo de contradição alguns elementos mudam, contudo mantém o que é o objeto, ou fenômeno ou sistema social, ou seja, os meios de produção visam toda a sociedade, bem como as propriedades são constituídas de forma social. Nesse tipo a contradição é resolvida, porque a sociedade como um todo – no geral – têm o mesmo interesse, há identificação coletiva. Assim sendo, quando “se apresentam os conflitos entre os grupos que formam o todo social, dentro de situações históricas dadas, é encontrada a solução da contradição” (TRIVIÑOS, 1987, p. 70).

Para melhor entendimento sobre a categoria contradição, apresenta-se partes bem significativas de contradições abordadas nesta pesquisa. A contradição geral, deste estudo, provém do produtor e do consumidor responsável, já que a produção e o consumo proveniente da EPS têm como centro a natureza na sua totalidade, isto é, incluindo o ser humano como parte da natureza. Essa produção e consumo é contrário - de forma antagônica – a produção e o consumo exacerbado do capitalismo. Assim

sendo, dentro dessa contradição mais geral, se encontram, intrinsecamente, outras contradições, e é necessário compreendê-las para poder haver outra forma de se viver e assim suprimir o sistema hegemônico, tais como: consumo responsável, relação do consumidor responsável, agroecologia e agricultura familiar e produção orgânica em pequena escala, as quais apresentadas a seguir.

### **3.3.1. Consumidor Responsável**

É importante os envolvidos entenderem as causas e as consequências do consumo, seja ele positivo ou negativo, para o meio ambiente - lembrando que o ser humano é parte do meio ambiente. Sendo assim, entender é “desenvolver a reflexão crítica acerca das consequências sociais e ambientais dos atuais padrões de produção e consumo adotados por cada um de nós e pela sociedade” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 5). A seguir a compreensão do Participante deste estudo sobre a importância do entendimento do consumidor para um CR:

O consumidor tem que entender esse outro comércio, que é dos pequenos grupos, que vêm da Economia Solidária, que são produtos saudáveis, são preços diferentes, valores diferentes, então, o consumidor tem que entender que é um consumidor específico e não é fácil construir essa rede de consumidor, para consumir esses produtos desses produtores. É um trabalho diferente que é um consumidor mais consciente: tanto com o meio ambiente como para própria saúde. Então, é uma relação que tem que ser bem próxima, consumidor e produtores. Se não tiver essa aproximação aí, eu acho que dificulta bastante para continuar o trabalho (PARTICIPANTE 7).

Então, após a compreensão, os Consumidores Responsáveis devem intervir nas consequências negativas para transformá-las em positivas ao Planeta. Essa é uma maneira de contribuir, na prática, para as transformações em busca de uma qualidade de vida, com sustentabilidade social, econômica e ambiental (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 5).

### **3.3.2. Relação do Consumidor Responsável**

As relações provenientes do CR surgem em movimentos, como os GCRs – e proporcionam a desalienação e humanização do ser humano à medida em que procuram desenvolver em suas relações a práxis libertadora. No CR a forma de

comercialização proporciona, conforme o Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 7), relações entre produtores e consumidores:

mais justas – buscam um preço justo ao produtor e ao consumidor – solidárias – todos são co-responsáveis na construção dessas novas relações - duradouras – proporcionam estabilidade e desenvolvem a confiança entre os envolvidos - transparentes – todos compartilham as informações sobre os produtos, os processos, a composição dos preços e suas organizações.

Os GCRs são coletivos formados por produtores e consumidores que se unem para comercializar e consumir de forma justa, responsável e solidária e têm como intuito, mediante suas práticas, “por um lado, facilitar o acesso dos consumidores a produtos e serviços da agricultura familiar, agroecológica e da economia solidária a um preço justo” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 8) e por outro, “ao mesmo tempo que se busca construir com produtores um canal de escoamento de seus produtos com remuneração mais justa e melhores condições de trabalho” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 8). Sendo assim, essa comercialização é o elo que existe entre os envolvidos que buscam, por meio de suas relações, o bem viver. Assim destaca um dos Participantes deste estudo sobre a relação proveniente do CR:

É uma relação de irmãos, é uma relação de comercialização, é aquela aproximação que se criou, de construção de trabalho coletivo. O Armazém é um trabalho coletivo, tem vários grupos ali dentro, comercializando junto e de forma correta, o máximo possível correta a gente tenta fazer, eu digo a gente, porque nós fizemos parte do Armazém. Não só daqui, de fora também, quantos grupos são beneficiados de fora com o Armazém, de outras cooperativas. Então, essa relação aí a gente conseguiu junto, uma relação que não é só um espaço de comercialização, é um espaço de construção de grupos e de trabalho coletivo. Então, é uma relação, assim, que demora um pouco a ser construída, mas que ela consegue ser construída, com certeza. Porque eu entendo, que eu vejo, essa rede de Armazéns é um trabalho mais lento, mas é possível ser construído (PARTICIPANTE 7).

Salienta outra participante em relação ao cuidado com a logística do produto – além de ser produzido sem venenos - que o consumidor vai adquirir, demonstrando o quanto este sujeito é importante para ele.

Para transportar a gente sempre tem muito cuidado com isso, a gente costuma usar aquele sacolão para trazer as coisas, bem fechadinho, esses fardos de arroz, para não ter problema, porque não dá para trazer desse jeito: numa banheira, numa caixa, não dá, por causa da contaminação (PARTICIPANTE 3).

As práticas/relações e reflexões de quem busca por CR, viabilizam a esses

consumidores a valorização dos produtores de pequena escala e a preservação dos recursos naturais, e da natureza como um todo.

### **3.3.3. Agroecologia e Agricultura Familiar**

A agroecologia, para Guzmán (2005), é uma luta por equidade, ou seja, a “busca da agroecologia a um acesso igualitário aos meios de vida” (GUZMÁN, 2005, p. 103). Assim sendo, agroecologia, para o autor, além de “por natureza ecológica se propõe a evitar a deterioração dos recursos naturais – deve ir além do nível da produção, para introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social” (GUZMÁN, 2005, p. 104). Portanto, é imprescindível a dimensão social da agroecologia. Lembrando que ela, para atingir definitivamente sua natureza, precisa “articular os aspectos técnicos (a aplicação da ecologia ao manejo dos recursos naturais no desenvolvimento participativo de tecnologias no campo) com os aspectos sociais que geram um acesso equitativo aos recursos” (GUZMÁN, 2005, p. 124). Desta forma, a agroecologia se apresenta como um processo sustentável tanto para a sociedade quanto para os recursos naturais da natureza. Para o autor é sustentável para a agroecologia:

A ruptura com as formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de reprodução, sejam estas de natureza ecológica, socioeconômica ou política. A utilização dos recursos que permitem que os ciclos de materiais e de energia existentes no agroecossistema sejam os mais fechados possíveis. A utilização dos impactos benéficos que derivam dos ambientes ecológico, econômico, social e político existentes nos diferentes níveis, desde o da propriedade parcelar até o da sociedade maior. A inalteração substantiva do ambiente quando tais mudanças, por meio da trama da vida, conduzem a transformações significativas nos fluxos de materiais e energia que permitem o funcionamento do ecossistema; o que significa a tolerância ou a aceitação de condições biofísicas em muitos casos adversas. O estabelecimento dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, para permitir a manutenção, a longo prazo, das capacidades produtivas dos agroecossistemas. A valorização, regeneração ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população definida a partir de sua própria identidade local. O estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma expressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançados por sua forma de ação social. A valorização da biodiversidade, tanto biológica como sociocultural (GUZMÁN, 2005, p.127-128).

O Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 6), conceitua agroecologia como sendo um sistema que abrange a totalidade e a interdisciplinaridade e que tem

como objetivo “o desenvolvimento sustentável da agricultura”, seguindo as normas da produção orgânica e levando em conta os seguintes aspectos:

ambiental: os produtores realizam manejo ecológico da produção de acordo com os recursos naturais disponíveis com o mínimo de impacto na natureza e em sua biodiversidade; busca-se diversificar e integrar a produção de espécies vegetais e animais com o objetivo de criar ecossistemas mais equilibrados; social: promove a valorização da agricultura familiar e da qualidade de vida de todos os atores da cadeia (do produtor ao consumidor) no campo e na cidade; econômico: tem como base estimular uma comercialização justa e solidária; cultural: valoriza o conhecimento e a experiência de cada agricultor e a cultura local (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 6).

Assim sendo, os GCRs são experiências que buscam fomentar a alimentação saudável a todos envolvidos, a valorização dos produtores e a cultura local e desenvolver uma relação mútua entre produtores e consumidores, bem como proporciona um processo produtivo - sem destruir os recursos naturais - apenas para suprir as necessidades humanas. Assim salienta uma das Participantes em relação às práticas desenvolvidas nesses grupos:

tu já colhe sabendo que aquilo ali está pronto, está vendido, que é certo, que tu não vai trazer de volta, que tu não vai perder, que não vai estragar, porque por mínimo que tu vendes, aquilo ali está garantido, tu não desperdiça nada, nossa, eu acho o máximo. [...] tinha que ter um aqui na cidade também, mais pertinho de nós, essas coisas têm mais é que evoluir, que crescer, que avançar, que abranger mais, é bom demais para ser para pouca gente. As pessoas tinham que enxergar esse horizonte (PARTICIPANTE 3).

Conforme a entrevista com Eduardo Sevilla Guzmán<sup>34</sup> (2014) - que consta na revista publicada pela Emater/RS-Ascar<sup>35</sup> – ele responde questões relacionadas à agroecologia e apresenta como supressão a agricultura convencional advinda do

---

<sup>34</sup> Eduardo Sevilla Guzmán é professor catedrático, diretor do Programa de Doutorado em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, assim como está à frente do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba. É autor de diversos livros sobre Agroecologia, campesinato, desenvolvimento agroecológico e movimentos sociais do campo na Espanha e na América Latina. A entrevista que consta na revista referenciada, foi concedida durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Porto Alegre. Em que faz uma análise sobre os aspectos sociais, culturais e políticos implicados na Agroecologia, além de observar a evolução do tema no Brasil.

<sup>35</sup> Emater - O calendário do setor produtivo do Rio Grande do Sul marca no dia 2 de junho a fundação da Ascar, que desde 1955 está presente no cotidiano dos agricultores familiares. A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado, e fincou no solo gaúcho uma trajetória construída pela tenacidade e dedicação de profissionais que colocaram em ação, ininterruptamente, a melhor e mais atuante das políticas públicas do Governo do Estado. Hoje, a agricultura familiar gaúcha é modelo no país graças ao trabalho desenvolvido pela Emater/RS-Ascar. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.YSICKI5KhPY>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

capitalismo, bem como salienta a importância da agroecologia para a saúde dos seres humanos e como futuro do planeta. A agroecologia é muito mais abrangente do que apenas produção de alimentos sem venenos, sem agrotóxico, visto que abarca outras dimensões como a social, econômica e política, as quais devem ser considerados. O entrevistado destaca que cada comunidade agroecológica tem sua identidade e sua própria cultura e que a dimensão socioeconômica vai além da produção na agroecologia, já que é preciso avaliar as formas de comercialização e de como os produtos chegam ao consumidor. Para o autor, é nesse fator apresentado que “reside o controle dos mercados alternativos que se estabelecem entre o produtor e o consumidor (GUZMÁN, 2014, p. 6), e ainda salienta que a agroecologia é, “sobretudo, anticapitalista, porque evita que uma pessoa explore as outras” (GUZMÁN, 2014, p. 6), visto que a agroecologia rompe com a “lógica de lucro em que se gera excedente e que caracteriza o capitalismo” (GUZMÁN, 2014, p. 6). Para tanto, é necessária a organização estrutural de acordo com o sócio-cultural de cada local.

Já na dimensão política, Guzmán (2014, p. 7) destaca que, além da alternativa de comercialização e afastar-se da geração de excedentes, ocorre a propagação de “experiências agroecológicas que são muito mais potentes, do ponto de vista produtivo, do ponto de vista econômico, mas que estão invisíveis pelas condições da modernidade capitalista”. Essas práticas existem e é necessária a articulação com todos os envolvidos na agroecologia, tanto para enfrentar essa forma de produção, comercialização e consumo convencional, quanto para desvelar as potencialidades da agroecologia. Para o entrevistado, agroecologia é:

uma alternativa de esquerda, sempre. Isso porque ela tenta evitar que algumas pessoas explorem as outras e inclusive evita que exploremos a natureza. E não é só isso. O mais importante é que a Agroecologia luta para que a saúde não seja somente a do Planeta, mas a das pessoas também. A Agroecologia busca que nos alimentamos de produtos saudáveis e impede o funcionamento de uma agricultura com agrotóxicos e com todos aqueles elementos que deterioram a água, o solo, a biodiversidade. É uma luta contra a agricultura industrializada e a base de funcionamento do capitalismo (GUZMÁN, 2014, p. 7).

Guzmán (2014) indica que a agroecologia tem buscado se inserir nos espaços políticos, para, então, transformar a democracia e, de fato, inserir a sociedade nas políticas do país. Assim a agroecologia pretende mudar a maneira de comercialização e possibilitar um mercado alternativo. Para que a agroecologia atinja a plena transformação, é necessário se compreender que ela não pode ser apenas uma

alternativa, mas sim uma possibilidade de supressão do mercado hegemônico, visto que tem como intencionalidade e direcionalidade a preservação da vida no planeta.

Uma das ações da Agroecologia é “conseguir um sistema de produção de alimentos local”. Este sistema se cria quando é possível organizar vários sistemas produtivos locais” (GUZMÁN, 2014, p. 7). Para atingir esse intuito é preciso articular políticas que propiciem a transição agroecológica e que essas políticas sejam formadas como políticas públicas, as quais precisam de representatividade social, já que a agroecologia tem uma “intencionalidade de mudança social e política que busca a equidade” (GUZMÁN, 2014, p. 8). Para tanto, é necessário conhecer o local, o camponês e sobre agroecologia – “é o que gera a aparição do manejo ecológico<sup>36</sup> em cada lugar” (GUZMÁN, 2014, p. 8). Esse fato é que aponta que a agroecologia contém “uma dimensão subversiva, porque enfrenta a ciência convencional e demonstra que a ciência convencional é uma parcialidade somente [...]” (GUZMÁN, 2014, p. 8), visto que “aceita que o conhecimento de cada lugar, pelas especificidades de manejo de cada espaço, seja muito melhor sobre este ecossistema que a própria ciência”. Desta maneira, a “ciência tem que adaptar-se e estabelecer um diálogo de saberes e funcionar com o saber local” (GUZMÁN, 2014, p. 9).

Outra propensão que destaca Guzmán (2014), como fundamento e como primeira dimensão de luta da agroecologia, é o enfrentamento do que está camuflado pelo capitalismo e a investigação por meios para desvelar suas falsidades. No mundo capitalista, na década de 70, se utilizou como desculpa para resolver a questão da fome, que era preciso uma agricultura com uso de agrotóxicos e com sementes geneticamente modificadas, no entanto o autor afirma que esse foi o argumento do capitalismo para expandir-se “e manter a lógica do lucro funcionando” (GUZMÁN, 2014, p. 9), e que a agroecologia “pode dar de comer não exatamente igual, mas de maneira muito melhor, que a agricultura industrializada (GUZMÁN, 2014, p. 9). Aponta um dos Participantes da pesquisa sobre esta forma de viver: “eu quero alguma coisa na minha vida para sair desses venenos, mas eu nunca tinha escutado falar em agroecologia e em produção orgânica, mas eu sonhando, já estava idealizando aquilo

---

<sup>36</sup> Manejo Ecológico: São técnicas utilizadas na agricultura que não destroem o meio ambiente. É a aplicação de técnicas através das quais a agressão ao solo e ao meio ambiente são as menores possíveis. “O manejo ecológico do solo é essencial para a obtenção de uma boa produtividade, que permita, ao mesmo tempo, um rendimento econômico satisfatório, a manutenção do potencial produtivo do solo e o equilíbrio ecológico” (CAERDES, 2014, p. 16).

ali na minha cabeça e vendo que aquilo ali era o meu futuro (PARTICIPANTE 3).

A gente vive muito melhor, com muito menos do que a gente imagina. [...] tem que ter esperança. A gente está fazendo a nossa parte agora, que não seja para nós, mas um dia pode ser que tenha um alento. Fico rebelde nessa questão de política, a gente se sente impotente, me sinto um nada, um grão de areia, faz aquilo que dá para fazer, de pouquinho em pouquinho. [...] imagina só, o quanto a natureza agradecerá se não houvesse essa forma de correção de solo, 90 dias de carência, [...] vai ficando residual no solo, vai escorrendo para os lençóis freáticos (PARTICIPANTE 5).

A agroecologia surge como possibilidade de supressão a produção com aditivos químicos, como uma agricultura menos danosa ao meio ambiente, como promovedor do desenvolvimento de um trabalho inserido na natureza, concomitante, com a preservação dos recursos naturais do planeta e é inclusiva, já que se preocupa com os envolvidos em todas as etapas da cadeia produtiva. No entanto, conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2011), o termo agroecologia tem sido mal-empregado, assim como seus conceitos. Os autores afirmam que essas interpretações demonstram um grande “desconhecimento do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural mais sustentável, ou a má fé de quem as utiliza para alcançar objetivos pessoais ou dividendos políticos” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 88).

Caporal, Costabeber e Paulus (2011, p. 88-89), sublinham o que se tem dito sobre a Agroecologia. Os autores salientam que a agroecologia tem como enfoque a integração de conhecimentos, como:

os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística.

Conforme Azevedo (2011, p. 181), a agroecologia é importante nas relações humanas e destaca características advindas desses processos agroecológicos:

O tratamento horizontal entre as pessoas, a troca de experiências como método de construção coletiva do conhecimento, a abordagem sistêmica dos processos produtivos, a solidariedade, a valorização da cultura e saberes locais e a participação de todos os sujeitos no processo de tomada de decisão são características que tornam a Agroecologia uma ciência de seres humanos e que leva em consideração o conjunto da sociedade.

Destacam os Participantes da pesquisa a importância para si de trocas de

experiências e o que proporciona os processos agroecológicos:

A forma mais bela, mais acolhedora, é outro ânimo para gente, de ter mais contato, também, com pessoas, diversificar, uma diversificação em todos os sentidos. [...] no início parecia que não ia ir para frente e depois decolou e poderia estar bem melhor se a gente tivesse mais produtos para oferecer, ia ser muito mais vantajoso para a gente e de mais interação (PARTICIPANTE 4).

A agroecologia contribui com aspectos tecnológicos ou agrônômicos da produção, porém vai além desses aspectos, já que introduz as dimensões “mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias ‘puras’, pois incluem tantas variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 94). A busca do conhecimento sobre Agroecologia tem crescido muito no Brasil. Assim sendo, o tema agroecologia vem tomando um rumo mais rápido que o esperado e lutando para tornar-se forte por meio das relações que têm se formado e, desta forma, tem constituído conhecimento, suscitando o caminho para outras relações de produção e consumo. Destaca a Participante da pesquisa o valor da produção familiar para sua vida e de seus familiares:

Tu não precisa de muito, porque eu, também, vejo como lucro, tudo o que eu coloco na mesa, [...] hoje quase tudo que tem na mesa foi produzido em casa. Isso tudo para mim é qualidade de vida. [...] minha saúde melhorou muito, não só a minha saúde, quanto da minha família (PARTICIPANTE 3).

Dentro desse contexto agroecológico, destaca-se a agricultura familiar ou agricultura camponesa, a qual é constituída por agricultores familiares que produzem de maneira familiar. Nesses grupos há muitas pessoas que se preocupam com o meio ambiente e vão em busca de formas que não prejudiquem os recursos naturais, bem como se preocupam em produzir para suprir sua subsistência e suas necessidades e aos desejos, tantos seus, quanto dos consumidores, além de produzir produtos de qualidade e com preço justo (para si e para o consumidor).

A Agricultura Familiar é um sistema de produção em que os agricultores possuem um limite de terras para a sua produção, bem como os produtores são a própria família, promovendo, desta maneira, sua própria renda. Essa forma de organização é a que leva os principais produtos aos brasileiros (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). A seguir o pensamento de uma Participante sobre a manutenção e importância da identidade da comunidade:

sempre, colocando na cabeça dos nossos jovens - eles que vêm depois de nós – dos nossos jovens, dos nossos filhos, dos nossos amigos, para gente, não perder nossas raízes, não perder nossas origens, por exemplo: é pesca artesanal, é agricultura familiar. A gente tem que lutar sempre, sempre pelo que é simples, pelo que é puro, pelo que é natural, pelo que é, pelo nosso bem-estar (PARTICIPANTE 3).

A Agricultura Familiar está assegurada na Lei Federal 11326/06, a qual “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. De acordo com Manteze, Ghizzoni e Berbigier (s.d), a agricultura familiar no Brasil tem abastecido com sua produção mais de 70% dos alimentos que fazem parte da mesa do consumidor.

No entanto, acreditamos que a Agricultura familiar ou camponesa vai além de processos políticos os quais são importantes para o fortalecimento desta forma de produção. Porém, os sujeitos produtores desta forma de produção desenvolvem suas atividades a um longo tempo e têm como principal característica desenvolver a produção para sua subsistência. Outra característica importante da agricultura familiar é que os produtores possuem seus próprios meios de produção. Desta forma, ele produz para si e para sua família, além de comercializar para poder suprir suas necessidades daquilo que não produz. Esta forma de vida valoriza a cultura local e o bem viver da família. Qualquer outro interesse sempre será para beneficiar a família.

#### **3.3.4. Produção Orgânica**

A agricultura orgânica não agride totalmente a natureza, tanto os recursos naturais quanto a saúde dos seres vivos. Conforme Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre agricultura orgânica, a produção orgânica não utiliza agrotóxico, fertilizante, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes em todo o seu processo de produção. A produção orgânica tem relação com a saúde dos seres vivos, com a preservação dos recursos naturais - como os mananciais e a biodiversidade – e com a qualidade nos processos de produção. Assim sendo, a agricultura orgânica, de acordo com o primeiro artigo da lei em questão é:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que

possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

O artigo supracitado apresenta 9 finalidades dos sistemas orgânicos:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais; II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; III – incrementar a atividade biológica do solo; IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas; V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo; VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente; VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos; IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (LEI Nº 10.831 23/12/2003).

Essa forma de produção – orgânica - se preocupa com o uso dos recursos naturais não-renováveis (não produzidos pelo homem) e com o uso dos “recursos O SEBRAE<sup>37</sup> (2020, s.p.) aponta fundamentos básicos de apoio como: consideração pela natureza, entendendo que todos seres vivos dependem dos recursos naturais não-renováveis; respeito a diversidade de culturas oportunizando o “desenvolvimento de inimigos naturais, sendo item chave para a obtenção de sustentabilidade” (SEBRAE, 2020, s.p.); compreensão que o solo é um organismo vivo, então o manuseio do solo proporciona matéria orgânica (adubos, composto orgânico), os quais são utilizados como adubos e de forma natural (fertilizantes orgânicos) e sistemas de produção autônomos, trocando “insumos tecnológicos e agroindustriais” (SEBRAE, 2020, s.p.).

Para o Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), a agricultura orgânica é um modo de produção em que seus produtos não prejudicam a saúde dos

---

<sup>37</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, ou seja, tem o objetivo de fomentar o empreendedorismo no Brasil auxiliando as pequenas empresas e Microempreendedores individuais. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fundamentos-da-agricultura-organica.729a9e665b182410VqnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

consumidores e a natureza por não utilizarem produtos nocivos na produção. Esse sistema de produção “respeita às leis ambientais e às boas relações com os trabalhadores e não utilizam substâncias proibidas pela legislação de orgânicos, como agrotóxicos, fertilizantes minerais solúveis, hormônios, antibióticos e outros medicamentos, além dos produtos geneticamente modificados” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 6). Em consonância ao que tem sido dito, ressalta-se aqui o Decreto 6323/2007 que regulamenta e disciplina a Lei 10831/2003, alguns capítulos do artigo terceiro, sobre agricultura orgânica:

Art. 3º capítulo. VI - preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção”; VIII - consumo responsável, comércio justo e solidário baseados em procedimentos éticos; IX - oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes, oriundos do emprego intencional de produtos e processos que possam gerá-los e que ponham em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador ou do consumidor.

No entanto, se a produção mesmo sendo orgânica for de grande escala e nos moldes do sistema capitalista, apesar dos produtos serem saudáveis ao ser humano, ainda assim é destrutivo, visto que esta destruição é proveniente do “desequilíbrio nos atuais padrões de produção e consumo da nossa sociedade” (INMETRO<sup>38</sup>; IDEC<sup>39</sup>, 2002, p. 8). No mundo, esse desequilíbrio do consumo é bem distinto entre os países ricos e os países pobres, já que o primeiro consome muito mais em relação ao segundo. O que sugere o INMETRO e IDEC (2002), é a mudança de hábitos de produção e de consumo, atendendo, “de um lado, a demanda das necessidades básicas da maioria da população mundial (moradia, saúde, alimentação e educação) e de o outro, reduzir os desperdícios e o consumismo desenfreado nos segmentos mais ricos” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 9).

O consumo desenfreado causa danos descomunais em todos os recursos naturais do planeta. Há várias práticas que provém essa destruição – em função da

---

<sup>38</sup> O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - é uma autarquia federal, vinculada à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia. O Instituto atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), colegiado interministerial, que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro). <https://www.gov.br/inmetro/pt-br>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

<sup>39</sup> Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC – associação de consumidores sem fins lucrativos, independente de empresas, partidos ou governos. Fundada em 1987 por um grupo de voluntários, com a missão de orientar, conscientizar, defender a ética na relação de consumo e lutar pelos direitos dos consumidores/cidadãos. <https://idec.org.br/>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

produção e do consumo - tais como a industrialização, a pecuária, os impactos gerados pelos combustíveis – principalmente o petróleo - o uso doméstico, pela sociedade, dos recursos naturais (mesmo sendo desenfreado, é o que menos prejudica) e a agricultura (INMETRO; IDEC, 2002). Porém, nesse tópico focamos na agricultura orgânica em produção de larga escala.

Conforme INMETRO e IDEC (2002, p. 11), a agricultura é a prática que mais utiliza água e “aproximadamente 70% da água utilizada na irrigação evapora-se ou infiltra-se no solo sem atingir o objetivo de fornecer umidade às raízes das plantas”. Estes Institutos salientam que nos próximos anos, “o volume de água necessária para a agricultura poderá aumentar de 50 a 100%” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 11). Ainda salientam os órgãos supracitados, que a maioria dos rios brasileiros passam “por cidades e zonas rurais de intensa atividade agropecuária e mineradora, cujos resíduos contaminam a água” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 12). Então, devido a este fato e por ser em grande escala, mesmo sendo uma produção orgânica, ela ainda contém químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A agricultura orgânica para ser produzida em larga escala é preciso desmatar. O desmatamento (destruição de florestas e matas) - causado pelo ser humano - destrói com os recursos naturais do planeta, causando danos como erosão<sup>40</sup>, extinção de várias espécies vegetais e animais (terrestres e aquáticas), destruição de várias ervas medicinais - utilizadas em remédios medicinais -, poluição do ar, da água e do solo, entre outros. Contudo, é possível repensar atitudes para preservar a natureza, levando à exploração dos recursos de forma sustentável. Ou seja, desenvolver ações como o consumo sustentável<sup>41</sup>, a “ausência de danos ao meio ambiente ao longo da produção, o conhecimento do ciclo do produto e a difusão das informações para os consumidores” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 42).

Assim, destacam os Participantes deste estudo em relação a produção orgânica em pequena escala ou em transição e a sua importância para o Planeta: “A produção não está alcançando o objetivo, tanto para os seres humanos quanto para a natureza, tem que mudar muita coisa, mas as condições não alcançaram isso. [...]”

---

<sup>40</sup> Erosão: “perda de terra fértil pela ação da chuva e dos ventos o homem pode acelerar este processo com suas técnicas predatórias de cultivo, criação de animais, corte de matas e queima de vegetação” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 48).

<sup>41</sup> Consumo Sustentável: “forma de consumo que visa satisfazer as necessidades e aspirações da geração atual sem prejuízo para gerações futuras” (INMETRO; IDEC, 2002, p. 47).

os insumos são muito mais caros, o preço final fica mais caro para comercializar” (PARTICIPANTE 1); “Os meus produtos são com alguns insumos orgânicos, são produtos mais selecionados. A gente ia ter outro tipo de vida, sem agrotóxico, sem estes venenos danados. Que bom se todo mundo pensasse assim, que ia ser bem melhor para a natureza” (PARTICIPANTE 2); “os orgânicos para a humanidade são uma farmácia, uma farmácia viva, porque tudo o que tu come de bom é bom para ti, então, é um investimento para tua saúde os produtos sem química nenhuma (PARTICIPANTE 4).

Contudo, é importante salientar que a produção orgânica não é análoga à agroecologia. Este estudo tem enfoque na agroecologia e nos produtores de pequena escala que desenvolvem a sua produção de forma orgânica. Então, a produção orgânica deste estudo está em contradição a qualquer produção em grande escala, mesmo sendo orgânica.

Portanto, as contradições acima tanto evoluem (ex. maçã continua sendo maçã com ou sem aditivos químicos, o que muda é se a produção dela degrada ou não a natureza), quanto revolucionam essas contradições antagônicas (quando o modo de produção dessa maçã é suprimido por outro, para acabar com a contradição) (TRIVIÑOS, 1987).

Dentro deste contexto da EPS, do CJS e do CR “diversas experiências coletivas de organização do consumo têm sido desenvolvidas no Brasil desde a década de 90, resgatando características do cooperativismo de consumo desenvolvido no século XIX” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 10). Para tanto é necessário lutas e movimentos com características que contrapõem o sistema capitalista, não tendo, portanto, a função de mantê-lo.

Assim sendo, as práticas da EPS são a sustentação de uma ‘Outra Economia Acontece’, nas quais aparece, nas “iniciativas de: produção, comercialização e consumo solidários, formação em economia solidária, marco legal e finanças solidárias” (CONIC; FBES, 2010, p. 22). A transformação da sociedade que é o horizonte da EPS, só é possível se os EES, “articulados em redes e cadeias solidárias, forem os motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, e não as grandes empresas capitalistas convencionais” (CONIC; FBES, 2010, p. 24).

Encerrando este debate, compreendemos que essa outra economia – a EPS - acontece em todas as etapas da atividade desde a produção até o consumo final e

busca articular as dimensões políticas com a econômica. Essa outra economia valoriza as produções orgânicas (em pequena escala) e agroecológicas, preserva a cultura local e cria mercados justos. Por sua vez, é imprescindível que os consumidores reconheçam e identifiquem os produtos e serviços da EPS e, para que esta outra economia avance no seu reconhecimento e identidade, se faz necessário um sistema que regulamente e tranquilize os consumidores responsáveis, tal como o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, bem como uma comercialização diretamente ligada a conscientização de um Consumo Responsável. Há várias iniciativas baseadas na EPS que se organizam para produção, comercialização e consumo de forma justa, solidária e responsável, entre elas os GCRs.

#### **4. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL (GCRS): dialética da emancipação**

Na continuidade do debate sobre a Comércio Justo e Solidária e o consumidor como agente do processo econômico, e ciente da sua importância para a sustentabilidade e conservação do meio ambiente, apresentamos, entre tantas experiências de EPS, as práticas dos Grupos de Consumo Responsável. Esta dialética se faz necessária para a compreensão de como se desenvolvem estes grupos para o enfrentamento ao capitalismo.

Sendo assim, apresentamos neste capítulo a organização, a estrutura e o desenvolvimento destes grupos dialogando com os sujeitos da pesquisa, trazendo as suas compreensões sobre esta articulação entre produtores e consumidores, assim como a sua trajetória no mundo, no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul (apresentando os GCRs que surgiram neste estado e a construção de uma rede de GCRs na região Sul deste estado).

##### **4.1. A Dialética dos consumidores organizados**

Os seres humanos, de longa data, vinham vivendo um distanciamento econômico – já que produziam apenas para suprir as suas necessidades - no qual grande parte da sociedade trabalhava para a sua subsistência, enquanto poucos viviam luxuosamente sem nada produzir. No entanto, a história mostra que novas formas de produção causaram a desumanização do ser humano. Contudo, dentro

dessa realidade alienadora e degradante, surgem os GCRs, como uma forma de enfrentamento às práticas de produção, comercialização e consumo no mundo.

Os GCRs são constituídos por produtores e consumidores. Essas pessoas procuram outra forma de produzir e consumir, tendo a comercialização como enlace de uma relação distinta das relações da sociedade hegemônica. Assim sendo, está claro que não há a existência de atravessador ou intermediário, desde a produção até o consumo. A consequência da exclusão desse indivíduo ou empresa promove um convívio ininterrupto (sem interventor) e franco entre os envolvidos.

A relação muda, às vezes, tu te fecha no teu mundinho de família, de casa e aí fica naquilo ali, é isso aí, ou é assim ou é assado, mas quando tu abre, tu realmente, tu abre para vida, tu abre a tua cabeça, muda totalmente, para construir outras relações, de outra forma. Eu era muito, até para te dizer, a minha vida de adolescente, eu era muito rebelde, hoje não, hoje eu consigo limitar muita coisa. Eu era muito rebelde, não aceitava muitas coisas, era meio bruscão, ou era do meu jeito ou não era, brigava muito, mas fomo calejando e aprendendo. Por isso eu digo que tudo é um aprendizado (PARTICIPANTE 7).

Conforme o Instituto Kairós (2010, p. 6), as principais motivações para a construção dos GCRs apontadas são:

O desejo de realizar um movimento de aproximação entre produtores/as e consumidores/as e de integração entre o campo e a cidade, visando fortalecer os agricultores/as e dar uma oportunidade aos consumidores para o exercício do consumo responsável. Reportam-se também ao desejo de construir relações mais justas e solidárias de comercialização e consumo, em oposição às convencionais (hegemônicas) e, ainda, à intenção de fomentar a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

Os GCRs têm como objetivos fomentar – na sua grande maioria - grupos de EPS, tendo em vista que esses grupos são formas de escoamento das produções dos produtores; fortalecer a forma de produção orgânica, visto que esses grupos na sua grande maioria produzem sem agrotóxicos; valorizar os produtores de pequena escala e da agricultura familiar, analisando que a produção em escala elimina esses produtores familiares, devido a preços e ofertas e diversidades de produtos; oportunizar uma comercialização e um consumo de forma justa e solidária, uma vez que os produtos além de serem de qualidade e saudáveis, também têm um preço justo - tanto para quem produz quanto para quem compra - e solidária porque todos os envolvidos compreendem a necessidades de todos - o produtor se preocupa em saber sobre o consumidor e vice-versa; desenvolver formações e informações junto aos

envolvidos sobre EPS, comércio e consumo justo, solidário e responsável e produção saudável; proporcionar outra forma de relação entre os envolvidos, já que nos GCRs os produtores e consumidores têm relações diretas e o consumidor conhece o produto ofertado e comprado, desde a sua produção até seu consumo; e por fim, preservar a natureza, visto que busca maneiras mais saudáveis ao meio ambiente de produção e consumo. Os objetivos aqui apresentados são uma coletânea de informações adquiridas de vários autores durante as leituras advindas da pesquisadora, tais como: Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), Pistelli (2014), Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014).

Os GCRs são organizações coletivas que estão preocupadas em desenvolver um processo social de resistência à produção, à comercialização e ao consumo convencional, isto é, ao mercado. Esses grupos se contrapõem ao desconhecimento de onde vem aquilo em que o consumidor está adquirindo, por isso, “busca em conhecer a origem e a forma de produção do que se consome, com acesso à informação e práticas para a valorização do espaço rural e suas trabalhadoras e trabalhadores” (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014, p. 4).

Eu parei com o fumo, devido ao muito veneno que levava, [...] eu disse que produzia as coisas sem agrotóxico, sem adubo, aí os caras disseram: 'que, enlouquecesse? Tem que te internar, vais morrer de fome', eu disse: 'vou experimentar, se eu morrer de fome, morri, se tiver que me enterrar, mas eu veneno não uso mais, se eu tiver que voltar para os venenos, eu paro e não planto mais, prefiro trabalhar de empregado, de diarista, em qualquer tipo de coisa, que voltar a trabalhar com veneno'. Já trabalhei muito com veneno, trabalhei no fumo, colocava anti-brotante e tinha que ser na hora do sol, tinha que entrar no meio para colocar, imagina o calor, ele solta alguma coisa que te contamina, tem um cheiro e aquilo ali deixa a gente meio tonto. [...] comecei a plantar e eu fiz uma hortinha, pequenininha, [...] aí eu fui vendo que aquilo ali tinha um fundamento, que eu conseguia produzir sem o adubo (PARTICIPANTE 6).

Essa forma de organização – os GCRs - possibilita discussões que podemos classificar como educativas, visto que constituem o conhecimento entre os envolvidos para desenvolver alternativas nos campos técnicos-produtivos, econômicos, ambientais, sociais, éticos e culturais, distintas do modelo capitalista. O modelo hegemônico distancia cada vez mais o produtor do consumidor. No entanto, nos GCRs acontece de forma contrária, pois o consumidor tem conhecimento do produto adquirido desde o início da sua produção até o seu consumo (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014). Desta forma, os GCRs são:

um conjunto de pessoas, além de deixar de consumir determinado produto direcionar este seu consumo para um empreendimento solidário, da sua própria localidade, o impacto será imediato e provavelmente não ficará restrito ao simples ato de consumo e produção entre os envolvidos diretamente, pois, como já visto, este retorno financeiro promoveria uma qualificação da ação do empreendimento no próprio bairro, num maior cuidado ambiental, numa melhor distribuição de renda, dentre outros benefícios (RÊGO, 2014, p. 90).

Os GCRs se constituem em “experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 9). Para Calabro (2016), nos GCRs o produtor:

tem a oportunidade de ser reconhecido por qualidades que nem sempre são valorizadas nos canais convencionais de comercialização: respeito à sazonalidade, valorização do sabor e não apenas da aparência, uso de ingredientes e processamentos mais naturais. O produtor tem a oportunidade de uma proximidade maior com o consumidor, podendo assim contribuir para um processo de reeducação alimentar dos consumidores (CALABRÓ, 2016, p. 10).

Aponta o Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 04), que esses grupos retratam: “alguns caminhos para práticas que buscam contribuir na construção de uma cadeia de produção, comercialização e consumo mais responsável, justa, solidária e sustentável”. As pessoas que procuram a prática do consumo responsável se questionam se aquele produto que vão adquirir são necessários para si; se preocupam com a procedência daquele produto, como ele foi produzido e se a sua produção causa impactos na natureza, bem como buscam espaços que estejam de acordo com a lógica de consumo responsável; refletem sobre a forma de compra e o valor do produto; se preocupam com o seu consumo e de como minimizar o seu lixo e como podem transformar a sociedade para um CR (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). Conforme os autores:

Em geral, o que vemos são pessoas escolhendo quais produtos vão comprar a partir do desejo e da necessidade, sem pensar no que esse ato provoca, para além do que seus olhos veem, no mundo a sua volta. Ao comprar alimentos, a maioria das pessoas se preocupa mais com aparência, sabor e preço, deixando de lado suas consequências para a saúde, o meio ambiente, a sociedade, a cultura, a economia e o mundo. Mas não podemos esquecer que, ao escolher comprar este ou aquele produto, estamos alimentando também atitudes que podem ser ou não sustentáveis (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 4).

Para o fortalecimento desses grupos, aconteceram vários encontros de GCRs no Brasil. O Instituto Kairós organizou esses encontros nacionais. O primeiro encontro sucedeu em 2011 e na sequência o segundo e o terceiro encontro, nos anos de 2013 e de 2015 respectivamente. Esses encontros têm como objetivos gerais “a articulação e a aproximação dos GCRs, buscando o fortalecimento e o reconhecimento mútuo de suas práticas cotidianas e como atores políticos fomentadores de relações entre produção e consumo mais próximas, justas e solidárias” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016, p. 127). Tais encontros, integrados e coletivos, consolidaram uma rede: a "Rede Brasileira dos Grupos de Consumo Responsável, que tem como princípio maior a autogestão” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016, p. 127).

A trajetória dos GCRs foi inspirada a partir das experiências das cooperativas de consumo do passado, as quais surgem como resistência ao modo de produção capitalista.

## **4.2. História dos GCRs no Mundo**

Com o surgimento do capitalismo (a sua gênese é por meio da expropriação dos camponeses do campo) o modo de produção foi tomando outro rumo, assim como o modo de vida e de trabalho dos seres humanos. Desta forma, surge o trabalho assalariado e a divisão do trabalho. No apogeu da Revolução Industrial - século XVIII - intensificou-se o modo de produção capitalista, o qual desumaniza os seres humanos tornando-os partes das máquinas das indústrias e assim acentua as duas classes antagônicas: os burgueses (muito ricos) e os proletários (muito pobres).

A transformação à industrialização – revolução industrial – substituiu boa parte da mão de obra humana agravando a pobreza, o desemprego, a miséria, o trabalho infantil (com a ideia que trabalho dignifica) e exclusão social. As pessoas passaram a viver à margem da sociedade burguesa industrializada e, desta forma surge o capitalismo industrial.

Em consonância com os autores acima, a Revolução Industrial foi:

Revolução inglesa que originou diversas fábricas erguidas quase do dia para a noite, [...] despejando vapor pela atmosfera, [...] longas jornadas de trabalho [...] poderiam chegar a 10, 12, ou até mais de 15 horas diárias, [...] poucas e curtas pausas para as refeições, [...]. O trabalho é, em sua maioria, pesado e intenso, [...] o trabalhador nele se extenua e se degrada; é consumido como o carvão que alimenta a máquina a vapor (TEIXEIRA, 2010, p. 113).

Nesse processo, de industrialização, de mão de obra, de mercantilização, o trabalho - força de trabalho humano, ou seja, os trabalhadores tinham apenas sua força de trabalho, a qual podia ser vendida por salários para a sua subsistência, visto que não eram os detentores do meio de produção (terra, fábrica, máquina), já que suas terras e meios de produção foram usurpados (descrito no capítulo 3 deste estudo) - se tornou, também, uma mercadoria em constante crescimento que proporciona e mantém a lei da oferta e da procura de trabalho.

Em contraposição a este modo de produção, surgem os movimentos dos operários como resposta à pobreza extrema, assim amenizar a condição de vida dos seres humanos, a desumanização. Neste contexto surgem socialistas utópicos que entenderam que o futuro das pessoas seria por meio do cooperativismo. Assim sendo possível a superação da burguesia, em que sujeitos criam, por meio do cooperativismo, uma sociedade igualitária. De acordo com Pistelli (2014), entram em cena pessoas como Robert Owen (1771-1858 - socialista utópico que entendia que a vida no futuro de forma igualitária se daria por meio do cooperativismo) no final do século XIX. Esse socialista utópico viabilizou a construção de organizações para conquistar de forma coletiva bens e serviços. A ideia de Owen era que os seres humanos produzissem e consumissem de forma mútua, e a produção seria comum a todos. Desta forma, transformando a sociedade e a sua economia por meio de cooperativas de consumo. Seu pensamento era a construção de uma “colônia autossuficiente” (PISTELLI, 2014, p. 47).

Nos meados do século XIX, aconteceram várias ações coletivas, porém a primeira cooperativa de consumo foi a *Pioneiros Equitativos Rochdale*<sup>42</sup>, que se originou na Inglaterra em 1844. Essa prática se deu devido uma greve dos tecelões por melhores condições de trabalho. Na sua maioria, esses trabalhadores, seguiam as ideias de Robert Owen, o qual buscou novas formas de produção, comercialização e consumo (SINGER, 2002a). Na metade do século XIX, o cooperativismo de consumo - formado para produção e consumo entre as pessoas - se expandiu muito na Grã-Bretanha.

---

<sup>42</sup> Cooperativa que se originou, em princípio, como associação em 21/12/1844, com 28 tecelões, no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, na Inglaterra (SINGER, 2002a).

O socialista Owen também foi um precursor da educação cooperativa, já que acreditava que as ações dos seres humanos eram advindas do egoísmo e que eram frutos de uma educação equivocada. Ele compreendia que além dos associados das cooperativas o público em geral deveria ser educado nos princípios e na visão de mundo da EPS (SINGER, 2002a). A educação é uma das ferramentas de extrema importância para a conscientização do ser humano em relação ao seu lugar no mundo. É esta conscientização a motriz da manutenção de uma vida liberta e transformadora.

Contudo, devido ao avanço da indústria e da urbanização - que trouxeram o comércio varejista e atacadista - e o advento do automóvel - facilitando a mobilidade das pessoas que viviam distantes - as cooperativas de consumo foram se desmobilizando (SINGER, 2002a). Este fato se sucede devido a não emancipação do sujeito, já que ainda não foi possível a sua transformação. Apesar disso, a luta continua, visto que surgem outras formas de organização coletiva, tal como os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) como outra forma de se reunir coletivamente, com o intuito de melhores condições de produção, comercialização e consumo, em que o mais importante são as pessoas e os recursos naturais da natureza. Esses grupos são práticas distintas das práticas capitalistas, as quais o importante é o lucro e não a natureza.

#### **4.3. História dos GCRs no Brasil**

O surgimento das primeiras cooperativas de consumo no Brasil, decorreu do desenvolvimento das grandes empresas na região sudeste na década de 50, principalmente as automotivas. A partir do apoio dos sindicatos, os trabalhadores se mobilizaram para comprarem coletivamente. No entanto, na década de 70, o número dessas cooperativas de consumo foi se reduzindo, de maneira considerável. (RÊGO, 2014; INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011).

O modo de produção capitalista proporcionou o advento da escala produtiva, a concentração de ofertas, a diminuição de custos e a competição dos preços. Desta forma, a comercialização direta entre produtor e consumidor, em várias localidades, foi acabando. Porém, esse sistema que nos rodeia, não avança sem resistência (RÊGO, 2014). Sendo assim, surgem os GCRs, aponta o Instituto Kairós, que o objetivo dos GCRs:

vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 11).

Conforme o Instituto Kairós (2010), em 1986 em São Paulo – SP, foi cadastrado como o mais antigo GCR do Brasil, o Movimento de Integração Campo- Cidade (MICC). O Instituto Kairós aponta que todos os GCRs mapeados encontram-se nas áreas urbanas.

No histórico da formação das experiências, pode-se perceber que as principais motivações apontadas dizem respeito ao desejo de realizar um movimento de aproximação entre produtores/as e consumidores/as e de integração entre o campo e a cidade, visando fortalecer os agricultores/as e dar uma oportunidade aos consumidores para o exercício do consumo responsável. Reportam-se também ao desejo de construir relações mais justas e solidárias de comercialização e consumo, em oposição às convencionais (hegemônicas) e, ainda, à intenção de fomentar a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis (INSTITUTO KAIRÓS, 2010, p. 6).

#### **4.4. História dos GCRs no Rio Grande do Sul**

No Rio Grande do Sul há experiências de consumo de orgânicos. A primeira cooperativa de consumo foi com a Coolméia<sup>43</sup> - Cooperativa Ecológica Coolméia, em Porto Alegre (RS), na década de 70. A Coolméia foi fundada em 1978, na cidade de Porto Alegre. Possibilitou a produção e comercialização de produtos orgânicos de vasta qualidade nutricional. A Coolméia surgiu primeiramente no estado do Rio Grande do Sul, mas se expandiu pelo Brasil. Outra viabilidade da Coolméia foi o fomento de várias famílias na produção de alimentos orgânicos e a constituição de milhares consumidores conscientes de estarem consumindo alimentos saudáveis e de qualidade. Desta forma, possibilitou uma relação entre produtor e consumidor de forma direta.

Os consumidores da Coolméia tinham conhecimentos de onde vinham e de quem produzia os alimentos que chegavam em suas mesas. Esses consumidores recebiam incentivos para irem visitar as áreas de produção. Na sua jornada, desde seu surgimento, a Coolméia viabilizou feiras como: a Feira dos Agricultores

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://coolmeiapoa.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 25 de jul. de 2021.

Ecologistas – FAE, em 1989, a Feira da Cultura Ecológica e a Feira da Biodiversidade no pátio da Secretaria Estadual da Agricultura, em Porto Alegre. Assim, com “sonhos e esperanças de Cooperação, conjuntamente com a união e mútua ajuda dos associados, fizeram a Coolméia tornar-se uma realidade social e econômica com ampla atuação na sociedade” (COOLMEIA, s.d., s.p.). A Cooperativa teve como estrutura e uma das prioridades de incorporação a união entre “três categorias: associados operacionais, associados produtores e associados consumidores” (COOLMEIA, s.d., s.p.). Nessa cooperativa participavam mais de mil associados que por meio da prática de cooperação atuaram na promoção de “Alimentação Natural, Agricultura Ecológica, A Defesa do Meio Ambiente e Autogestão e a co-gestão” (COOLMEIA, s.d., s.p.). No entanto, essa cooperativa veio a fechar no ano de 2000, devido a ausência de políticas públicas em meio a um processo de modernização conservadora, industrialização ou modernização da agricultura.

No momento, existem no estado experiências similares às cooperativas de consumo, as quais atuam na nomenclatura de GCRs. Contudo, suas práticas têm o mesmo intuito de contrapor a exploração, tanto na produção quanto no consumo. Estas práticas advêm dos GCRs a seguir:

- **GCR GiraSol<sup>44</sup>**

Localiza-se na cidade de Porto Alegre, desde 2006. Esta cooperativa busca desenvolver a economia solidária e tem por objetivo praticar o comércio justo e o consumo sustentável. A prática e a construção - juntos associados e parceiros - de uma rede que atenda ao consumo e para fomentar a compra de “produtos provenientes da agricultura familiar, pequenos empreendimentos, grupos e organizações de trabalhadoras e trabalhadores, que tem na sua produção o seu meio de vida” (GCR GIRASOL, s.d., s.p.). Essa iniciativa tem como práticas estimular a produção agroecológica, incentivar a colaboração solidária, proporcionar aos consumidores e produtores um comércio justo e igualitário, valorizar o ser humano e respeitar o meio ambiente. A cooperativa GiraSol ficou sem atividades no ano de 2011, porém voltou a se articular em 2015. De acordo com Graf (2019, p. 34), “a mencionada

---

<sup>44</sup> Cooperativa GiraSol: disponível: <https://coopgirasol.com.br/loja/sobre-a-girasol/>. Acesso: 25 de maio de 2021.

interrupção se deu em virtude da dispersão dos responsáveis pela Cooperativa, haja vista seu engajamento em outras iniciativas/militâncias, impossibilitando a adequada continuidade de suas atividades”. Com nova organização, os consumidores conscientes junto aos fornecedores, a Girassol reitera “os valores da ética, da solidariedade, da democracia, da autogestão, da construção coletiva, da transparência, da igualdade de direito entre gêneros” (GCR GIRASOL, s.d., s.p.), bem como da “valorização do meio ambiente e do compromisso social estando ao lado de movimentos, organizações e militantes sociais que lutam para construir um mundo mais igualitário, sustentável e solidário” (GCR GIRASOL, s.d., s.p.). A cooperativa GiraSol tem em seu pensamento e prática “outra visão de economia, na qual a organização do trabalho está a serviço do ser humano e da vida e não do capital, que acumula, explora e exclui” (GCR GIRASOL, s.d., s.p.).

- **GCR Aromas & Sabores do Campo**

Este GCR surgiu em 2016, no município de Porto Alegre. Esta articulação é realizada com estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com um coletivo de agricultores familiares do município de Viamão/RS. Conforme Graf (2019, p. 38), a criação deste GCR foi para “proporcionar um canal de comercialização alternativo aos produtores orgânicos, [...]. Visando vender sua produção diretamente aos consumidores”. Desta forma, este grupo “foi tecendo aos poucos uma rede de venda de alimentos orgânicos sem a existência da figura do intermediário entre produção e consumo”. Assim, o “produtor garante maior rentabilidade, ao mesmo tempo em que o custo de aquisição de tais produtos torna-se menor para o consumidor final”.

- **GCR Feira Virtual Rede Bem da Terra<sup>45</sup>**

Localizada na cidade de Pelotas desde 2014. É formalizada como Associação Bem da Terra - Feira Virtual, a qual possibilita o comércio e o consumo justo, solidário e consciente. A Associação Bem da Terra desenvolve as práticas dentro da lógica da

---

<sup>45</sup> Feira Virtual Bem da Terra: disponível em: [https://www.facebook.com/feiravirtualbemdaterra/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/feiravirtualbemdaterra/about/?ref=page_internal) e <https://cirandas.net/bem-da-terra/feira-virtual-bem-da-terra?npage=9>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

EPS. Essa economia tem como preocupação os trabalhadores e o objetivo é oportunizar uma economia em que o mais importante são as pessoas, e não o dinheiro. Assim, esse GCR tem o intuito de desenvolver essa economia na microrregião Sul do Rio Grande do Sul, por meio da propagação dos princípios e práticas da autogestão, do comércio justo e do consumo solidário, bem como buscar fortalecer as relações entre sujeitos que produzem e vendem e sujeitos que compram e consomem e que visem o respeito pela natureza. O consumo nessa forma de relação é um ato político. O caminho a seguir é rumo à autogestão e a evolução no cultivo agroecológico.

- **GCR Canguçu<sup>46</sup>**

Localizava-se na cidade de Canguçu. Esse GCR iniciou as atividades com uma articulação, em 2018, por meio de um projeto (para expansão da comunidade de compras coletivas) executado pelo Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL)<sup>47</sup>, que oportunizou equipamentos para o seu funcionamento. No entanto, as atividades começaram em 2019, acontecendo o primeiro ciclo em 16/03/2019. Os produtores agrícolas são de pequena escala do município de Canguçu e os outros produtos oferecidos advinham das compras conjuntas com outros GCRs. Em relação aos objetivos, os princípios e a lógica, esse GCR seguia e trabalhava com os conceitos de EPS, de CJS e de CR. As atividades eram realizadas em um espaço cedido nas casas de duas consumidoras. O processo de funcionamento acontecia, inicialmente, com ciclos que se sucederam via

---

<sup>46</sup> Relato efetuado por meio do WhatsApp pela responsável da organização dos ciclos e consumidora Carla Rosane da Silva Mota.

<sup>47</sup> Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tem como constituição docente e discentes interdisciplinares da Universidade. O objetivo do núcleo é atender os grupos de trabalhadores/produtores urbanos e rurais que buscam aporte técnico, científico e formativo para a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tecsol/>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

plataforma Cirandas<sup>48</sup>. Porém, devido a algumas dificuldades e demanda de trabalho dessa plataforma, os ciclos passaram a ter funcionamento por meio do WhatsApp. A cidade é pequena e seus habitantes urbanos, na maioria, têm parentesco com pessoas da zona rural, desta forma, possibilitando acesso aos produtos e, também acontecem duas feiras ao mês de considerável prestígio entre os moradores. Por isso o GCR Canguçu visualizou como sustentável a realização dos ciclos de forma quinzenal. No entanto, os pedidos foram diminuindo, os envolvidos foram se dispersando e assim as atividades aconteceram até meados de 2020. O GCR Canguçu tem desejo de voltar a se articular, porém não tem previsão ou se vai ser possível.

- **GCR Jerivá**

Localizado na cidade de São Lourenço do Sul desde 2019. Esse grupo começou seu processo em 2017 com produção de questionários para identificar consumidores e produtores. No entanto, apenas em 2019, o grupo começou suas atividades de comercialização. Esse grupo de consumo responsável busca a organização para a preservação ambiental, assim como segue os princípios da economia solidária. Economia essa que proporciona uma relação distinta da praticada na sociedade capitalista. O Jerivá segue as atividades - propostas pela EPS - organizadas de forma solidária por trabalhadoras e trabalhadores de modo coletivo. O grupo oportuniza uma amplitude de comercialização de todos os produtos, possibilitando dessa forma uma maior e melhor qualidade de vida dos produtores. A comunicação desenvolvida entre produtor e consumidor, para o Jerivá, é de extrema importância, porque o consumidor entende por meio dessa prática a valorizar e a respeitar as dinâmicas desenvolvidas tanto no campo quanto na cidade (MORAES, et al., 2020).

---

<sup>48</sup> Plataforma Cirandas: O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - e tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. Disponível em: <https://cirandas.net/>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

- **GCR Casa EcoSol<sup>49</sup>**

Localizado na cidade de Jaguarão desde 2019 como GCR – Iniciou a sua história como núcleo da Feira Virtual Bem da Terra da cidade de Pelotas, em julho de 2018. Funciona no espaço da Casa da EcoSol. Esse, como atual GCR, atua com os princípios da Economia Solidária. Tem como integrantes os produtores e os consumidores. A comercialização é semanal de produtos com redução de agrotóxicos, oriundos da agricultura familiar e da Economia Solidária local e também da região de Canguçu, Morro Redondo, além de produtos ofertados de todo país. Esse GCR tem parceria com a "Casa da Economia Solidária" de Jaguarão, (local onde funciona o Centro de Distribuição do GCR) que é formada por grupos de artesãos. O local em questão é destinado a comercialização e a visibilidade de produtos oriundos da Economia Solidária.

- **GCR Armazém de EPS<sup>50</sup>**

Localizado na cidade de Rio Grande desde 2019 como GCR e como um núcleo, da Rede Bem da Terra, desde 2016. Esse GCR é incubado pelo NUDESE/FURG, e segue os princípios da Economia Popular Solidária e do comércio justo e solidário, lógicas que buscam práticas humanitárias de produção e consumo, bem como, por meio do consumo responsável, transformar as relações que existem entre as pessoas e seus alimentos e a conscientização ambiental dos associados. Esse GCR é o que estamos estudando.

Os GCRs da região Sul do Rio Grande do Sul (Rede Bem da Terra, Armazém de EPS, Jerivá e Casa EcoSol - o GCR Canguçu enquanto estava atuando, também, fazia parte) fazem, de forma conjunta, compras por meio da Rede Rizoma<sup>51</sup> -

---

<sup>49</sup> Relato efetuado por meio do WhatsApp pela responsável da organização dos ciclos e consumidora Catarina Ângela de Garcia Nunes.

<sup>50</sup> Armazém de Economia Popular Solidária: disponível em: <https://www.facebook.com/armazemdeeconomiapopularsolidaria>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

<sup>51</sup> Rizoma Bem da Terra: É uma Rede de GCRs, que surgiu das primeiras conversas em 2015, composta por produtores e GCRs da região Sul do RS. Essa rede busca minimizar os custos com fretes, por meio de compras conjuntas entre os integrantes, bem como oportunizar a distribuição dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, fomentar o consumo responsável e o comércio justo e solidário. A preferência é dos produtores da região, porém, solicita de todo o país, devido não haver certos produtos na região (KRÜGER; MONTEIRO; VICTÓRIA, 2016).

realizadas em plataforma própria. As compras dos produtos são efetuadas de vários locais do Brasil. Cada grupo dando a preferência aos produtos advindo da sua localização. Porém, devido a não haver disponíveis muitos produtos, tem se buscado no estado e na sequência em todo país a diversidade de produtos. Salientamos que já houve trocas de produtos com empreendimentos econômicos solidários na Argentina.

A Rede Rizoma começou a ser fomentada no ano de 2015, porém começou as suas atividades em rede a partir de 2016. A gestão desta rede era efetuada – desde o princípio - pelo GCR Bem da Terra de Pelotas. Porém, a partir do mês de julho de 2021, o GCR Armazém de EPS assumiu por seis meses - mais adiante por seis ciclos de pedidos - a gestão da Rede Rizoma, devido o GCR Bem da Terra poder organizar-se em suas atividades específicas do grupo. A tomada de decisão para assumir a gestão da rede foi efetuada pelos integrantes associados no GCR Armazém de EPS. No entanto, este GCR realizou a gestão desta rede até a finalização do ciclo que ocorreu em abril de 2022. Assim sendo, assume no seguinte ciclo a gestão da Rede Rizoma o GCR Rede Bem da Terra.

Para haver o andamento da Rede Rizoma é realizada bimestralmente uma reunião com no mínimo um representante de cada GCR, composto nesta rede e com representantes da associação de produtores de Pelotas. Nesta reunião ocorre uma autogestão da rede e para as tomadas de decisões, em conjunto. Esse processo de compras coletivas acontece para que o custo com a logística seja minimizado, já que será repassado para o consumidor, diminuindo o preço do produto que será comprado, bem como fomentando o escoamento de produtos de empreendimentos econômicos solidários de todo país. Outro fator que se sucede nesse coletivo é o apoio de uns com os outros em suas dificuldades. Assim promovendo uma reflexão do que tem sido esse modo de produção hegemônico e o que pode ser feito para enfrentá-lo (PUNTEL, et al., 2020).

## **5. A PRÁXIS DO GCR ARMAZÉM DE EPS: REALIDADE CONCRETA ASSOCIADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O capítulo a seguir foi construído coletivamente ao longo dos anos e das experiências desenvolvidas pela equipe do NUDESE junto ao GCR Armazém de EPS,

os quais, em diferentes momentos, foram apresentados em eventos acadêmicos e/ou publicados em anais. Nesse sentido começamos com uma síntese caracterizando as formas e os aspectos importantes para quaisquer GCRs. Na sequência apresentamos o GCR Armazém de EPS - este grupo é o investigado nesta pesquisa – com sua trajetória, caracterização e funcionamento, trazendo as falas dos sujeitos da pesquisa com seus entendimentos sobre esta prática contra-hegemônica e sobre o Armazém de EPS, salientando a importância deste GCR em suas produções e suas vidas, bem como o evidenciamos como uma experiência concreta da EPS articulada com a EAC.

### **5.1. Caracterização dos GCRs: versus a estrutura e desenvolvimento do capitalismo**

Os GCRs são constituídos por produtores e consumidores (os gestores geralmente são os próprios consumidores ou produtores) e seguem outras formas de produção, comercialização e consumo. Esses grupos surgem, na sua maioria, como movimentos sociais que tem como concepções a lógica da EPS, assim como buscam desenvolver um CJS e a consciência de um CR. Esses grupos necessitam de um local - Centro de Distribuição (CD) - em que possam receber os produtos dos produtores e onde os consumidores poderão retirar seus pedidos. A forma dinâmica de funcionamento dos GCRs são as descritas a seguir (INSTITUTO KAIRÓS, 2010; INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011; INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA, 2013):

- **Redes singulares:**

A distribuição é direta, ou seja, os consumidores têm relação direta com o produtor e tem um local centralizado – Centro de Distribuição (CD) - para gestão e distribuição.

- **Redes capilares:**

A distribuição em núcleos, ou seja, há vários núcleos de consumo (localizam-se em certa área geográfica, várias áreas de trabalho, mesma instituição, entre

outros). Nesse formato a gestão e a distribuição são descentralizadas. Os nucleados têm, conforme acordado, certa independência.

A organização desses grupos, muitas vezes, acontece entre poucas pessoas, que se articulam com seus conhecidos (no trabalho, na vizinhança, amigos, entre outros), assim como sistematizam a logística, a distribuição e a gestão em geral. Para que esses grupos não se dispersem é necessário “bastante planejamento, compromisso e organização do trabalho para viabilizar essa empreitada, de forma que se torne uma ação consistente, viável e significativa para os envolvidos, assim como para a sociedade” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 16).

Do mesmo modo, é preciso procurar fazer relevantes parcerias, tais como nas áreas: de “comercialização, comunicação, infraestrutura, formação, subsídios financeiros e/ou recursos humanos” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 17) e, também, com Universidades. Os GCRs oferecem uma variedade de produtos como hortifrutigranjeiros, grãos e cereais em geral, alimentos processados, produtos de limpeza e de higiene pessoal e artesanato. No geral, a maioria dos produtores são da localização do grupo, porém há de outros estados do Brasil, inclusive de outros países.

Os GCRs funcionam com um outro estilo de relação social diferente da sociedade hegemônica. Desta forma, o Instituto Kairós, (2010); Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011) e Instituto Kairós e Capina (2013), chamam a atenção para alguns pontos importantes de reflexão quanto a organização de um GCR, a seguir:

- **Individualidade do grupo**

Para a individualidade do grupo é necessário entender por que estruturar um grupo, quem serão os consumidores e quais serão os princípios basilares desse grupo. Os GCRs para serem constituídos é preciso “construir relações mais justas e solidárias de comercialização e consumo em oposição às convencionais (hegemônica)” e oportunizar a “comercialização e o consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 17).

- **Produtos e produtores que integrarão o grupo**

Na integração dos produtos e dos produtores, é primordial analisar os produtos que serão ofertados e quem serão os produtores que participarão do grupo e como encontrá-los. Os produtos serão definidos de acordo com os critérios, como: as necessidades dos integrantes, a logística, a disponibilidade de produtos de interesse e o tipo de empreendimento que se deseja fomentar (ex. agroecológicos, de cooperativas, da agricultura familiar) e que segue as concepções do grupo.

A gente é agricultor desde 1978, fazendo o que todo mundo fazia, o convencional, a monocultura da cebola, se usava muito defensivos, o pesticida, defensivo é o termo que eles gostam de ouvir, mas na verdade é pesticida, o veneno mesmo, propriamente dito. A gente não tinha muita saída, não tinha muita opção, não tinha muito apoio, aqui nesse lugar bem longe, distante, de certa forma isolado. Final dos anos 90, início do ano 2000, então, a gente estava cansado de fazer aquilo que todo mundo está fazendo e não está obtendo o êxito, desejado. [...] a gente começou tentando fazer algo diferente, na questão de produção mais limpa, foi se conscientizando cada vez mais que não queria fazer aquilo. Não nos arrependemos, isso tudo, essa mudança. A gente, se tivesse que voltar, não voltaria mais fazer isso, ia fazer uma outra coisa, não sei o quê, mas voltar a fazer o convencional, monocultura de cebola, a gente não voltaria mais não. Eu comentava com a esposa: 'pô, será que eu vou ficar velho, eu vou carregar veneno, esse pulverizador de moléculas de câncer nas minhas costas, a minha vida toda?'. Aquilo não me agradava. Não voltaria a fazer isso mais não, com certeza não, foi uma consciência da nossa parte que foi muito bom (PARTICIPANTE 5).

O Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), orienta também – para conhecer mais produtores - consultar os sites: FBES ([www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)), Cirandas (<http://cirandas.net>), assim como “instituições e coletivos ligados à agricultura familiar e agroecologia, como órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sindicatos dos trabalhadores rurais, Colegiados Territoriais” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 18). Outras iniciativas que podem auxiliar são os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros.

- **Logística e funcionamento do grupo**

O Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), salienta que a logística é imprescindível ao funcionamento dos GCRs, visto que ela é dinâmica e necessita de mudanças conforme o fluxo de atividades. Também se deve dar atenção a cada peculiaridade da logística, considerando a sua realização, desde a saída dos produtos

- do produtor - até o consumidor. É importante analisar a viabilidade, o armazenamento e os custos da logística. Outro fator a se decidir é se haverá um ponto de armazenamento e se esse ponto também será o de comercialização.

Em relação ao funcionamento das compras e da oferta dos produtos serão feitas listas com todos os produtos e enviados aos consumidores. A forma pode ser diversa: por email, por WhatsApp ou por intermédio de plataforma específica, em que constarão a opção de escolha e quantidade dos produtos, ou outra opção via cestas fechadas, as quais serão montadas de acordo com a produção. A compra e a entrega podem acontecer com datas marcadas ou as compras podem ser feitas diretamente no local, ou ambas as opções. As formas de entrega são por meio das redes singulares ou redes capilares.

- **Gestão do grupo**

Na gestão dos GCRs, o Instituto Kayrós, Pistelli e Mascarenhas (2011) recomenda que haja distribuição dos trabalhos a serem efetuados e quem deve realizá-los, assim como analisar como será feito com os custos de logística e do trabalho do grupo, investigar os recursos para suprir os custos e definir os preços dos produtos. Essa gestão do grupo pode ser feita pelos participantes ou por profissionais especializados.

Os trabalhos, geralmente, são divididos por áreas temáticas ou comissões. Nas redes singulares há apenas uma gestão, já nas redes capilares, a gestão é subdividida em: gestores gerais e gestores em cada núcleo. Na gestão dos pedidos deve ser considerada a frequência dos ciclos (se serão semanais, quinzenais ou outros). Os produtos ofertados precisam levar em consideração a sua validade, a perecibilidade, a distância de onde se encontram os produtores em relação ao CD e em relação ao consumidor para não ocasionar perdas.

Para a gestão financeira é necessário haver uma porcentagem que é adicionada aos produtos em cima do preço do produtor. Muitos GCRs solicitam uma taxa periódica mensalmente, bimestralmente, taxa única ou outra forma acordada, bem como geralmente, colocam um valor na poupança, no qual pode ser utilizado - de acordo com todos - para apoiar produtores, servir como capital de giro e pagar as despesas extras. Aponta-se que é primordial que todas as entradas e saídas de

valores sejam disponibilizadas de forma transparente a todos os envolvidos do grupo.

Outro fator da gestão é a forma de pagamento ao produtor que, geralmente, é realizada à vista na entrega do produto ou acordado um prazo de pagamento. Para isso, é importante o pagamento dos consumidores na hora da retirada do seu pedido. Por isso, existem ferramentas de gestão para otimizar o trabalho (como por exemplo: a plataforma Cirandas, a qual disponibiliza relatórios gerados em planilhas, em que consta a do produtor, com seus produtos e respectivos preços e outra do consumidor com os produtos pedidos e seus respectivos preços e há outras plataformas que funcionam, também, no mesmo processo).

A quantidade de pedidos dos produtos e sua disponibilidade também deve ser considerada para que aconteça uma boa dinâmica entre os produtores e consumidores. Tem grupos que fazem esse processo de forma manual, de acordo com cada gestão (por exemplo: utilizam o WhatsApp ou por email no qual é enviada uma lista, a cada ciclo, dos produtos com os preços aos consumidores e estes enviam seus pedidos da mesma forma).

Em relação à formalização, muitos grupos estão formalizados como cooperativas de produção e consumo<sup>52</sup>. Importante avaliar qual forma de formalização vai ser mais adequada ao GCR para evitar a geração de custos.

- **Comunicação e educação no grupo**

Nos grupos são importantes as organizações de práticas educativas e de formações entre os participantes, como as visitas a campo para conhecer melhor os produtores e a localização da produção, bem como para viabilizar a avaliação do processo e dos resultados. No diálogo entre os grupos e dentro deles, “também, é necessária a criação de estratégias de integração de projetos, dinamizando as trocas e viabilizando apoio de projetos institucionais” (INSTITUTO KAIRÓS, 2010, p. 20). Essas práticas de comunicação e educação são essenciais à realização dos GCRs “como atores políticos no processo de transformação social” (INSTITUTO KAIRÓS, 2010, p. 20).

---

<sup>52</sup> “quando o grupo de consumo é formalizado como cooperativa pode vir a ser beneficiado pelo ato cooperativo - dispositivo legal que proporciona diferenciação tributária nas transações de compra e venda e entre os cooperados e a cooperativa” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 25).

Há várias maneiras de atuação entre todos os envolvidos. O Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), identificou que a internet é a principal forma de comunicação, tanto interna quanto externa dos grupos de consumo, como as redes sociais (facebook, Instagram), WhatsApp, blog, site e lives, contendo todos os tipos de temas relacionados aos GCRs. Os materiais também se encontram impressos.

Eu aprendi muita coisa mesmo: encontros, a gente fazia reunião, isso é uma coisa muito importante. As oficinas, as pessoas mostrando como é que faz, eu não participei mais porque eu não tinha condições, porque eu cuidava da minha mãe, então não tinha condições de ir, mas eu gosto muito. A gente pega conhecimento de muitas coisas, a gente faz fertilizante. Eu aprendi muita coisa - o tempo que eu trabalhei em agricultura, são coisas que eu não tinha nem noção que poderia ser assim - modifiquei muita coisa das maneiras que eu produzia. Então, para mim, o aprendizado foi mais que na escola (PARTICIPANTE 6).

Todas as formas aqui citadas de comunicação também são os meios de divulgação e sensibilização dos consumidores, assim como em relação à educação para o CR, o Instituto Kairós (2010, p. 3) destaca que esta é uma prática “fundamental para promover a reflexão crítica das pessoas acerca das consequências sociais e ambientais que os atuais padrões de produção e consumo adotados em nossa sociedade acarretam”. Essas formações devem ser realizadas em espaço que possibilitem a interlocução tanto para aqueles que já se envolvem quanto para o outro, como: reuniões, roda de conversa, cursos, oficinas, visitação aos produtores e ao centro do grupo (local de funcionamento), mutirões, assembleias, festas etc.

- **Principais desafios enfrentados pelos grupos**

Os desafios para a manutenção e permanência dos GCRs são muitos, como na área financeira, visto que há muito trabalho a ser desenvolvido, e que, pela escassez de dinheiro, se tornam dependentes de práticas voluntárias, assim como a viabilidade econômica, já que há custos para se responsabilizar. Para isso, é necessário desenvolver a compreensão em relação a formação de preços e os custos. Outros fatores a serem considerados são: as adversidades na logística e armazenamento dos produtos, os quais precisam de melhorias; a integração de novos produtores e consumidores para ampliar os produtos pedidos na cesta e as vendas e, conseqüentemente, da escala de ciclo.

Em relação a formalização, a institucionalização do grupo, por um lado, viabiliza

soluções como, por exemplo, a facilitação nas relações com outras instituições e atores institucionais, uso de nota fiscal, entre outros. Por outro lado, pode gerar custos com advogados e contadores, dificultando a relação com outros empreendimentos não formais. Já a divulgação é uma área bem difícil para o GCR desenvolver, visto que no mercado convencional, os custos com publicidade são bem altos. Desta forma, os GCRs precisam criar estratégias para divulgar sua concepção.

Os GCRs se preocupam em garantir e viabilizar acessibilidade aos produtos, a todas as classes sociais, e têm o propósito de tornar os produtores, também, consumidores dos grupos. Porém, o que mais é citado como desafio - na literatura sobre os GCRs - é a ausência de envolvimento dos consumidores, salientando que esses participantes pouco se dedicam aos grupos. Esses fatores apresentados estão ligados ao “desafio de sensibilizar o público para o consumo responsável e coletivo” (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 27).

Portanto, os GCRs são um movimento que possibilita a transformação de vida dos envolvidos, visto que estimula os integrantes a olharem, enxergarem para além do preço do que está sendo consumido. No entanto, para que aconteçam essas transformações, é necessário que as práticas se desenvolvam de forma coletiva. (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016). Desta forma, desenvolvendo uma preocupação com todo o processo, desde a produção até o consumo.

## **5.2. O GCR Armazém de EPS a experiência acumulada e as vivências em EPS**

Entre tantas experiências de EPS, os GCRs são movimentos sociais que acontecem por todo mundo, e no Brasil não é diferente. Existem vários desses grupos por todo país. Estes grupos constroem estratégias para a “preservação da vida, valorização da saúde, das tradições e da identidade de povos, onde o mercado é o espaço da troca, do encontro de saberes, da partilha e da construção de laços sociais, voltados para a solidariedade e a paz” (CONIC; FBES, 2010, p. 25). Porém, nesse estudo investigamos o GCR Armazém de Economia Popular Solidária – Armazém de EPS.

O Armazém, a gente tem uma relação muito boa e eu acho que são boas iniciativas para os pequenos produtores, como artesanato, como peixe, quem planta. Em relação ao consumidor, senão tiver ele o Armazém não funciona, essa relação consumidor e produtor aproxima, porque é um comércio diferente (PARTICIPANTE 7).

Logo do GCR Armazém de EPS



Fonte: arquivo do NUDESE

O consumo no GCR é desenvolvido como um ato responsável e político e tem como iniciativa a opção por um consumo que vai suscitar um “novo modelo de sociedade, baseado na centralidade da vida e no respeito às gerações futuras como espaço de articulação das redes e cadeias nacionais e internacionais” (CONIC; FBES, 2010, p. 26). Neste novo modelo de sociedade a preocupação é com as pessoas, tanto com os produtores, quanto com os consumidores.

Quando se cria um dia de reunião, e tem mais gente, a gente sempre coloca que mais participantes ele é muito mais interessante, a gente dá mais coisas no grupo e abre um leque de produção, vai ter mais ofertas de produtos, mais variados para o consumidor inclusive (PARTICIPANTE 5).

Para tanto, os GCRs, mais especificamente o Armazém de EPS, buscam desenvolver uma educação que perpassa pelas concepções de uma educação emancipatória e transformadora dos sujeitos, como a EAC.

### **a) Trajetória do GCR Armazém de EPS**

O GCR Armazém de EPS, se localiza no município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Esse GCR tem suas práticas desenvolvidas desde setembro de 2016 e é assessorado e incubado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG), devido a não ser possível sua independência, já que esse grupo ainda não constituiu autonomia junto a seus envolvidos (produtores e consumidores).

O Armazém, eu digo, deveria ter mais espaços assim, mas é difícil de construir espaços assim, pela forma de trabalho, que a gente tem que fazer, falta pernas para fazer isso. acho que falta de lideranças, porque é difícil formar lideranças para que assumam um compromisso, porque não é só um compromisso teu é compromisso coletivo, que é dos outros, também, liderança, que realmente não queiram entrar para ali só para vender, que queiram organizar o trabalho, falta muito (PARTICIPANTE 7).

Essa incubação engloba formações de EPS, de CJS e de CR, com seus conceitos e seus princípios, assim como aborda a construção de uma compreensão para a estruturação, funcionamento e planejamento de negócios do grupo. No Manual de Economia Solidária, elaborado pela Assembleia Legislativa do RS (2017), consta que:

o Processo de Incubação de Empreendimentos Econômico Solidários compreende um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que percorrem desde o surgimento do Empreendimento Econômico Solidário até sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos, fazer com que o Empreendimento, no fim do processo, conquiste autonomia organizativa e viabilidade econômica (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 15).

O NUDESE é um núcleo que desenvolve a geração de trabalho e renda, o qual fomenta empreendimentos de EPS, também, se preocupa com a alimentação saudável das pessoas e com os recursos naturais do planeta, bem como oportuniza o escoamento dos produtos produzidos pelos grupos – os quais assessoria – e produtos de outros locais de EES, visto que o mercado convencional está preocupado apenas em adquirir produtos de menores preços, em grandes quantidades e variedades e não se preocupa com sua qualidade e de onde e como estão vindo.

O GCR Armazém de EPS, na sua origem, era um núcleo do GCR Rede Bem da Terra (GCR localizado na cidade de Pelotas – RS). No entanto, em dezembro de 2019, por meio de uma assembleia - apontada em ata – e com apoio do NUDESE, esse grupo construiu o seu estatuto e tornou-se um GCR. O estatuto foi registrado e aceito em janeiro de 2020.

A assembleia foi constituída e organizada pela equipe do NUDESE, com apenas alguns dos consumidores, cujas participações no Armazém de EPS são constantes e por atenderem o convite da coordenação do NUDESE. Na sequência, aconteceriam outras associações, porém, com o surgimento da covid-19 (doença causada pela contaminação do vírus SarsCov2 que se transformou em pandemia que perdura até os dias atuais), sem cura conhecida e tendo como método de

enfrentamento a prevenção não farmacológica da contaminação por meio de distanciamento social, foi preciso paralisar várias ações do GCR Armazém de EPS.

O GCR Armazém de EPS, após sua formalização como associação, veio a ser denominada como Associação Educacional para o Consumo Responsável Armazém de Economia Solidária Rio Grande (não consta a palavra popular devido haver limites de palavras no registro formal, assim foi selecionado o adjetivo 'popular', já que os outros termos são imprescindíveis constar no nome). Essa prática, foi uma solicitação dos envolvidos nesse grupo, para que pudesse ser atendido o que a legislação exige. Os associados são compostos por consumidores, entre eles os gestores, que têm envolvimento com as práticas dos GCRs, e na sua totalidade, são pessoas vinculadas à FURG – técnicos e alunos. A assembleia foi construída, por meio de discussões, com todos os participantes, assim como a estrutura do estatuto (objetivos, diretrizes, seguimento), a coordenadoria e o seu nome.

Durante o advento das medidas de prevenção a pandemia (no período março de 2020 a março de 2022) o GCR Armazém de EPS, no início fazia suas entregas no local, com horários demarcados e com todos os cuidados exigidos pela vigilância sanitária. No entanto, depois de algum tempo, as entregas dos pedidos foram realizadas no domicílio de cada consumidor, já que a Universidade (FURG - onde se encontra a estrutura do GCR Armazém de EPS) cancelou todas as atividades dentro do Campus. Contudo, este GCR volta com as suas atividades iniciais (abril de 2022 - visto que a FURG retorna com todas as suas atividades), tendo esse retorno diferenciado, já que os consumidores criaram grupos de bairros para articularem a busca de seus produtos, de forma que apenas um consumidor recebe as cestas de produtos de todos os demais, leva para sua casa e marca horário para os consumidores buscá-las.

#### **b) Características e funcionamento: desenvolvimento do GCR Armazém de EPS**

O GCR Armazém de EPS têm cadastrados em torno de 344 consumidores, quase na sua totalidade, são os professores, os técnicos e os alunos da FURG, e por sujeitos que têm alguma relação com esses e por 36 produtores, entre eles, os riograndinos e nortenses. Contudo, dos consumidores cadastrados, alguns participam

ativamente, outros esporadicamente e outros não participam. Há uma frequência de entrada e saída de consumidores no grupo, este fato proporciona a quantidade existente de cadastrados, já que no grupo de WhatsApp (meio de comunicação entre gestores e consumidores) constam 180 consumidores. O presente estudo abrange os produtores, as práticas/relações dos consumidores do GCR Armazém de EPS é tema para outro estudo.

A gestão do GCR Armazém de EPS é efetuada por 3 pessoas que integram a Associação, que fazem parte da coordenação e que também são consumidores dele, conforme decidido em resolução acordada em assembleia. Os produtos comercializados vêm de vários lugares do Brasil, no entanto a preferência é comercializar os produtos cuja localização seja próxima ao GCR. Porém, como não há produções diversas na proximidade, é solicitado produtos de outros lugares. Assim, os pedidos dos produtos, após verificado a localidade, são efetuados da região, depois do estado onde se localiza o GCR e por fim de todo o país e até mesmo de outros países.

A gente começou a levar produto e quando eu ia lá ajudar, montar as cestas, aquilo para mim era, assim, renovava as energias, nossa, aquilo para mim era bom demais. Aí de novo, mais uma família, mais gente para tu ver, mais gente para tu encontrar, mais gente para tu sentir falta (PARTICIPANTE 3).

Os produtos advindos próximos ao GCR Armazém de EPS são produtos hortifrutigranjeiros orgânicos; pescados e os bolos, pães, lanches, salgados e pequenas refeições. Os produtos da gastronomia estão em fase de transição ou dando início a esse processo, já que são produtos produzidos com alguns insumos orgânicos. Os produtos vindos de fora da localidade são orgânicos certificados, orgânicos por confiança (aqueles que são comercializados de forma orgânica, mas não tem condições financeiras de dispor de certificação) ou produtos produzidos tendo em seu entorno produção com aditivos químicos.

Teve que vir os orgânicos. Nós começamos a melhorar alguma coisa, depois que começamos a pegar a produzir, assim. Se trabalha, sim, mas tem o retorno e tu não te preocupa, tu anda descalço dentro da horta, pega um moranguinho e tu está comendo, não te preocupa em lavar o moranguinho, não tem que lavar a mão, não se preocupa como antes. Pega um tomatinho, corta e come, antes com o veneno tinha que lavar as mãos e tinha um gosto ruim (PARTICIPANTE 6).

As compras dos produtos provenientes da localidade das cidades Rio Grande

e São José do Norte – RS são efetuadas diretamente com os produtores, assim como seus pagamentos. As entregas dos produtos de Rio Grande são feitas pelo produtor e da cidade de São José do Norte o produtor faz a travessia e o responsável do GCR pega na hidroviação de Rio Grande. Os produtos assim que chegam são conferidos para posteriormente serem feitos os pagamentos, que ocorrem uma semana depois da entrega. No entanto, os produtos advindos de outras cidades são feitos por meio da Rede Rizoma.

O GCR Armazém de EPS na sua metodologia se utiliza da Plataforma Cirandas, em que consta a comunidade Armazém Virtual EPS - RG. Os responsáveis atualizam essa comunidade todo início da semana. O primeiro ato é entrar em contato com os produtores locais para estar ciente dos produtos disponíveis naquela semana, assim como seus respectivos preços. Enquanto é aguardada a resposta dos produtores, é feita a inclusão dos outros produtos advindos de localizações externas da cidade – caso tenham chegado. Após a atualização, então, é aberto o ciclo da semana e comunicado aos consumidores via mensagem no grupo de WhatsApp.

O fechamento do ciclo da semana, na comunidade citada, acontece, geralmente, na quinta-feira (o ciclo fecha automaticamente no horário especificado na sua abertura). Após o fechamento o responsável entra na comunidade da plataforma e efetua o download das planilhas produtores (consta os produtos pedidos e seus preços) e consumidores (consta cada consumidor com seu pedido e preços atualizados). Na sequência realiza o contato com os produtores locais para comunicá-los quais produtos foram pedidos na comunidade e suas quantidades. Por fim, na sexta-feira eles recebem os produtos locais e, na sequência, é efetuado a separação dos pedidos de cada consumidor, que na tarde busca seus pedidos e neste momento fazem o pagamento.

O objetivo do GCR Armazém de EPS é proporcionar outra forma de viver – na produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos e agroecológicos - em que a centralidade é a natureza no seu todo, ou seja, compreende-se como esse todo os recursos naturais e toda forma de vida, inclusive os seres humanos como parte da natureza, bem como oportunizar a alimentação saudável, valorizar os produtores e a cultura local, desenvolver uma relação mútua entre produtores e consumidores e poder levar a todos os espaços estas experiências.

um prazer poder estar levando o Delícias para outras cidades. Porque o Armazém não fica dentro daquele mundo, nas pessoas que já nos conhecem,

mas outras pessoas, que ainda não conhecem. Eles podem passar a conhecer através do Armazém. Acho que ele é muito importante, acho que precisa ainda ser mais divulgado (PARTICIPANTE 1).

Outro objetivo do GCR Armazém de EPS é proporcionar o escoamento dos produtos advindos de produtores de pequena escala. Desta forma, aponta os Participantes deste estudo sobre o escoamento dos seus produtos no Armazém de EPS: ‘saber que a gente tinha mais outra opção de venda, de aumentar a nossa renda’ (PARTICIPANTE 4); “nova forma de comercializar [...] A vantagem do Armazém é a pré-venda, já pede o que está vendido. Isso é muito importante e é ótimo para todo mundo” (PARTICIPANTE 5); “eu acho muito importante para pessoa que produz, como a gente que tem a produção orgânica, porque às vezes a gente tem as coisas e não tem mercado para aquilo ali” (PARTICIPANTE 6).

O GCR Armazém de EPS consta na sua finalidade como um ente educativo. Assim sendo, tem uma formação inicial para conhecimento dos temas que são basilares deste grupo e do seu desenvolvimento. A primeira formação nesse grupo foi um encontro em setembro de 2016. Essa atividade teve a presença do professor António Cruz do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária/ Universidade Federal de Pelotas (TECSOL/UFPEL), que relatou sua experiência na UFPEL com GCRs e na utilização da plataforma Cirandas. Portanto, essas trocas de saberes entre as pessoas envolvidas nas lutas sociais e as Universidades, constituem-se meios de enfrentamento ao modo de produção convencional, e este processo acontece coletivamente. Salienta a sujeita da pesquisa que: “cada um é único e cada um mudando dentro daquilo que é necessário faz a diferença, mas não eu como ser humano mudar, achar que posso mudar, mas eu não acho possível, que - ninguém - sozinho é capaz de fazer isso” (PARTICIPANTE 1).

O GCR Armazém de EPS, por algum tempo ficou impossibilitado de manter uma formação sistemática, já que atua em práticas educativas no momento das entregas tanto dos produtos pelos produtores, quanto da entrega dos pedidos aos consumidores e, em momentos aleatórios, tais como oficinas, feiras, seminários, encontros, eventos de que participa, buscando a prática da formação junto aos envolvidos e potenciais envolvidos. Esse GCR buscou, durante a pandemia - causada pela covid-19 - fomentar as formações (de forma flexível, mas com intencionalidade e diretividade), mesmo que de forma remota. No entanto, por questões financeiras, limitando o pessoal, e questões de reorganização, não foi possível dar seguimento.

Nesse período, foram utilizadas apenas as Redes Sociais como meio de conhecimento.

Os processos formativos são realizados pelo NUDESE e por todos envolvidos nesta luta. Eles são precisos para que seja constituído o conhecimento sobre os GCR e para que os envolvidos entendam o andamento do grupo para o qual faz parte ou pretende participar, bem como essas atividades auxiliam na tomada de decisões dos membros do grupo. Então, essas formações continuadas constituem práticas para enfrentar o consumo insustentável, visto que a produção é agroecológica. Dessa maneira, salienta Braga et al. (2020, p. 1235), que:

As formações continuadas têm por finalidade a discussão da construção de outras formas de produção, comercialização e consumo pautadas na reflexão, na criticidade e nas ações sustentáveis, ou seja, formas não degradadoras da natureza, pois preconizam uma produção orgânica. Bem como, valorizam os pequenos produtores, pois esses sujeitos são explorados.

Portanto, esse grupo em estudo, procura desenvolver metodologias que proporcionem aos sujeitos envolvidos conhecer e compreender outras formas de viver, nas quais se oportuniza os cuidados com a saúde, com os outros e com a natureza e, assim buscam viver uma práxis verdadeira.

Os produtores – sujeitos desta pesquisa - reconhecem a necessidade e importância de experiências como do Armazém de EPS – as quais estão em contradição ao modo de produção hegemônico. Desta forma, apontam eles sobre estas práticas: “Eu acho o Armazém muito bom, e eu acho que ele não é muito divulgado. Se ele fosse mais divulgado, ia ser bem melhor tanto para mim quanto para os outros, também, pessoas que produzem outras coisas, que abasteçam o Armazém” (PARTICIPANTE 2); “Acho importante a venda que a gente tem, o que dificulta é a produção, não tem produção” (PARTICIPANTE 6).

Portanto, havendo ou não conhecimento dos conceitos e princípios da EPS, os produtores aqui citados buscam desenvolver em suas práticas a lógica desta outra economia, a qual oportuniza outra forma de se viver. Essas práticas se diferenciam das práticas da sociedade capitalista.

### **c) GCR Armazém de EPS: práxis da Economia Popular Solidária associada a Educação Ambiental**

Os consumidores do GCR Armazém de EPS entendem que a comercialização é justa e solidária e que os produtos são de qualidade, bem como estão preocupados com uma alimentação saudável e com a preservação dos recursos naturais e valorizam os produtores de pequena escala. Por sua vez, os produtores buscam ofertar produtos saudáveis e de preços justos e se preocupam com o meio ambiente e em atender os desejos dos consumidores. Assim sendo, as práticas desenvolvidas pelos produtores do GCR Armazém de EPS são contradições geradas pelos conflitos desenvolvidos no modo de produção hegemônico.

Eu acho que para conviver melhor, foge um pouco da teoria, vai um pouco, pela prática, é mais amor. [...] há muito individualismo, o mundo da ganância pelo lucro, pelo dinheiro fácil, pela importância no cenário, as pessoas querem ser importantes e falta mais humildade. Porque nem sempre o dinheiro faz a gente viver melhor (PARTICIPANTE 5).

As práticas desenvolvidas pelos responsáveis ao andamento do grupo, incluem a transparência nas ações, uma gestão autogestionária, tomadas de decisão em conjunto com todos os associados, quando assim for necessário, e inserem ao grupo sujeitos - tanto produtores quanto consumidores – que têm algum envolvimento com as práticas da EPS. O GCR Armazém de EPS tem como funcionamento inicial uma formação, visto que compõe em sua estrutura a educação dos sujeitos. Tal como está no Art. 3º do seu estatuto:

A Associação tem por finalidade educar para o consumo coletivo, através da reunião de pessoas e do fomento, em relação às mesmas, de estudos e pesquisas, com o desenvolvimento de novas tecnologias sociais para a economia solidária e o comércio justo, incentivando-as na prática da autogestão e do consumo consciente (ESTATUTO DO ARMAZÉM DE EPS, 2019).

As formações são necessárias para o enfrentamento à economia capitalista. Há várias formas de formação possível como educacional, visto que:

Não só a comercialização faz parte da dinâmica dos GCRs. As atividades educativas estão sempre presentes e foram citadas as realizações de: formações abertas ao público geral ou restritas aos consumidores participantes, oficinas práticas, mutirões, rodas de conversa durante o próprio momento da entrega, degustações de produtos ou projeção de filmes relacionados com debates, troca de receitas e preparo de pratos com os produtos do GCR, saraus culturais, participação em aulas de escolas agrícolas, cursos, visitas ao produtor e campanhas (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014, p. 5).

Os participantes da pesquisa compreendem que toda forma de interlocução entre as pessoas são formas de produção e reprodução de conhecimento.

Meus aprendizados foram vividos na prática mesmo. Claro, depois que tu vai vendo uma dica aqui, que nem essa que eu te falei dos matinhos, que eu não podia ver, que tinha que ficar no meu canteirinho, se era de alface, tinha que ter só o alface em cima da terra, não podia ter mais nada. Um conhecimento popular, esse negócio de lua, um diz que tal lua é bom para isso, outra lua é bom para a raiz, outra para a folha, é umas dicas assim, a época certa de podar. Quando eu comecei com os queijos, os primeiros que eu fiz, uma cunhada minha me passou a receita, como é que ela fazia. Aí, aquela receita, no início tava bom o queijo, mas eu achava que não era bom. vi alguns vídeos na internet da produção. Eu não sou muito chegada em queijo mesmo, mas sei definir o quê que é um queijo bom e o quê que é um queijo ruim. Mas tava vendendo, mas eu não me agradava, parecia borrachento. Aí tinha uma mulher que fazia queijo, o pessoal do grupo aqui nosso comentava que ela fazia um queijo muito bom, e ela era cliente nossa ali. Aí um dia eu perguntei para ela como é que era, ela me falou, como é que ela fazia, me deu medidas ali, conversa da hora. Eu comecei a fazer o queijo, exatamente como ela me disse que ela fazia. Guria, todo mundo, a maioria ..., bom não teve melhor até hoje (PARTICIPANTE 4).

Estes sujeitos buscam desenvolver outras formas de se viver e acreditam que deve haver mudanças nos seres humanos e nas formas de sociedade em que este sistema hegemônico produz. A seguir a fala desses sujeitos da pesquisa em relação ao que compreendem que deve ser diferente para se viver melhor: “dividir mais [...] tanta gente ganha dinheiro e outros sem nada. [...] o mundo tinha que mudar isso. Acho que teria que mudar a mentalidade deles” (PARTICIPANTE 2); “acho que existe muita desigualdade, um ganha muito e outro bem pouquinho” (PARTICIPANTE 6).

As pessoas serem mais solidárias, ter mais empatia, se colocarem mais no lugar do outro, mais amor, menos julgamento [...] isso mudaria muita coisa. Sempre olham muito só para si mesmo, para o seu lado, não conseguem olhar para o próximo, não conseguem enxergar as dificuldades, não conseguem ver as dificuldades sem te criticar. Eles não acham que são dificuldades, e sim acham que isso é drama, não consegue entender a dificuldade do outro (PARTICIPANTE 1).

Portanto, de acordo com Braga et al. (2020, p. 1236), os GCRs, inclusive o Armazém de EPS, seguem as concepções da EPS por meio da propagação “dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos”, bem como realizam “projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção” (BRAGA et al., 2020, p. 1236). Essa outra economia contradiz o sistema econômico e busca, por meio de suas práticas, enfrentar e resistir ao modo de produção capitalista. Para tanto é necessário continuar e persistir na luta:

dependemos de políticas públicas para muitas coisas, a gente queira ou não a política está dentro de quase tudo, a não ser da nossa consciência, tu te levanta de manhã, às vezes tu escuta: 'bahh eu não vou votar', digo: 'cara é a única arma que nós temos é o nosso voto, não temos mais nenhuma, vamos errar nesse que vamos votar, vamos tentar, está louco, nós só temos essa arma contra essa cambada, essa corja de corrupto. Então, eu vou votar, se tiver que votar 50 vezes, eu vou votar 50 vezes, porque não tem outro jeito. Esse aqui não é o ideal, mas é o melhorzinho, então vamos tentando endireitar, porque a gente depende deles, a gente queira ou não o sistema é esse'. É a democracia que chamam, democracia entre aspas, é esse capitalismo bandido, selvagem, que a gente tem aí. Se o mundo tivesse, assim, uma metade das pessoas querendo se doar, Deus me livre, seria diferente, seria outra coisa (PARTICIPANTE 7).

Concluimos por ora que o GCR Armazém de EPS desenvolve práticas educativas que são baseadas no método freireano (ação-reflexão-ação), ou seja, essa práxis é desenvolvida na compreensão do sujeito de forma dialógica e crítica da realidade objetiva, assim sendo, libertadora e transformadora. Esse grupo apresenta como temática principal a EPS, o CJS e o CR, e, desta forma, procura desenvolver uma práxis em que o conhecimento é desenvolvido na prática social, na realidade objetiva dos sujeitos. Para tanto, precisa de formações populares, reflexivas e críticas, processo este em que o povo constitui sua consciência de classe, tal como as concepções da EAC, já que produz uma educação emancipatória.

A educação promove o aprendizado, no entanto, a EAC vai além de capacitar para algo, para outrem, visto que promove o conhecimento que o leva a seu empoderamento de si mesmo, da sua relação com o outro e com a natureza. Ela oportuniza aos sujeitos refletirem, de forma dialética, sobre suas ações e o quê e como está teorizando essas práticas sociais e, desse sujeito com o objeto, bem como ela possibilita a participação dos seres humanos, a sua libertação e a democracia e a conscientização dos sujeitos a outro modo de produção, comercialização e consumo.

## **6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA (EAC): processo pedagógico de emancipação e transformação**

Evidenciamos neste capítulo um diálogo educacional que engloba os processos educativos que anunciam e denunciam a desumanização do capitalismo. Dessa forma, oportunizando a conscientização dos sujeitos da sua condição neste mundo e da sua realidade. Trazemos a Educação Ambiental de forma crítica como reflexão e construção de conhecimento que contrapõe a educação convencional, já

que as suas concepções estão embasadas em ideias coletivas e sociais, objetivando outras relações ser humano-natureza.

Assim, dentro deste contexto, apresentamos as categorias que emergem das interlocuções dos sujeitos da pesquisa que apontam, em conjunto com os teóricos, as falas desses sujeitos e a nossa compreensão de que os processos educativos transformam os seres humanos, e juntos transformam o mundo, sempre visualizando os seres humanos e o Planeta. Tais categorias são: transformação, práticas pedagógicas, emancipação, práxis e conscientização. Estas categorias estão em confluência com as concepções da EAC e intrínsecas em todo o diálogo realizado neste estudo junto aos sujeitos da pesquisa, apesar de neste capítulo estarem em maior evidência.

### **6.1. Contextualizando a Educação**

Dentro do sistema hegemônico, a educação está baseada em valores consumistas e se dedica ao aprendizado para a concorrência e competição. Esse modelo escolar dá sequência a uma sociedade capitalista excludente e é um espaço de poder e de controle - em que o conhecimento é tratado como mercadoria - e o ato de estudar é mecânico e alienado. Desta forma, esse sistema de escola/educação existe e serve apenas como treinamento dos seres humanos para “manutenção das desigualdades sociais, econômicas e culturais e, muitas vezes, não questionam a realidade em que estão inseridos/as, tornando-se alienados/as, subalternos/as e reproduzindo sistemas hierárquicos” (CONIC; FBES, 2010, p. 29-30).

Os opressores têm consciência do poder da educação. Agindo com presteza, a Classe dominante, torna a educação como forma de aprendizagem tecnológica na qual apenas é recebido informações de capacitações mecanicistas para o mercado de trabalho. A educação, como salienta Freire (2020a, p. 50), não é mais entendida como formação e sim como “treinamento”. Portanto, a educação nos moldes formal é um dos instrumentos em que recebemos informações, tal como salienta Freire (2019; 2020a), em uma educação bancária. Assim, salienta Freire e Shor (2011, p. 66), “sabemos que não é a educação que modela a sociedade, mas, ao contrário, a sociedade é que modela a educação segundo os interesses dos que detêm o poder”.

A aprendizagem que nos remete a crítica, a reflexão, a enxergar a

desumanização do verdadeiro ser ontológico humano - que nos torna em coisas - nos leva a pensar que podemos ser “autorrealizados como indivíduos ricos humanamente”, como destaca Marx, de acordo com Mészáros (2008). No entanto, no momento, enquanto não mudarmos radicalmente o sistema capitalista, estaremos a “serviço da perpetuação consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

Outro apontamento de Mészáros (2008), é que o ser humano está em constante aprendizado com a realidade em que está inserido e com o mundo. Esse processo ocorre por toda a vida e cuja profundidade ampla da educação acontece em toda a caminhada dos seres humanos. Cada conhecimento constituído faz a diferença na vida dos produtores e para o Planeta em geral.

se tu tiver tempo e espaço tu mesmo faz, tu planta, tu deixa florescer, depois faz produzir a semente para (re) plantar, coisas que no início eu não fazia, uma forma de tu preservar o meio ambiente, sem contaminar com os agrotóxicos, cuidar da terra, também, porque tu vai usar só produtos que não são químicos, que não vão agredir a terra e nem contaminar a água, forma mais adequada que tem de trabalhar dessa forma de ecologia (PARTICIPANTE 4).

O autor relata que, para Gramsci, todos os seres humanos contribuem de uma forma ou de outra - capitalismo ou socialismo - para a formação de uma concepção de mundo predominante e que contribuimos para a sua manutenção ou mudanças. Desta forma, a leitura, o estudo, são necessários para se compreender o quanto é indispensável conhecermos aquilo o que estamos vivendo, porém não enxergamos o que estamos vivendo, não nos conscientizamos do quanto somos alienados e desumanizados. Então, o único caminho é o conhecimento e a revolução (MÉSZÁROS, 2008, p. 49). Destaca o Participante desta pesquisa:

eu aprendi, anos luz à frente do que aprendi didaticamente. Minha caminhada prática particular, ela foi fundamental na minha formação, humilde, vamos dizer assim, dos meus conhecimentos, muito importantes. Eu podia ter sido analfabeto, mas com tudo isso eu tinha aprendido muito (PARTICIPANTE 5).

Conforme Mészáros (2008, p. 48), somente “a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital”. Ainda complementa o autor:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa própria vida”.

Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

A educação está em tudo que nos rodeia, inclusive em nossas relações humanas, Há vários aprendizados e vários conhecimentos de vários temas pertinentes a humanização. Sendo assim, uma educação ampla necessita de espaços em que aconteça a educação não formal ou educação formativa que é onde podemos transformar, já que é nelas que o poder hegemônico não nos controla e não nos manipula com formatos fechados de conhecimento. A seguir o entendimento dos sujeitos da pesquisa em relação a constituição do conhecimento: “acho que o estudo é importante, mas não é a coisa mais importante da nossa vida, acho que o mais importante é ter conhecimento mesmo, conhecimento fazendo na vida o que te faz bem, o que tu gosta” (PARTICIPANTE 3)

O colégio nos instrui, mais tecnicamente, a prática tu aprende fora dali do colégio. Tu precisa do colégio, tu precisa ter um grau de estudo para tu conseguir vencer algumas barreiras que a vida te coloca, mas o que eu aprendi mesmo, a minha escola mesmo, foi fora do colégio, como: educação, valorizar o ser humano, respeitar os outros, valorizar o trabalho dos outros. Tudo isso foi fora da escola, tudo a vida me ensinou, e trabalhar com tudo que é tipo de gente. Para que eu conseguisse evoluir, tanto coletivamente como individualmente mesmo, eu respeitar o que as pessoas pensam, o que as pessoas sentem (PARTICIPANTE 7).

Nesse contexto de educação não formal, os educadores devem trabalhar e devem desenvolver formações com a intenção de transformação, a sua transformação - como educador - a do educando e, juntos, a da humanidade. Para Freire (2020b, p. 49), o educador tem o papel em desenvolver “métodos de trabalho que permitam aos oprimidos pouco a pouco, revelarem sua própria realidade”, bem como salienta o autor: “Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres históricos-sociais” (FREIRE, 2019, p. 128). Salienta o sujeito da pesquisa que a educação deve

acontecer desde a criança:

Vou começar pelas crianças: eu digo que o adulto, ele vai consumir esses produtos tratados quimicamente, porque ele quer, a criança, não. Acostumar a criança a comer um produto melhor, mais limpo e crescendo e comendo que é para poder no futuro, poder passar isso para os outros, ou seja, ter qualidade de vida (PARTICIPANTE 5).

Contudo, para que aconteça essa transformação é fundamental entender que é necessário discutir e refletir com as pessoas – os oprimidos – para poderem analisar o seu contexto e, assim, criarem cenários que possibilitem que essas pessoas questionem as situações em que se encontram, as suas realidades. A compreensão das razões que levaram os dominados à situação em que se encontram - desumanizados – faz com que os educadores entendam as fatalidades desses oprimidos. É entendendo as razões sociais, políticas e históricas das situações realistas, encontradas nos contextos investigados dos oprimidos, que se possibilita a contradição do que desumaniza e assim, então, “lutar, coletiva e conscientemente” (FREIRE, 2020a, p. 52).

Destacam Freire e Shor (2011) que é preocupante para os detentores do poder econômico, que são os opressores, que existam pessoas críticas e que reflitam. Para eles, é importante que a massa populacional seja manipulada. Assim salientam os autores, “o fato é que as relações entre o subsistema da educação e o sistema global da sociedade não são mecânicas. São relações históricas. São dialéticas e contraditórias” (FREIRE; SHOR, 2011, p. 66). Isso significa que para “as pessoas que estão no poder, a tarefa principal da educação sistemática é reproduzir a ideologia dominante”. (FREIRE; SHOR, 2011, p. 66). Essa tarefa “leva a obscurecer a realidade, a evitar que as pessoas adquiram uma percepção crítica, que ‘leiam’ sua própria realidade de forma crítica” (FREIRE; SHOR, 2011, p. 67). O interesse deles é que os dominados apenas desenvolvam técnicas de mão-de-obra explorada, escravizada e desumana para, assim, atender o mercado de trabalho.

A educação libertadora em si mesma não necessitaria do adjetivo ambiental, visto que ela emancipa, transforma e humaniza o ser humano, sendo este parte da natureza. No entanto, ainda se precisa de um adjetivo que estabeleça e fortaleça a educação como uma totalidade da natureza em que se insere a humanidade.

## **6.2. Concepções da Educação Ambiental**

Aponta Freire e Shor (2011, p. 62), que na educação libertadora “tanto os professores quanto os alunos sejam agentes críticos do ato de conhecer”, é tentar “convencer-se de alguma coisa, e tentar convencer os outros” (FREIRE; SHOR, 2011, p. 62) - respeitando as pessoas, sem impor suas ideias. A educação que é “libertadora deve ser compreendida como um momento, ou um processo, ou uma prática em que estimulamos as pessoas a se mobilizar ou a se organizar para adquirir poder” (FREIRE; SHOR, 2011, p. 63).

Em relação às mudanças ocasionadas pela educação libertadora, as pessoas, quando refletem e criticam de forma dialógica, se emancipam de uma realidade opressora; elas são capazes de serem elas mesmas: o seu verdadeiro ser ontológico; e quando se transformam, transformam também a sociedade. Assim, a sociedade se torna liberta e humanizadora. No entanto, para haver uma educação libertadora, ela necessita ir além da escola. De acordo com Freire e Shor (2011, p. 65), “na educação, é, para mim, o estímulo à crítica que ultrapassa os muros da escola”.

Em confluência com uma educação libertadora como aponta Freire, a EA vem buscando a libertação dos seres humanos, libertação de sua humanização, visto que o processo de modo de produção hegemônico provocou a desumanização dos seres humanos. Para tanto, de acordo com Loureiro (2008), a EA é uma prática pedagógica permeada por uma educação distinta das práticas pedagógicas oriundas da educação tradicional, já que desejamos construir uma outra sociedade, em que toda a natureza seja vista como essencial. Importante salientar que parte dessa natureza é o ser humano e não apenas ecológica e mercantilista. Aponta o autor em relação a EA: “uma práxis educativa que se definiu no próprio processo de atuação, nas diferentes esferas da vida, das forças sociais e identificadas com a ‘questão social’” (LOUREIRO, 2008, p. 3). Aponta a Participante da pesquisa sobre os seus conhecimentos constituídos na sua percepção homem-natureza:

Eu nunca imaginei que eu pudesse produzir sem o tal adubo comprado [...]. A gente não pode olhar para uma cebola, como simplesmente uma cebola, a gente não pode olhar para uma abóbora, ahh é um alimento para matar a minha fome, tu tem um universo todo em uma planta. A gente é parte do universo e a gente é parte disso tudo (PARTICIPANTE 3).

Outro Participante compreende que todos os processos educativos, em toda a vida e em todos os lugares constituem os conhecimentos dos sujeitos:

A maior escola é o mundo. Eu tive uma vida com muito aprendizado, aprendi muito, a cooperativa me ensinou muita coisa, a associação me ensinou muita coisa, a vida me ensinou muita coisa, tudo que eu fiz eu aproveitei o máximo possível para tentar aprender e os movimentos, faz parte da minha vida, como os fóruns (PARTICIPANTE 7).

Para que haja um andamento ao enfrentamento ao sistema de modo de produção vigente e para que a práxis seja verdadeira, são necessárias formações em busca do conhecimento, sobre os temas pertinentes ao grupo. As pessoas participantes deste estudo vêm praticando e educando e se educando em busca da sustentabilidade, tendo em vista que transformam e se transformam, que libertam e se libertam, quando a preocupação é preservar e conservar o meio ambiente de maneira dialógica e reflexiva. Essas ações são condizentes com as concepções da EAC. Para tanto, apontam os Participantes desta pesquisa em relação a esta prática pedagógica: “a Educação Ambiental é um ensinamento de como lidar com a natureza, para não prejudicar [...] é um aprender, um educar, para promover o bem da natureza. Para não estragar e o que tiver estragado, tentar organizar” (PARTICIPANTE 4).

O ser humano que entende de Educação Ambiental, consegue entender mais, ele fica um ser humano melhor para ele, para o meio ambiente, ele consegue crescer como pessoa, crescer como ser. Eu cresci sem saber, sabia que jogar lixo no mar é errado, que polui, que pode matar os peixes, o básico, mas tu não tem noção. A vida da pessoa que não estuda, que vive lá num bairro, naquela vida ali, isolada de outros assuntos, nascem, crescem e morrem sem saber, é o que acontece (PARTICIPANTE 1).

Assim sendo, Loureiro (2008, p. 6), define a EA com uma perspectiva emancipatória dos sujeitos, apresentando 4 eixos na vida do ser humano: em relação a natureza – “certeza de que somos seres naturais e de que nós realizamos e redefinimos culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária”; no âmbito da existência – “entendimento que somos constituídos por mediações múltiplas - sujeito social cuja liberdade e individualidade se define na existência coletiva”; no como educar – “educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade” e o entendimento da finalidade da educação ambiental – “busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturais e estruturas, como base para construção democrática de ‘sociedades sustentáveis’ e novos modos de se viver na natureza”.

O GCR Armazém de EPS busca fomentar formas de emancipação dos sentidos dos seres humanos, no entanto, o caminho é longo e a caminhada é lenta, visto que são educados, historicamente, para lucrar cada vez mais e para competir de maneira incessante. Para tanto, os sujeitos se baseiam na lógica da EPS, em que a preocupação é com o ser humano e com os recursos da natureza, contrários - de forma antagônica - ao capitalismo que aliena, oprime e desumaniza as pessoas em todo processo da cadeia produtiva, e buscam desenvolver processos educativos em confluência com as concepções da EAC.

A Educação Ambiental tem na prática, tem na teoria, que a pessoa estuda e estuda, mas não sabe bulhufas o que que é isso e Educação Ambiental de interesses económicos, [...] recentemente a gente teve na nossa associação reunião da empresa Integratil, que está fazendo aí um trabalho para conseguir a licença social para entrar a mineradora, para acabar com tudo. [...] fizeram reuniões dizendo que estão fazendo Educação Ambiental, inclusive o projeto deles é projeto de Educação Ambiental, na verdade eles querem que as entidades, as associações, cooperativas, universidades, prefeituras, acordem com eles um acordo para um documento para reconstruir o solo que eles vão destruir e eles chamam isso de Educação Ambiental. [...] uma série de entrevistas que eles iam conduzir a gente, é tipo uma teia, assim. Eles estavam enrolando e levando, porque eles são formados, eles hipnotizam as pessoas, eles induzem as pessoas e eles dominam, eles compram a tua consciência, eles conseguem chegar no final onde que eles querem. Eles já começaram falando da tal Educação Ambiental que eles tinham que construir com a gente, ensinar a gente a plantar cebola, por exemplo, essas coisas, assim, mas a gente já estava preparado na entidade, de cortar eles já do começo, não deixar eles avançar (PARTICIPANTE 3).

Este processo de emancipação vem acontecendo nos produtores Participantes deste estudo, visto que tem outra forma de compreensão da realidade: “naqueles anos atrás, eu e a minha ignorância, achava que era trabalhar em um comércio (PARTICIPANTE 2); “Depois a gente teve autonomia de criar uma coordenação e ficar com os próprios produtores” (PARTICIPANTE 3); “então vou aprender a fazer, ué, poxa, vocês sempre disseram que eu tenho capacidade de aprender, eu vou aprender” (PARTICIPANTE 3).

O Delícias, não pode se restringir, ser conhecido dentro da universidade, ele tem que (des) incubar. Então, ele tem que alcançar novos horizontes. [...] A pandemia foi muito difícil, tudo mudou, mas foi um aprendizado, uma escola. Hoje, se voltar a ter tudo o que tinha antes, voltar a ter fluxo do quiosque, voltar ao Delícias com tudo, eu vou pensar bem diferente. Eu não quero me matar tanto, me escravizar tanto, porque não adiantou em nada. Fez com que eu, também, visse as coisas com outros olhos. [...] teve muitas discussões, muitos problemas. Nesse caminho, não foi fácil. Mas deu certo e uma coisa, assim, que me deixou muito feliz, não tenho ideia de seguir outro caminho, a

não ser esse, porque eu não vou deixar que a pandemia mate os sonhos, os objetivos, mesmo que agora esteja sendo difícil, eu creio que dias melhores virão (PARTICIPANTE 1).

Para Carvalho (2008, p. 13), a EA como processo educativo é uma prática pedagógica que “integra um conjunto de relações sociais que se constituiu em torno da preocupação com o meio ambiente e que poderíamos chamar de campo ambiental”. Ela aponta que a EA se preocupa em desenvolver os campos educativos e ambientais, compreendendo que está intrínseco um no outro as dimensões ambientais e sociais, visto que tudo que existe transformado ou não, todos os seres vivos, inclusive o ser humano e as suas relações, são parte da natureza.

### **6.3. Educação Ambiental de forma Crítica (EAC): práxis transformadora**

Em relação a práxis, ela não é sinônimo de atividade, ela “é atividade, mas nem toda a atividade é práxis” (VÁZQUEZ, 2007, p. 219), ou seja, atividade, no geral, é uma ação ou conjunto de ações em que o sujeito transforma uma matéria-prima dada; já a práxis é teoria e prática, em que se relacionam de forma intrínseca. Aponta o autor, que “a relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (VÁZQUEZ, 2007, p. 109).

A práxis se apresenta como uma atividade material, transformadora e adequada a fins. Fora dela, fica atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica (VÁZQUEZ, 2007, p. 237).

É uma questão política fazer uma práxis revolucionária e, para tanto, é necessário estar comprometido e assim possibilitar a sua transformação e a do outro. Esta é umas das práticas desenvolvidas pelos envolvidos nesses movimentos de EPS. É importante levar suas experiências concretas e que deram certo para outros sujeitos que buscam a sua emancipação, além de saber que causou alguma transformação e se transformou no processo, tal como nos aponta a Participante 1 (um):

Foi muito importante, ver o trabalho reconhecido tão longe, falado, como foi, como aconteceu, poder incentivar elas a sonhar, a acreditar nelas [...]. Hoje, eu vejo que elas continuaram, que deu certo, que elas estão produzindo, que

elas estão vendendo. Isso é ainda mais gratificante.

A prática da práxis é “ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é só produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 2007, p. 242). Portanto, o critério de verdade é a prática, porém uma prática como “atividade material, transformadora e social” (VÁZQUEZ, 2007, p. 242). Para que seja uma práxis é necessária reciprocidade entre o pensamento e a realidade. Por isso teoria e prática são indissolúveis.

As práticas educativas acontecem de várias formas, o importante é poder levar o conhecimento da verdade da realidade de mundo em que vivem os produtores, ou seja, uma práxis verdadeira, como aponta a experiência da Participante 3 (três), na produção própria de vídeos:

Tem a minha produção de vídeo, eu falo de agroecologia em foco e foi o tema que eu escolhi, porque é a minha vida, é o meu sonho, porque na verdade a gente trabalha com orgânico, mas a gente não tem uma agroecologia. Agroecologia é muito mais, é o meu foco, na verdade. A nossa propriedade tem produção paralela, ainda continua com cebola, e tudo mais. A gente, ainda, está na construção da agroecologia. Por outro lado, na defesa do território, porque nosso território está ameaçado. A gente está prestes a perder o território para a mineradora, que está querendo entrar com tudo, e eles sempre estão alegando - desde o início - que não tem produção, que aqui não tem população, que aqui não tem agroecologia, que aqui não tem isso, que não tem aquilo. Os meus vídeos, eles, também são para mostrar a realidade, que não é o que eles falam, que é diferente. Os vídeos são simples, mas é a nossa vida, é a verdade, o que eu falo ali é de verdade, é de coração. Não é simples, é um documento que prova a nossa vida, que prova o que a gente faz, o que a gente é e o quanto que a gente é feliz na simplicidade.

A práxis, aponta Streck (2011) - em confluência com o autor - é a necessidade de haver teorização intrinsecamente com a prática – a práxis freireana – uma vez que, de acordo com o autor, fazer uma “teorização descolada da prática é apenas um mero verbalismo” (STRECK, 2011, p. 13). Como o ser humano é um ser incompleto/inacabado, então, estão em constantes mudanças, incorrendo transformações nas ações e nos pensamentos desse ser. Desta forma, a teoria e prática – práxis – devem sempre caminhar juntas, visto que é a prática que torna a teoria verossímil e é a teoria que afirma e registra a prática ao mundo. Os seres humanos estão sempre com seus pensamentos em adaptações e correções, assim

como desejam sua libertação. Aponta Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido*, que o poder de libertação quem possui é o oprimido e ele salienta que:

quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2019, p.42-43).

Dentro do contexto acima, apresenta-se a seguir a fala dos participantes que evidenciam a sua incessante busca por transformação da sua condição neste mundo, tal como destacam a seguir: “até acho que eu daria certo se eu tivesse que trabalhar assim, com várias pessoas, famílias, que a gente procurasse ter os mesmos objetivos” (PARTICIPANTE 2); vou fazer só do ensino fundamental [...] agora eu vou fazer a do ensino médio, porque agora eu sei que eu tenho capacidade, que aí eu me animei. [...] porque eu quero ser menos burra, eu não quero ser enganada a vida toda (PARTICIPANTE 3).

eu digo e defendo que ainda é a pesca mais saudável, protege mais o meio ambiente. Tem muitos pescadores, e não são poucos, que realmente, sabem, estão atentos em cuidar da questão ambiental, o peixe. Porque sabem que o sustento é da lagoa e não pode viajar para longe para fazer isso, tem que ser dentro da lagoa. Eu acho que o artesanal, digo, que é o guardião das águas, que ainda cuida, acho que o artesanal ainda faz um bom papel nisso aí. É diferente no artesanal, ele aproveita sua produção quase toda, com certeza (PARTICIPANTE 7).

Os seres humanos são seres transformadores e criadores de suas histórias. Para que seja uma práxis libertadora, na transformação da sua realidade do oprimido e do mundo, é preciso que a sua prática seja de forma reflexiva, crítica, emancipadora e de plena consciência de sua condição, como destaca Freire:

Os homens que, através de sua ação sobre o mundo, criam o domínio da cultura e da história, está em que somente estes são seres da práxis. Práxis que, sendo reflexão em ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação [...]. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres históricos-sociais (FREIRE, 2019, p. 127-128).

A libertação do ser humano e da sua vocação ontológica é possibilitada pela educação como ação do sujeito no mundo em busca de sua consciência. Se caracteriza como movimento coletivo e solidário, uma vez que desenvolve no ser

humano a capacidade de criticidade e de constituição do conhecimento, bem como a conscientização. O ser humano, no entendimento dos símbolos linguísticos e seus conceitos, é capaz de assumir a sua própria existência enquanto ser histórico. Contudo, a conscientização crítica da realidade não aparece momentaneamente, isto é, o ser humano se posiciona no mundo não de forma crítica e sim de forma automática, já que apenas age no mundo sem refletir (FREIRE, 2016). Assim aponta o Participante 7 (sete):

Outra coisa é a consciência das pessoas, eu acho que esse mundo capitalista aí, se as pessoas não se conscientizarem, que tem que pensar primeiro nas pessoas, depois no dinheiro, nós temos um sério problema, muito sério, muito grave, vai ser cada vez pior isso. Se essas esganações por dinheiro querer cada vez mais dinheiro e mais dinheiro, sem saber o que está acontecendo contigo, que está do meu lado, o fracasso é muito, não tem como não ter fracasso, não é só ganhar dinheiro, realmente, passa pela política e passa pela nossa consciência, é pensar nas pessoas. Então, isso é um grande problema, a sociedade, hoje, já digo em geral, bem dizer quase geralção, isso aí, esse sistema capitalista que nós temos aí é um inferno.

A conscientização se constrói com o desenvolver da criticidade da tomada de consciência, ou seja, transpor do estado de percepção da realidade para um estado de crítica dessa realidade, é conscientizar-se. Dessa forma, o ser humano se encaminha ao entendimento da realidade e “assume um posicionamento epistemológico” (FREIRE, 2016, p. 56). De acordo com o autor, conscientização é:

[...] o teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais ‘desvelamos’ a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomênica do objeto diante do qual nos encontramos, com o intuito de analisá-lo. Por essa razão, a conscientização não consiste num ‘estar diante da realidade’ assumindo uma posição falsa intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato ‘ação-reflexão’. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens (FREIRE, 2016, p. 56; 57).

A conscientização é estar envolvido com a história – “é consciência histórica” (FREIRE, 2016, p. 57) - visto que, incorpora a criticidade na história, provocando o ser humano a apropriar-se do seu “papel de sujeito que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 2016, p. 57). A conscientização não separa a consciência do mundo, e sim está “baseada na relação consciência-mundo” (FREIRE, 2016, p. 57). O autor salienta que, quando criamos (nova) realidade, por meio da conscientização, é necessário que

haja reflexão crítica dessa nova realidade, visto que “a conscientização enquanto atitude crítica dos homens na história jamais acabará” (FREIRE, 2016, p. 57).

As pessoas que procuram esse tipo de feira, já têm uma outra consciência. Essa feira nasceu para ficar. Esse grupo nasceu para ficar. Isso aqui é minha família, eles são a minha família. Eu passo uma semana sem ver eles, eu já tô, meu Deus, será que eles tão bem? Tô louca para ver eles, louca para falar com eles, se eu não venho a gente fica, o quê que aconteceu? É uma relação, não é uma relação de comércio, simplesmente, é uma relação de família. [...] agora a gente está com seca, a gente não está com lucro, porque não tem, mas daqui a pouco a gente está cheio de coisa e o grupo está lá e a feira está lá e tu tem como ganhar. Se tu não mantêm, como é que tu vai aparecer só depois? Eu não costumo ver o que eu ganhei, eu costumo ver o que eu não gastei (PARTICIPANTE 3).

Os sujeitos que participam desta pesquisa têm consciência da sua condição no mundo e da necessidade de enfrentamento a este modo de produção hegemônico, já que apresentam uma leitura de mundo de acordo com a realidade em que vivem. Os seres humanos são os únicos seres que pensam, então são os únicos capazes de distanciar-se e refletirem sobre a realidade em que vivem, bem como têm a capacidade de atuarem “conscientemente sobre a realidade objetiva” (FREIRE, 2016, p. 56), ou seja, as pessoas, para libertarem-se, precisam agir no mundo e refletirem sobre esse mundo. A seguir relatos dos participantes que quando indagados sobre as suas práticas, vão ao encontro do processo de tomada de consciência das suas realidades: “não tinha dinheiro para aquilo, mas tinha tudo o que era preciso para a gente estar bem” (PARTICIPANTE 1).

nos reunimos, mas sempre tem, também, nas reuniões de nós 4, sempre tem aquele pessoal novo que está querendo entrar, está querendo ver como é que funciona, então, no final, nossas reuniões de oficinas, juntam até 30 produtores, pessoas que sei que tem interesse. Claro que a caminhada é longa e difícil, não vira produtora de uma produção limpa, de uma noite para o dia. Nem tem por que eles cheguem: ‘eu quero fazer parte do grupo’, entrou e faz parte do grupo, não, ele tem que ser passar por um crivo. Ele tem que aprender o que a gente aprendeu, até mesmo para ver se tem consciência, passo a passo. Mas eu acho muito bom, se tem oficina é feito o convite para eles participarem (PARTICIPANTE 5).

O processo de conscientização, é essencial a transformação social, pois possibilita os seres humanos, em comunhão, pensar utopicamente. Ser utópico não quer dizer que seja apenas um idealismo não realizável. É preciso, dialeticamente, agir denunciando e anunciando, tal como aponta Freire (2016), é na práxis que acontecem os “atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura

humanizante” (FREIRE, 2016, p. 58). A utopia é um envolvimento histórico, que exige o conhecimento crítico, já que para denunciar a desumanização é preciso conhecê-la, e conhecendo-a pode-se anunciá-la.

Eu sempre estou aprendendo, com um e com outro, e a gente tem que estar sempre aberto para aprender. [...] tu tem que entender a cabeça das pessoas, para tu conseguir trabalhar, senão tu não consegue, tanto em grupo como individualmente. A gente, embora não esteja organizado em cooperativa e/ou associação, tu tem que ter um trabalho coletivo para tu conseguir viver, senão, não consegue, isolado tu não vive. Nossa mente abre, tudo que tu faz na vida, tu participa de uma reunião, tu tem que aproveitar o máximo dela; tu participa do fórum da lagoa, tu tem que aproveitar o máximo dele; tu vai para uma reunião de conselho, tu tens que aproveitar o máximo dele (PARTICIPANTE 7).

No entanto, é necessário agir para transformar, e essa ação é por meio da práxis. O autor supracitado destaca que a “conscientização está evidentemente ligada à utopia, de modo que implica a utopia quanto mais conscientizados somos, sobretudo pelo engajamento de transformações que assumimos, mas anunciadores e denunciadores nos tornamos” (FREIRE, 2016, p. 59). Esse processo de transformação é permanente, do contrário, apenas mantém as ideias dominantes. Destaca uma das Participantes deste estudo:

Está bem difícil de mudar esta situação, teria que mudar a consciência das pessoas. [...] diz o ditado, Maria vai com as outras. As pessoas têm preguiça de estudar a fundo, aí o que todo mundo diz, vira uma verdade. Mas o povo, no geral, é muito manipulado [...] primeiro é o capitalismo tomando conta de tudo, é desde, do adubo químico, do veneno, da medicação, da farmácia, do industrializado, do transformado, do modificado, aí tu vai modificando, também, a cabeça das pessoas. Agora, quando os governos conseguem mudar, destruir tudo, aí foge do teu alcance, porque tu imagina, como é que tu vai pescar com um monte de torre na Lagoa dos Patos? De energia eólica, como é que tu vai produzir alimentos dentro do buraco de mineradoras? Não existe isso. Então, eles estão desconstruindo e a nossa luta é para não deixar essas coisas acontecer (PARTICIPANTE 3).

Assim sendo, a “conscientização produz a desmistificação” (FREIRE, 2016, p. 60), então, o “trabalho humanizador não poderá ser outro que não o de desmistificação” (FREIRE, 2016, p. 60). A vista disso, a conscientização desvela a realidade para conhecê-la e para entender as ideias que “enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2016, p. 60). Desta forma, é preciso desmistificar o que está posto, para, então, “atingir a plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade com vistas à libertação dos homens” (FREIRE, 2016, p. 61).

Conforme Triviños (1987), a matéria passou por várias evoluções, da inorgânica para orgânica e depois social. Dentro desse contexto evolutivo surge o ser humano e com ele a consciência. A consciência é a representação social que o ser humano tem da realidade em que vive. Em relação a conscientização, aponta o autor:

A consciência é uma propriedade da matéria, a mais altamente organizada que existe na natureza, a do cérebro humano [...]. A grande propriedade da consciência é a de refletir a realidade objetiva. Assim surgem as sensações, as percepções, representações, conceitos, juízos. Todos eles são imagens. Reflexões adequadas, verdadeiras, da realidade objetiva (TRIVIÑOS, 1987, p. 62).

O processo educacional transformador parte da posição política de enfrentamento à permanência do modo de produção capitalista, bem como tais formas de relações existentes nesse sistema não possibilitam a preservação da natureza. Assim, a perspectiva ambiental refere-se à prática plena da cidadania em que é possível um cenário no qual a sociedade seja democrática e solidária. Ou seja, pautar o tema meio ambiente, “quando considera o entrelaçamento entre as questões naturais, sociais e culturais, permite ampliar uma abordagem crítica da sociedade e potencializar práticas pedagógicas emancipatórias” (TREIN, 2008, p. 44).

Conforme Carvalho (2008), a educação popular e a criticidade teórica na educação no Brasil possibilitaram a origem da EA como uma educação preocupada com a sociedade e com um viés emancipatório que se tem denominado como uma EA Crítica EAC, a qual ao oportunizar reflexões “sobre o acesso e as decisões relativas aos recursos ambientais, contribui para a formação de um sujeito cidadão ecologicamente orientado” (CARVALHO, 2008, p. 17).

Quintas (2008, p. 38) aponta que a EAC propõe uma educação que desenvolva a criticidade “na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui”; proporcione a transformação, já que “acredita na capacidade de a humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza” (QUINTAS, 2008, p. 38); e oportunize um processo emancipatório “por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos” (QUINTAS, 2008, p. 38).

Na EAC é importante o “rigor teórico-metodológico na análise da realidade”

(TREIN, 2008, p. 43). Desenvolver uma consciência crítica desvela o modo de produção capitalista e suas artimanhas para manter sua dominação e, dentro deste contexto de sociedade vigente, pensar com criticidade “tem um papel relevante na formação de sujeitos capazes de criticar o atual modelo de sociedade” (TREIN, 2008, p. 43), bem como “para além da crítica, sempre necessária, também se integram na luta coletiva pela construção de um outro projeto societário, em que as relações de exploração sejam superadas” (TREIN, 2008, p. 43).

a gente não tinha esse conhecimento que era orgânico, [...] e Educação Ambiental é importante e para o meio ambiente também, porque o veneno, tudo que as pessoas aplicam, isso aí prejudica muito a natureza, se as pessoas tivessem mais conhecimento, [...] hoje visam mais o dinheiro e desmatam, por isso que está hoje um ano chove e o outro ano não chove. [...] mudanças do tempo, eu acredito que vem a ser muito desse tipo de desmatamento que existe. [...] é uma tristeza (PARTICIPANTE 6).

Conforme Braga et al. (2020), as ações praticadas nos GCRs, possibilitam que as relações, entre as pessoas, sejam realizadas de outra forma, distintas das relações provenientes da sociedade capitalista, “na medida em que não exploram os trabalhadores, os preços dos produtos são justos a todos envolvidos e não degrada com a natureza” [...] (BRAGA et al., 2020, p. 1236). O que esses grupos, inclusive o GCR Armazém de EPS, buscam disseminar, é que o centro dessas relações é o ser humano e os recursos naturais do planeta. Assim, essas práticas/relações perpassam pela EAC, visto que são transformadoras e humanizadoras, tal como identificamos nos Participantes desta pesquisa:

aprender a separação de lixo reciclado. [...] aprender que se tu usar um monte de agrotóxico nas plantas, vai está prejudicando o ser humano, intoxicando. [...] a abóbora tinha outro sabor, não era aquela batata linda, assim aos olhos, mas era saborosa, era gostosa, tu sabia que tava comendo algo que vinha de alguém que se preocupava, de como ia plantar, de como ia tratar, que se preocupava com o meio ambiente. Tem a pesca, que tem esses cara ilegal, que não se preocupam com o meio ambiente. Não tô falando nem está pescando fora de época, mas o berimbau, o arrasto, os barcos grande que arrastam, que leva todos os peixinhos, camarãozinho tudo, dificulta, hoje em dia, a vida do pescador artesanal [...] estão estragando até para vida deles, porque depois lá eles, também, não vão ter (PARTICIPANTE 1).

Para tanto, o educador precisa saber que sempre será um educando, mesmo sendo educador, bem como compreender que possui características de inacabamento ou inconclusão que separam os seres humanos da natureza natural. Assim sendo, essas características levam os seres humanos a se educarem, aponta Freire (2020b,

p. 34.), “Eis aqui a raiz da educação” (FREIRE, 2020b, p. 34).

Quando o IBAMA me prendeu, e eu fui ter aula de Educação Ambiental, a instrutora disse assim: ‘me ajuda dá aula de Educação Ambiental?’, mas eu digo: ‘como é que eu vou te ajudar se eu tô preso? Porque eu não obedeci, mas só tem um detalhe’, eu conversando com ela, digo: ‘eles me pegaram porque eu precisava comer’, são coisas diferentes, a lei é imposta pelo homem, não pela natureza, então são coisas diferentes. Educação Ambiental é tu entender o meio ambiente, tentar entender ele, porque ele precisa do nosso entendimento para ele conseguir continuar produzindo e regularizar ele, tudo a gente depende, da chuva, depende do sol, depende dos peixes, a gente depende que não tenha muito lixo, a gente depende que o povo se eduque (PARTICIPANTE 7).

O autor ainda afirma a importância da educação para as pessoas e ela tem como sujeito o ser humano. Salienta ele, “Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (FREIRE, 2020b, p. 34). Desta forma, os seres humanos só conseguem educar e se educar junto ao outro, posto que sozinhos não conseguem ser mais.

Sendo assim, a educação das pessoas não deve ser apenas de enchimento de conteúdos e sim, de liberdade, de criticidade e de reflexão, uma práxis verdadeira. Destaca Freire (2020b, p. 40) “Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha, pois essas estão “determinadas pelo instinto” (FREIRE, 2020b, p. 40). A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve esse ímpeto ontológico de criar” (FREIRE, 2020b, p. 41). Para tanto, o ser humano precisa desenvolver uma consciência crítica que permita ao homem transformar a realidade. Assim, então pode haver uma realidade social mais humanizadora.

Portanto, a EAC transforma os sujeitos, já que seu movimento dialético perpassa pela ação-reflexão-ação, isto é, transcorre na práxis. Essa educação tem como método a dialética libertadora, a participação e a democracia, elementos que proporcionam o empoderamento do ser humano, o transformam em quem ele realmente é e como ele se relaciona consigo, com os outros e com a natureza. A EAC estuda todas as relações (educacionais, culturais, sociais, econômicas e políticas) da vida do ser humano. Sendo assim abrange um mundo objetivo e subjetivo.

Se tudo o que a gente está fazendo, em nome da Educação Ambiental, destrói toda a natureza, não é Educação Ambiental. Educação Ambiental não é acabar com tudo e depois reconstruir. Isso não é Educação Ambiental. Educação Ambiental para quem? Primeira coisa que tem que perguntar. A

Educação Ambiental para nós é outra coisa, é não destruir (PARTICIPANTE 3).

A EAC tem sua importância no desenvolvimento do conhecimento dos seres humanos. O que é necessário é o reconhecimento e conscientização desse entendimento a todos os sujeitos, bem como compreender que todos os campos estão intrínsecos entre si, visto que todos eles envolvem a totalidade da vida desses seres humanos. Contudo, é necessário pesquisar as práticas dentro do contexto de cada campo. Portanto, este estudo está relacionado com a linha de pesquisa não-formal.

#### **6.4. Educação Ambiental Crítica: prática pedagógica da EPS e dos GCRs**

De acordo com Loureiro (2009, p. 70), a Educação Ambiental Crítica se apresenta como “um processo educativo amplo, formal ou não, abrangendo as dimensões políticas, culturais e sociais, capaz de gerar novos valores, atitudes e habilidades compatíveis com a sustentabilidade da vida no planeta”. Assim sendo, compreende-se que ela é imprescindível no contexto da produção, comercialização e consumo, e que abarca a transformação e conscientização dos seres humanos.

Desta forma, apontam os Participantes em relação ao seu entendimento sobre EAC: “nova visão na realidade atual, [...] mudou totalmente nosso raciocínio, nossa maneira de pensar a respeito” (PARTICIPANTE 5).

[...] me convidaram para dar uma palestra de Educação Ambiental, ora não falo nada, eu sou pescador, lá para as crianças, lá na Querência, que tinha um grupo de crianças, aí nós tava conversando daqui e dali e uma criança daquelas soltou de lá – ‘tio vou fazer uma pergunta?’, eu digo: ‘pode fazer’, ‘aonde o senhor coloca seu lixo que o senhor produz no mar?’, ‘que resposta eu vou dar para essa criança’, nunca mais eu joguei um saquinho no mar. [...] uma criança, eu disse para ele: ‘olha, o tio até hoje trabalhou errado, mas agora vai trabalhar certo, de agora em diante’. Educação Ambiental tu tem que escutar, tu tem que conversar, tu tem que tentar envolver outras pessoas para que o meio ambiente esteja mais saudável possível, para que ele continue produzindo para gente. [...] como pescadores, somos extrativistas, se nós não cuidarmos, não produzir certo, as coisas terminam, fica mais difícil. No meu entendimento nós fazemos parte do meio ambiente e a gente tem, realmente, que colaborar com ele, para que ele fique mais saudável possível (PARTICIPANTE 7).

Desta forma, é uma educação dinâmica que concede ao ser humano, de maneira crítica, conhecer o mundo. Assim, essa educação “procura a realização humana em sociedade, enquanto forma de organização coletiva de nossa espécie”,

que nos seus métodos, “tem na participação e no exercício da cidadania princípios para a definição democrática de quais são as relações adequadas ou vistas como sustentáveis à vida planetária em cada contexto histórico” (LOUREIRO, 2004, p. 78-82).

Assim sendo, ressalta os Participantes desta pesquisa sobre a necessidade do conhecimento: “Educação Ambiental é uma coisa muito difícil, isso aí só futuramente, com muito trabalho das professoras procurando educar essas crianças de agora” (PARTICIPANTE 2); “Educação Ambiental teria que vir do colégio, é formação da criança [...] que esse seria, sei lá, como minimizar no futuro o impacto” (PARTICIPANTE 5).

A Educação Ambiental não é conhecida, é conhecida dentro de uma universidade, mas no dia a dia, na comunidade, nos bairros, eles nem imaginam, se tu ir lá no bairro onde eu moro e perguntar, a relação meio ambiente e ser humano, eles não vão saber o que te dizer, nada, porque não existe um trabalho feito dentro dos bairros. A sociedade toda tem que ser modificada, tem que ter uma formação para conseguir entender, tem que ser muito bem trabalhado para chegar lá (PARTICIPANTE 1).

A autora Tozoni-Reis (2008, p. 157), aponta a “educação ambiental como um processo político de construção crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que têm como objetivo a constituição de uma sociedade sustentável nas dimensões ambiental e social”. Assim sendo, a Educação Ambiental Crítica é um processo transformador que:

promove a conscientização e esta se dá na relação entre o ‘eu e o outro’, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2009, p. 29).

Em compreensão com o autor acima a EAC:

como estamos entendendo, é aquela que não só historiciza as relações sociais na natureza, como também almeja a autonomia e a liberdade das pessoas, através da busca por transformações das suas condições objetivas e subjetivas. Existe em função da crítica ao atual modelo de sociedade, pelo desvelamento da mesma, por meio do desenvolvimento da consciência crítica, o que pode levar à transformação material da realidade e dos sujeitos envolvidos neste processo (MOURA, 2016, p. 180-181).

Desta forma, a EAC como um processo educacional que vem em confluência com a EPS e com o CR, visto que esses movimentos buscam desenvolver a

conscientização dos seres humanos para compreensão de sua condição oprimida da sua realidade, da sua participação ativa na natureza e da importância da natureza para a sua existência. Dentro deste contexto acontecem práticas, tais como os GCRs. Assim, destaca Carvalho (2008), a EAC é importante nas práticas educacionais ambientais e em organizações populares e grupos de produtores tanto rurais quanto urbanos, tal como os GCRs e mais especificamente o GCR deste estudo, o Armazém de EPS. Essas práticas pedagógicas são iniciativas de sujeitos em busca da preservação dos recursos naturais e do bem viver de todos.

Então, a Educação Ambiental, tem que ter a formação e o poder público fazer a parte dele, como não faz, porque não quer também. Eles não querem, é muito trabalho. Para melhorar, realmente, tem que pensar na questão social, na questão política, que passa por isso, na questão ambiental que passa por isso, para gente viver melhor. A gente depende desse meio ambiente, as pessoas têm que valorizar isso, tem que ter mais capricho (PARTICIPANTE 7).

Portanto, o GCR Armazém de EPS, vem buscando demonstrar por meio de suas práticas, como um coletivo, viver de forma humana e sustentável na produção, comercialização e consumo de alimentos. O ser humano busca incessantemente encontrar formas para suprir suas necessidades. Essas buscas materiais para sua existência ocasionam as relações das pessoas e delas com a natureza. Para que essas relações vão ao encontro da humanização e da preservação dos recursos naturais, é preciso se emancipar e transformar a realidade oprimida e alienada que eles mesmos, os seres humanos, criaram. Aponta o sujeito da pesquisa as práticas desenvolvidas no empreendimento de que faz parte. Essas práticas oportunizam a transformação e a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo:

A gente sempre tenta dar condições melhores, tanto para os pescadores, tanto para quem faz mão de obra, para quem trabalha ali fileteando e descascando camarão, tirando carne de siri. Um processo diferente que a gente construiu ali dentro e, também, a gente foi trabalhando ali junto, com as tarefeiras, com quem produz ali, vai beneficiando o peixe, que a gente chegou nessa conclusão, que a gente viu que tinha momentos que ganhavam muito pouco quem produzia. Então, não poderia ser de cima para baixo, o troço teria que ser de baixo para cima. Primeiro ver a produção e não quem produz mais e sim quem produz menos, quem produz menos tem que ganhar, também (PARTICIPANTE 7).

Encerrando o debate, concluímos por ora que o GCR Armazém de EPS busca desenvolver práticas pedagógicas, visto que consta na sua finalidade ser um ente

educativo. Estas práticas condizem com as concepções da EAC. Então, esta Educação Ambiental de forma crítica possibilita aos produtores que compõem o GCR Armazém de EPS, por meio das suas contribuições educativas – de forma reflexiva e crítica possibilita uma práxis que conscientização em que emancipa e transforma os sujeitos, o enfrentamento e a resistência ao modo de produção capitalista desumano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da pesquisa qualitativa na perspectiva do materialismo histórico-dialético, foi possível investigar o desenvolvimento do fenômeno e a práxis dos sujeitos produtores de pequena escala, das cidades de Rio Grande e São José do Norte que compõem o GCR Armazém de EPS e de como esta práxis está conectada com as concepções da EPS e da EAC. O conhecimento desses temas e a conscientização se fazem presentes na transformação dos sujeitos, como uma educação/formação pautada na ação-reflexão-ação, na práxis, de forma dialética, libertadora, participativa e democrática em que o ser humano se empodera daquilo que ele realmente é, e de como ele se relaciona consigo, com os outros e com a natureza.

Dentro desta lógica, o NUDESE-FURG tem se posicionado no sentido de que a EPS busca por novas formas de produção, comercialização e consumo, as quais são uma outra forma de relação, distinta desta gerada pelo capital, entre produtores e consumidores. Contudo, é notório o papel fundamental de se construir o conhecimento do processo produtivo e que os produtos da EPS são de qualidade para a saúde dos seres humanos e do planeta como um todo. Para tanto, esta economia necessita de uma educação que emancipe e transforme a realidade dos sujeitos, como a EAC, a qual desenvolve metodologias pedagógicas que desenvolvem todos os sentidos dos seres humanos. Portanto, para o NUDESE/FURG, a EPS e a EAC são formas de enfrentamento e de resistência ao capitalismo e a construção de uma perspectiva de sustentabilidade.

Assim sendo, surgem iniciativas que vêm na contramão desta forma de produção e consumo do capital e na transformação das relações de comercialização, tal como os GCRs. Esses grupos buscam seguir a lógica da Economia Popular

Solidária. Uma economia humanizadora, que se preocupa com a natureza e que desenvolve uma outra forma de produzir, comercializar e consumir. Assim promovem, por meio da sua práxis, uma prática libertadora.

Os GCRs – mais especificamente o GCR Armazém de EPS – são espaços em que há emancipação do produtor e do consumidor e de todas as pessoas que desenvolvem ideologias que perpassam a lógica da Economia Popular Solidária. Dentro desses grupos, os consumidores buscam conhecer as dificuldades e necessidades do produtor, assim como viabilizam o produtor a conhecer o que o consumidor consome e quais são as suas necessidades. Essas relações entre produtores e consumidores, não são mecânicas e sim orgânicas. Esses grupos têm como prática uma resistência ao consumo em massa e a exploração do trabalhador.

Os participantes do GCR Armazém de EPS, mais especificamente os produtores locais que fazem parte deste GCR e desta pesquisa, buscam desenvolver suas práticas dentro da lógica do CJS, visto que estão preocupados em oferecer tanto um alimento saudável quanto um preço justo a todos. Estas práticas surgem de conflitos gerados pelo capitalismo, então são contradições ao modo de produção, comercialização e consumo deste sistema vigente, bem como são práticas que valorizam tanto o ser humano quanto os recursos naturais do Planeta. Desta forma, possibilitam a substituição das práticas de comercialização presentes ao modo de produção hegemônico e desenvolvem outras formas de relações – que podemos chamar de sustentável, devido ao uso consciente dos recursos naturais da natureza.

Os resultados da investigação apontam que os Participantes deste estudo demonstram a consciência da importância da valorização central do ser humano e dos recursos da natureza, bem como acreditam que este modo de produção é desumano, que é necessário haver mudanças do sistema vigente e pensamento no todo e não no lucro. Também apontam a necessidade da formação continuada como um espaço de reflexão e aprendizagem e afirmam que os processos formativos são espaços coletivos que aprofundaram mais seus conhecimentos os quais possibilitaram a sua emancipação, a sua transformação e do outro. Esses conhecimentos são necessários à luta por uma outra forma de se viver.

Dentre os sete Participantes, em relação às formações continuadas sobre os temas desta pesquisa e entre outros na mesma lógica, duas têm participado, quatro

participaram quando estavam sendo incubados pelo NUDESE (como grupos (des) incubados participam de eventos variados e acreditam que devemos estar sempre aprendendo) e uma não participou destas dessas formações. No entanto, para esta participante, foi necessário passar por cursos sobre os temas para ingressar no grupo. Salientando que estes sujeitos constituíram seus conhecimentos em toda forma de processo educativo, seja individualmente seja no coletivo. Desta forma, identificou-se que são sujeitos que buscam outras formas de se viver na produção, comercialização e consumo.

Os seres humanos, mesmo de forma desumanizada, sonham em um dia serem libertos de outros seres humanos que os oprimem, mas liberto também de sua própria alienação do seu ser ontológico. Muitos educadores e pessoas envolvidas nos movimentos de EPS têm feito sua parte, mas ainda há muito que lutar. É necessária uma revolução para então podermos seguir em frente, e a Educação Ambiental Crítica é um caminho para a emancipação dos nossos sentidos e, então, transformação da realidade desumana em que estamos inseridos, além de possibilitar a conquista de nossa liberdade.

De acordo com os ensinamentos freirianos, os processos formativos contribuem na constituição de sujeitos que leem sua realidade. Essa leitura possibilita a crítica e ação para a transformação de suas práticas e, concomitantemente, a transformação da sociedade e do mundo para uma prática libertadora. A educação freireana introduz o ser humano em uma luta política que o leva a adquirir direitos humanos e de transformação social. Portanto, a EAC é um processo reflexivo e crítico da realidade objetiva, constituído por meio de práticas pedagógicas, no coletivo, que oportuniza a conscientização, a emancipação e, conseqüentemente, a transformação dos sujeitos e do mundo. Desta forma a EAC contribui aos Participantes deste estudo – por meio de suas práticas pedagógicas – a resistirem e a enfrentarem o modo de produção capitalista. Assim, então, respondemos à questão levantada neste estudo.

Portanto, foi possível alcançar o objetivo geral quando apresentamos neste estudo a fundamentação teórica dos temas relevantes a pesquisa; quando demos voz aos sujeitos da pesquisa, nos quais revelam que suas práxis são distintas das práticas da sociedade capitalista e quando fizemos - junto às informações obtidas e as observações - inferências em relação aos resultados da pesquisa. Assim, sendo

possível avaliar as contribuições da EAC nas práticas destes sujeitos, além de atendermos os objetivos específicos: objetivo 1 (um) quando apontamos, as características dos GCRs em geral e do GCR Armazém de EPS - assim apresentamos uma experiência concreta do desenvolvimento, da estrutura e da metodologia de trabalho deste grupo; o objetivo 2 (dois) atendemos quando compreendemos - após análise de todas as informações obtidas e observações - que as práticas dos sujeitos deste estudo são distintas das práticas do modo de produção hegemônico; e o objetivo 3 (três) quando avaliamos as contribuições da EAC para o desenvolvimento da práxis dos produtores de alimentos do Armazém de EPS na resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista.

Aprendemos que as práticas, desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, condizem com a lógica dos temas apresentados e que, por meio de variadas formas de conhecimento, eles têm compreensão de que a forma convencional de produção não é saudável e não possibilita o bem-estar das pessoas. Por isso, buscam formas de minimizar os impactos nos recursos da natureza e desenvolvem práticas transformadoras para melhorar a vida das pessoas, tais como as apresentadas no corpus desta pesquisa. Esta prática pedagógica dos sujeitos, que constroem os Grupos de Consumo Responsável, contribui para a emancipação humana, devido a se alicerçar em uma práxis contra-hegemônica.

Este estudo não é comum de ser realizado, visto que os sujeitos desta pesquisa integraram de forma concreta as práxis da EPS, ou seja, as práticas e os princípios desta outra economia. Este resultado atesta no que acredito que é característico do meu objeto de estudo e não aconteceu de forma induzida, já que eles falaram livremente.

Os envolvidos nos processos formativos e na gestão dos GCRs precisam ser pessoas comprometidas com a sociedade. Assim, é necessário olhar, sentir, perceber, enxergar, agir e refletir a realidade, o mundo em que se vive, ser quem realmente é, um sujeito de ação-reflexão-ação. Estes sujeitos têm que transformar se transformando e é contundente enxergar e entender de forma crítica aquilo que está sendo posto para si e para sociedade. Também é necessário para que os integrantes desses grupos possam resistir e enfrentar o capitalismo, a permanente formação, seja ela contínua ou não, já que o processo educativo é uma práxis que leva os sujeitos a

sua emancipação.

Este estudo traz como contribuição um outro modo de se viver: com uma **outra economia**, pautada no **trabalho coletivo**, tal como a EPS; uma outra forma de produção, comercialização e consumo, como o CJS e uma outra consciência, como o CR, práticas estas em **contradição** ao capitalismo. Esta outra economia oportuniza outras **práticas educativas**, que estão em confluência com a EAC, a qual desenvolve um processo para a **práxis**. Foi por meio da práxis que houve uma aproximação dos sujeitos da pesquisa – produtores de pequena escala - com a academia e a possibilidade de **conscientização** dos sujeitos no mundo. Estas práticas/relações possibilitam a **emancipação** de todos os seus sentidos e a **transformação** de si, do outro e do mundo, assim oportunizando a sermos seres livres da opressão e da alienação. Para tanto, necessitamos resistir e enfrentar o sistema capitalista e buscar a sua supressão. Portanto, as categorias - apontadas neste parágrafo e apresentadas neste estudo, emergiram das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, em discussão com os teóricos – foram centrais para a compreensão da práxis desenvolvida por estes sujeitos.

Como contribuição para próximas pesquisas acreditamos serem necessários outros estudos em relação ao tema aqui apresentado que englobem também os consumidores, os gestores e os produtores de outras localizações do GCR Armazém de EPS, visto que só houve a participação de produtores locais que fazem parte deste GCR.

Também apresentamos como limitações o tempo que é disposto no Mestrado, a pandemia do Covid-19, o qual atrasou as pesquisas, principalmente de observações, já que houve pouca aproximação da realidade concreta dos sujeitos participantes desta pesquisa e impossibilitou a inclusão dos consumidores como participantes.

Esta pesquisa trouxe benefícios para reflexão teórica e compreensão das práticas dos produtores que compõem os Grupos de Consumo Responsável, apontando a importância de processos formativos. Para tanto, buscarei desenvolver um projeto de extensão que venha propiciar a reflexão teórica do que foi desenvolvido na pesquisa – sobre o tema EAC - junto aos sujeitos da pesquisa, visto que tenho acessibilidade para tal projeto porque faço parte da equipe do NUDESE.

Cabe salientar, que nessa relação, entre mim e os sujeitos da pesquisa, deu-se a constituição do conhecimento e do meu entendimento. Tal processo, emerge da observação e do diálogo entre mim e os sujeitos da pesquisa, mediadas pelos resultados das entrevistas, visto que foi revelado, neste estudo, a alienação em que eu me encontrava. Apesar de eu já ter consciência da minha condição neste mundo, ou seja, a minha consciência de classe, desde a minha vivência junto ao NUDESE, assim sendo compreendo o quanto estou afastada da minha ontologia humana. Esta pesquisa mostrou o quanto é necessário lutar para suprimir este modo de produção e, conseqüentemente, a sociedade que o capitalismo produz. Constituindo-se, portanto, um grande resultado do processo formativo oferecido pelo curso de mestrado.

Por fim, é importante salientar a necessidade da curricularização da extensão nas entidades educativas, principalmente nas universidades, já que este processo contribui, aos estudantes, visto que como pesquisadora nesta área da extensão (participando da equipe do NUDESE desde o princípio da graduação e se estendendo ao mestrado) posso dizer que minha transformação humana se deu a partir desta relação dentro da Universidade.

Assim concluo que a luta é um movimento em busca de práticas transformadoras da realidade objetiva que oprime, em que muitos perduram na luta, assim como tantos outros entram na luta; compreendo qual papel devemos atuar para transformar este mundo e vamos ao encontro com a nossa emancipação, nossa liberdade e nossa autonomia; procuramos os meios para nos desvincular da nossa condição de oprimidos e assim imaginamos e buscamos um mundo melhor, uma vida melhor que aquela que estamos inseridos. Assim sendo, acreditamos na nossa capacidade e, desta forma, nos dedicamos em nos educar, compreendendo - na compreensão freireana - que nos educamos educando. Para tanto, precisamos constituir conhecimento: pesquisando, investigando, analisando, refletindo, criticando e dialogando, então nos emancipamos. Porém, devemos entender que estamos em constante transformação e que precisamos disseminar o quanto é revitalizante e dignificante lutar e resistir, já que acreditamos que o mundo e as pessoas precisam mudar e se transformar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Manual de Economia Solidária**. Rio Grande do Sul, 2017.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL ARMAZÉM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE. **Estatuto Social**. Rio Grande, 2019.

AZEVEDO, Edisio Oliveira de. Desafios e perspectivas da Agroecologia. Capítulo V. In. Francisco Roberto Caporal e Edisio Oliveira de Azevedo (Orgs.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. - Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Paraná – Educação a Distância. 2011. Disponível em: <https://www.agrerverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/Agricultura%20Org%C3%A2nica%20e%20Agroecologia/Principios%20e%20perspectivas%20da%20Agroecologia.pdf>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

BRAGA, M. Angelica M. et al. Grupo de Consumo Responsável - GCR Armazém de Economia Popular Solidária: uma experiência libertadora e transformadora. **Anais do VII Simpósio Internacional desigualdades, direitos e políticas públicas: saúde, corpos e poder na América Latina**. (Org) Laura Cecília López, Monika Weronika Dowbor, Aloísio Ruscheinsky. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade de Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Casa Leiria, 2020. 1225 a 1238.

BRAGA, M. Angelica; ANELLO, Lúcia. S. e MOURA, Danieli V. O grupo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande: uma análise a partir da educação ambiental crítica. **Anais do XII Encontro e Diálogo com a Educação Ambiental – EDEA: Educação Ambiental no contexto das múltiplas crises: que mundo queremos?** 03 a 26 de novembro de 2020. (Org.) Luciana Netto et al. Rio Grande: Ed. FURG, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm) Acesso em: 20 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm) Acesso em: 19 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 19 de jul. de 2

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm). Acesso em: 19 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.358 de 17 de novembro de 2010.** Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. 125 a 138. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207358&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.358%2C%20DE%2017,Nacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207358&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.358%2C%20DE%2017,Nacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 15 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6323 de 14 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206323&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.323%2C%20DE%2027,org%C3%A2nica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206323&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.323%2C%20DE%2027,org%C3%A2nica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 19 de jul. de 2021.

CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: Um Passo a Passo para Começar e Estabelecer um GCR.** Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio e PAULUS, Gervásio Paulus. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** In. Francisco Roberto Caporal e Edisio Oliveira de Azevedo (Orgs.). Princípios e Perspectivas da Agroecologia. - Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Paraná – Educação a Distância. 2011. Disponível em: <https://www.agriverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/Agricultura%20Org%C3%A2nica%20e%20Agroecologia/Principios%20e%20perspectivas%20da%20Agroecologia.pdf>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **A Educação Ambiental no Brasil.** In. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola. ISSN 1982-0283. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008.

Centro de Agroecologia, Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável (CAERDES). **Manejo ecológico do solo e da água.** Cartilha Agroecologia Volume 3/ Elaborado por Jairton Fraga Araújo; Carlos Diogo A.S.M. dos Santos; Rosicléa de Carvalho Lopes, ilustrado por Gilmário Noberto de Souza. - Salvador: EDUNEB, 2014. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_exp\\_cca\\_ex\\_anexos\\_2\\_1297\\_CAERDES\\_-\\_Serie\\_Agroecologia\\_V\\_3\\_FINAL\\_-\\_1-09-14.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_exp_cca_ex_anexos_2_1297_CAERDES_-_Serie_Agroecologia_V_3_FINAL_-_1-09-14.pdf). Acesso em: 24 de ago. de 2021.

Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). **II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira**

Sustentável. Documento Final. Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria\\_I/deliberacoes\\_2\\_conferencia\\_economia\\_solidaria.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_I/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf). Acesso em: 21 de jul. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC) e FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia Solidária: Outra economia a serviço da vida acontece**. Elaboração: Ademar Bertucci et al. Campanha da Fraternidade Ecumênica. 2010.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução: terra vista. eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Nasce o FBES**. História. 2001. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Criação do SENAES**. História. 2002. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Criação dos Fóruns Estaduais**. História. 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Encontro dos Empreendimentos**. História. 2004. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta de princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional de Economia Solidária, 2005. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 3 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**. História. 2006. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Estruturação**. História. 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Acesse o Plano Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <https://fbes.org.br/2015/06/22/acesse-o-plano-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Documento Provocador Rumo à VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. 2019. Disponível em: [https://fbes.org.br/wp-content/uploads/2019/10/DocProvocador\\_Rumo-a-6a-Plenaria.pdf](https://fbes.org.br/wp-content/uploads/2019/10/DocProvocador_Rumo-a-6a-Plenaria.pdf). Acesso em: 3 de jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução: Tiago José Risi Leme. São Paulo/São Paulo: Ed. Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 71.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 3.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 41.ed Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2020b.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. 13.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

Gadotti, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica** / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOMES, Rosemary e MENDONÇA, Antônio Haroldo. Modelos Jabuticaba: Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SCJS). In. **Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina**. Organizadoras: Joana Stelzer e Rosemary Gomes. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016.

GRAF, Felipe Antônio. **Novas reconfigurações em torno das cadeias curtas de abastecimento alimentar**: Uma análise comparada entre dois Grupos de Consumo em Porto Alegre, RS. 2019. Monografia - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205547/001111212.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em : 27 de maio de 2022.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Capítulo IV. In. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Adriana Maria de Aquino Renato Linhares de Assis Editores Técnicos Embrapa Informação Tecnológica Brasília, DF, 2005. Disponível em:  
<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap4ID-1B89GA0bdo.pdf>. Acesso em: 07 de abr. de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO); INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Meio Ambiente e Consumo**. Coleção Educação para o consumo Responsável, 2002. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Maria%20Ang%C3%A9lica/Downloads/inmetro\\_meioambiente\\_0.pdf](file:///C:/Users/Maria%20Ang%C3%A9lica/Downloads/inmetro_meioambiente_0.pdf). Acesso em: 15 de jun. de 2021.

INSTITUTO KAIRÓS. Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil: "Consumo como intervenção - Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil". São Paulo, 2010.

INSTITUTO KAIRÓS E CAPINA. **Práticas de Comercialização: uma proposta e formação para a Economia Solidária e a Agricultura Familiar.** (Org.) Equipe Kairós e Equipe Capina. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, Renata de Salles S. e MASCARENHAS, Thaís Silva. **Organização de Grupos de Consumo Sustentável: Caminhos para práticas de consumo responsável.** [Elaboração de textos] Pistelli e Thaís Silva Mascarenhas. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

KRÜGER, Felipe Ribas; MONTEIRO Vitor Abel; VICTÓRIA Lia Beatriz Gomes. **Rizoma Bem Da Terra – Rede Microrregional De Distribuição para o Comércio Justo e Solidário.** III Congresso de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) / 2ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão: UFPEL/ 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

\_\_\_\_\_. **Proposta Pedagógica.** In. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola. ISSN 1982-0283. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008.

\_\_\_\_\_. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental.** 3.ed. São Paulo - SP: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Materialismo Histórico-Dialético e a Pesquisa em Educação Ambiental.** Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 9, n. 1 – págs. 53-68, 2014.  
DOI:<http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol9.n1.p53-68>.

MANTEZE, Francisco Emílio; GHIZZONI, Leila; BERBIGIER, Márcio Marrek. **Comercialização.** Emater/RS-ASCAR, s.d. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/apoio-a-gestao-e-producao/comercializacao.php#.YSIUT45KhPZ>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Ed. BoiTempo, 2010.

MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. Capítulo XXIV. In. MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro primeiro. Coordenação e revisão de Paul Singer Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1996. ISBN 85-351-0831-9.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Lúgia Scarpa. **A Atuação dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil: Expressões de Práticas de Resistência e Intercâmbios em Rede.** VII Encontro Nacional de Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Estudos do Consumo, III

Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo e I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2014.

MASCARENHAS, Thais; GONÇALVES, Juliana. Grupos de Consumo Responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidário. In. **Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina.** / Organizadoras: Joana Stelzer e Rosemary Gomes. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** 1930. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Ed. BoiTempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx.** Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Ed. BoiTempo, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. Capítulo I. In. Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.** Capítulo III. In. Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

MORAES, Natasha et al. **Consolidação do Grupo de Consumo Responsável de São Lourenço do Sul.** Anais XIX Mostra de produção Universitária (MPU) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2020.

MOURA, Danieli Veleda. **A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à Educação Ambiental Crítica.** Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2016.

MOURA, Danieli Veleda e et al. **Situação-limite, ato-limite e inédito viável: as categorias freireanas presentes nas representações e práticas de educação ambiental no fórum da Lagoa dos Patos.** VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro - SP, 07 a 10 de julho de 2013.

OCERGS e SESCOOP. **Cooperativismo: Construção Solidária.** Ed. OCERGS e SESCOOP. Porto Alegre, 2000.

PISTELLI, Renata de Salles S. **Relações de Consumo Responsável em Educação: um diálogo com a Economia Popular e Solidária através da trajetória do Instituto Kairós.** Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

PUNTEL, Inácio et al. **Núcleo de Consumo Responsável: Apresentando Alternativas ao Consumo.** Extensão Universitária da FURG: a produção de conhecimentos a partir da prática extensionista. (Org.) Daniel Porciuncula Prado, Carla Amorim Neves Gonçalves, Beatriz Spotorno Domingues. Ed. FURG, 2020. 254 a 260.

QUINTAS, José Silva. **A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL.** In. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola. ISSN 1982-0283. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008.

RÊGO, D. F. A. R. **A NATUREZA DA COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A contribuição dos Grupos de Consumo Responsável.** Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES); MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE); FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia Solidária: outra economia acontece.** Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. 2006. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

STELZER, Joana; TODESCAT, Marilda e GONÇALVES, Everton das Neves. **O Projeto Ilha Rendada e o Comércio Justo: princípios, normativos, práticas e desafios.** In. Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina. Organizadoras: Joana Stelzer e Rosemary Gomes. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016.

STRECK, Danilo Romeu. **Cinco Razões para Dialogar com Paulo Freire.** Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011. EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE PAULO FREIRE. <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo. Revista e-curriculum ISSN: 1809-387  
TEIXEIRA, K. G. **A Máquina e o Tempo: dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2010.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de C. **A Inserção da Educação Ambiental na Escola.** In. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola. ISSN 1982-0283. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008.

TREIN, Eunice. **Perspectiva Crítica e Emancipatória da Educação Ambiental.** In. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola. ISSN 1982-0283. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Tradução de María Encarnación Moya. 1 ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

## APÊNDICE

## Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Maria Angelica Machado Braga, sou aluna do curso de pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e estou realizando esta pesquisa intitulada “Grupo de Consumo Responsável e Educação Ambiental Crítica: Estudo de Caso dos Produtores que compõem o Armazém de Economia Popular Solidária.” sob orientação da professora Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello - SIAPE 2656639.

A orientadora e integrante da equipe de pesquisa é a Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello - SIAPE 2656639, mestra e doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, professora associada da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Gostaria de convidar você para participar do estudo, respondendo a uma entrevista que será gravada, para que nenhum detalhe importante seja perdido. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui o objetivo de investigar a práxis dos produtores de alimentos dos municípios de Rio Grande e São José do Norte, que produzem na lógica da EPS e fornecem seus produtos ao Armazém de EPS, bem como avaliar as contribuições da EAC, de forma pedagógica, a essas práticas. Dessa maneira, a pesquisa trará benefícios para a reflexão teórica e compreensão das práticas dos produtores que compõem os grupos de consumo responsável, apontando a importância de processos formativos.

Os riscos desta pesquisa são mínimos, já que vai se tomar todas as providências de biossegurança, assim como em algum desconforto do sujeito da pesquisa, que possam vir a acontecer, devido algum estímulo desenvolvido durante a interlocução. O pesquisador se compromete e garante o amparo e assistência IMEDIATA, integral e gratuita ao participante. Caso houver algum dano ao sujeito da pesquisa, decorrente do estudo, o participante tem direito de ser indenizado.

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar e garantir a privacidade, a confidencialidade, o sigilo e o anonimato dos sujeitos cujos dados serão coletados (em bases de dados, através de gravação) em entrevistas. Concorda, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas preservando o anonimato dos sujeitos

Sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira, se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Você tem o direito de se manter informado sobre os resultados: finais e parciais, os quais serão publicados em eventos e periódicos científicos, mantendo-se o anonimato de sua identidade. É garantida a liberdade de retirada do consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, assim como é garantido, a qualquer momento da pesquisa, o acesso do entrevistado ao consentimento, bastando me contatar no endereço Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), Campus Carreiros - FURG, Avenida Itália, Km 8, Carreiros, Rio Grande/RS, telefone: 53-99127-3131, e-mail: [mangiel99@gmail.com](mailto:mangiel99@gmail.com) e com o

CEP/FURG, cujo endereço é no segundo andar do prédio das Pró-Reitorias, Avenida Itália,. Km 8, Carreiros, Rio Grande - RS, e-mail: cep@furg.br, telefone: 32373011. O CEP FURG é um comitê responsável pela análise e aprovação ética de todas as pesquisas desenvolvidas com seres humanos, assegurando o respeito pela identidade, integridade, dignidade, prática da solidariedade e justiça social.

Você receberá uma via deste termo e a outra ficará com o pesquisador.

Li e concordo em participar dessa pesquisa.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do(a) participante responsável. Data \_\_/\_\_/202\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura da pesquisadora responsável. Data \_\_/\_\_/202\_\_.**

Espaço  
para digital  
(se  
necessário)

## **Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS PRODUTORES DE ALIMENTO QUE COMPÕEM O ARMAZÉM DE EPS**

- 1 - Conta-me sobre como se tornou produtor, sobre a sua vivência na comunidade, a sua história de vida.
- 2 - Fala-me sobre a produção e a comercialização de forma coletiva.
- 3 - Fala-me como a tua produção está relacionada com a humanidade e com os recursos da natureza.
- 4 - Conta-me sobre a tua relação com o GCR Armazém de Economia Popular Solidária.
- 5 - Fale-me sobre a escola e sobre teus conhecimentos fora da escola.
- 6 - Conta-me o que tu entendes sobre Economia Popular Solidária e sobre Educação Ambiental.
- 7- Conta-me sobre a tua vida na pandemia do Covid-19.
- 8 - Conta-me o que tu pensas que poderia ser feito para todos viverem bem?